



Número: 96
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

ANDREZA BERNARDI

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: um estudo sobre o Circuito das Frutas e sua articulação com a Região Metropolitana de Campinas (SP)

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Orientador(a): Prof (a). Dr(a). Claudete de Castro Silva Vitte

CAMPINAS - SÃO PAULO

08/2009

**Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca
do Instituto de Geociências/UNICAMP**

Bernardi, Andreza.
B456e Estratégias de desenvolvimento local e regional : um estudo sobre o
circuito das frutas e sua articulação com a região metropolitana de
Campinas – SP / Andreza Bernardi-- Campinas,SP.: [s.n.], 2009.

Orientador: Claudete de Castro Silva Vitte.
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto
de Geociências.

1. Frutas – Comercialização. 2. Produtividade agrícola. 3.
Campinas (SP). I. Vitte, Claudete de Castro Silva. II. Universidade
Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Título em inglês. Strategies for local and regional development : a study on the Fruit circuit and
its articulation with the Metropolitan Region of Campinas (SP)

Keywords: - Fruit – Marketing;
- Agricultural productivity.;

- Campinas (SP).

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em geografia.

Banca examinadora: - Claudete de Castro Silva Vitte;

- Elson Luciano Silva Pires;

- Julio Cesar Suzuki.

Data da defesa: 26/08/2009

Programa de Pós-graduação em Geografia.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

AUTORA: Andreza Bernardi

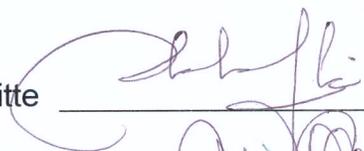
“Estratégias de Desenvolvimento Local e Regional: um Estudo Sobre o Circuito das Frutas e sua Articulação com a Região Metropolitana de Campinas - SP”.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Claudete Castro Silva Vitte

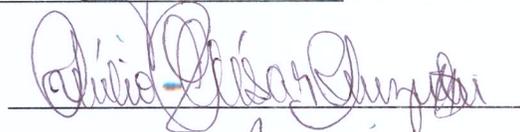
Aprovada em: 26 / 08 / 09

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Claudete Castro Silva Vitte


_____ - Presidente

Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki



Prof. Dr. Elson Luciano Silva Pires



Campinas, 26 de agosto de 2009.



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: um estudo sobre o Circuito das Frutas e sua articulação com a Região Metropolitana de Campinas (SP)

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Nome do autor(a): Andreza Bernardi

O Circuito das Frutas Paulista foi institucionalizado em 2002 pelo governo do estado de São Paulo e conta atualmente com a presença de 10 municípios: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinú, Jundiá, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo. A região formada pelo Circuito das Frutas é reconhecida pela significativa produção de frutas como caqui, figo, goiaba, pêssego, uva, dentro outras e pela presença de turismo rural nas propriedades produtores de frutas.

A produção de frutas na região existe desde o início do século XX, realizada em sua maioria pelos imigrantes instalados nesta região do interior paulista. A institucionalização do Circuito das Frutas e a implantação de turismo rural nas propriedades foi uma estratégia dos produtores de frutas juntamente com o governo estadual para dinamizar o setor primário da economia e desenvolver o setor turístico nos municípios pertencentes.

Para a realização da análise acerca da existência ou da ausência de desenvolvimento ocasionado pelo Circuito das Frutas, houve a escolha do recorte espacial que compreende a intersecção dos municípios pertencentes ao Circuito das Frutas e pertencentes à Região Metropolitana de Campinas. São eles: Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo. Tais municípios são reconhecidos por possuírem economias diversificadas e prósperas, além de e altos índices de desenvolvimento municipal.

O Circuito das Frutas conta com atrativos rurais e exalta a figura do trabalhador rural e a vida tradicional do campo. Enquanto isso a Região Metropolitana de Campinas é reconhecida pela sua modernidade e pelos pólos de pesquisa e tecnologia. Há uma contraposição de “personalidades” nas regionalizações existentes nos municípios estudados, criando certa barreira para os agentes do Circuito das Frutas.

O Circuito das Frutas é dividido em dois grupos distintos: o primeiro formado pelos proprietários rurais, e de serviços e de comércios ligados ao Circuito; e um segundo grupo formado por representantes públicos dos municípios cadastrados no Circuito. O segundo grupo, formado pelos agentes públicos, é responsável pelas ações realizadas em prol do Circuito das Frutas por meio das verbas arrecadadas (da arrecadação municipal, de investimentos estaduais e federais no Circuito e também das mensalidades pagas pelos proprietários cadastrados no Circuito).

Porém, as ações realizadas pelos agentes públicos não tem sido suficientes para a geração de avanços significativos no Circuito das Frutas. E ainda que a institucionalização do Circuito seja recente e já mostre alguns resultados positivos, há ainda um longo caminho de trabalho a ser percorrido, para que os avanços agropecuários e turísticos resultem nos resultados esperados pelos proprietários rurais e proprietários de serviços e comércios ligados ao Circuito. O desenvolvimento, por meio do Circuito das Frutas, esperado pela região é aquele que leve a construção de relações de solidariedade e complementaridade entre os diversos agentes envolvidos.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

STRATEGIES FOR LOCAL AND REGIONAL DEVELOPMENT: a study on the Fruit Circuit and its articulation with the Metropolitan Region of Campinas (SP)

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado

Nome do autor(a): Andreza Bernardi

São Paulo Fruit's Circuit was institutionalized in 2002 by the government of the State of São Paulo and currently is formed by 10 cities: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiai, Louveira, Morungaba, Valinhos and Vinhedo. The region formed by this Fruit's Circuit is known by the significant production of fruits like persimmon, fig, guava, peaches, grapes, among others, as well as by the existence of an agro-tourism derived from it.

The production of fruit started in the beginning of the twentieth century, held mostly by Italian immigrants in this region of São Paulo. The institutionalization of the Fruit Circuit and the creation of rural tourism in order to show the orchards to visitors make part of a strategy developed by fruit producers with the assistance of the State government that has been aimed to the boost of the primary sector of the economy and the enlargement of the tourist industry in the region.

In order to evaluate the grade of development caused by the Fruit Circuit, it has been chosen a cropping space which includes the intersection of counties belonging to the Metropolitan Region of Campinas, which are: Indaiatuba, Itatiba, Valinhos and Vinhedo. These counties are recognized for having prosperous and diversified economies, as well as high rates of development.

Based on agricultural activities the Fruit Circuit goes into raptures over the figure of the rural worker and the traditional life in the field. On the other hand, the Metropolitan Region of Campinas is known worldwide for its modernity and for being a pole of research and technology. Nevertheless, there is a kind of conflict of "personalities" among the cities, therefore creating a barrier to the staff of the Fruit Circuit.

The Fruit Circuit has been divided into two distinct groups: the first one is formed by the landowners and entrepreneurs from trade and services related to the Circuit, and a second group formed by representatives of cities involved in the public Circuit. The second group formed by public officials, is responsible for actions on behalf of the Circuit through the collection of local, state and federal funds as well as monthly fees paid by the registered owner in the circuit.

However, the actions undertaken by public servants have not been sufficient to generate significant advances in the Fruit Circuit. Although its recent institutionalization and some positive results there is still a long way to be worked in order to get advances in the Agro-tourism as just as expected by landowners and entrepreneurs of trade and services related to the Circuit. The expected development for the region based on the Fruit Circuit is the one able to conduct the building of strong relations of solidarity and complementarily between diverse involved agents.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.1: O CIRCUITO DAS FRUTAS.....	03
FIGURA 1.2: MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS FRUTAS QUE PERTENCEM A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.....	05
FIGURA 3.1: REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.....	99
FIGURA 4.1: PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.....	109

LISTA DE FOTOS

FOTO 4.1: SÍTIO KUSAKARIBA (VALINHOS), TRILHA DE VISITAÇÃO.....	117
FOTO 4.2: SÍTIO SANTA ISABEL, INDAIATUBA.....	119
FOTO 4.3: SÍTIO KUSAKARIBA (VALINHOS), AO FUNDO LAGO PARA PESCA.....	121
FOTO 4.4: ADEGA DO TIO MÁRIO (VALINHOS), COMERCIALIZAÇÃO DE CACHAÇAS E VINHOS.....	123
FOTO 4.5: SÍTIO KUSAKARIBA (VALINHOS), COMERCIALIZAÇÃO DE LICORES, GELÉIAS E DOCES.....	125
FOTO 4.6: SÍTIO KUSAKARIBA (VALINHOS), RECEPÇÃO, BANHEIROS E LOCAL PARA DESCANSO.....	127
FOTO 4.7: FESTA DO FIGO (VALINHOS), CORREDOR DE VENDA DE FRUTAS.....	135
FOTO 4.8: <i>STAND</i> DE VENDA DE FIGO EM VALINHOS.....	137
FOTO 4.9: <i>STAND</i> DE VENDA DE GOIABA EM VALINHOS.....	139
FOTO 4.10: <i>STAND</i> DE VENDA DE LARANJA PONKÃ EM VALINHOS.....	141
FOTO 4.11: <i>STAND</i> DE VENDA DE GOIABA, SERINGUELA E PÊRA ASIÁTICA EM VALINHOS.....	143
FOTO 4.12: PRODUTOS DIVERSOS NA FESTA DO CAQUI DE ITATIBA.....	145
FOTO 4.13: TEATRO REGIONAL NA FESTA DO FIGO EM VALINHOS.....	147

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1: ALGUNS APLS DO ESTADO DE SÃO PAULO ANO 2009.....	40
QUADRO 2.1: ESTRUTURA SETORIAL DO PIB NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO – 1989/2003 (EM %)......	50
QUADRO 2.2: CLASSIFICAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DA FIRJAN, 2008.....	53
QUADRO 2.3: IFDM – ÍNDICES FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL POR ITEM ANALISADO.....	54
QUADRO 2.4: POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL - SÃO PAULO E BRASIL NOS ANOS 1970/1980/1991/2000.....	55
QUADRO 2.5: POPULAÇÃO URBANA E RURAL, TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL E TAXA DE URBANIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO NOS ANOS 1970/1980/1991/2000.....	57
QUADRO 2.6: CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NOS PERÍODOS 1980-1991, 1991-2000 E 2000-2008 (EM % A. A.).....	61
QUADRO 2.7: POPULAÇÃO URBANA E POPULAÇÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NO PERÍODO 1980/2000.....	63
QUADRO 2.8: PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS NA ÁREA COLHIDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1995-2004 (EM %)......	68
QUADRO 2.9: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR PESSOA NA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NO PERÍODO 1991/2007.....	70
QUADRO 2.10: PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO NO PIB DO BRASIL (EM %)......	72
QUADRO 2.11: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO VTI (EM %)......	73
QUADRO 2.12: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR PESSOA NA INDÚSTRIA NOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NO PERÍODO DE 1991/2007.....	76
QUADRO 2.13: ESTADO DE SÃO PAULO: ESTRUTURA DO PIB SEGUNDO A RENDA GERADA (%)......	78

QUADRO 2.14: PARTICIPAÇÃO EM % DA POPULAÇÃO OCUPADA NO ESTADO DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO AO BRASIL E SUA ESTRUTURA SEGUNDO OS SUB-SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA (1991-2000).....	79
QUADRO 2.15: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NO COMÉRCIO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NO PERÍODO DE 1991/2007 (EM %).....	81
QUADRO 2.16: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NOS SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NO PERÍODO DE 1991/2007 (EM %).....	81
QUADRO 2.17: PRODUTO E RENDA – VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS NOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NO ANO DE 2006 (EM MILHÕES DE REAIS CORRENTES).....	83
QUADRO 4.1: ESPECIFICAÇÃO DOS AGENTES ENTREVISTADOS VINCULADOS AO CIRCUITO DAS FRUTAS.....	105
QUADRO 4.2: SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL CIRCUITO DAS FRUTAS ANO 2008.....	128
QUADRO 4.3: ATUAIS PREFEITOS (2008) E SUCESSORES EM 2009 EM INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS, VINHEDO E CAMPINAS.....	156

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1: BRASIL E SP: CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO NACIONAL.....47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA GEOGRÁFICA.....	11
1.1. O território, o lugar e a região: definindo conceitos.....	11
1.2. Breves reflexões sobre o conceito de desenvolvimento.....	17
1.3. O Desenvolvimento de base local/regional.....	22
1.3.1. <i>Principais referências conceituais para o debate Acerca do desenvolvimento local</i>	25
1.3.1.1. <i>Cooperação e capital social</i>	25
1.3.1.2. <i>Parcerias e redes</i>	31
1.3.1.3. <i>Esfera pública e democracia</i>	32
1.3.1.4. <i>Mobilização produtiva do território e arranjos produtivos locais</i>	35
1.3.1.5. <i>Aprendizagem</i>	42
2. O ESTADO DE SÃO PAULO E OS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO – HISTÓRICO RECENTE E CARACTERIZAÇÃO.....	45
2.1. Transformações macroeconômicas.....	45
2.2. Caracterização sócio-econômica dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo.....	51
2.3. Caracterização estadual e municipal por setores.....	54
2.3.1. <i>Aspectos demográficos e urbanos do estado de São Paulo</i>	55
2.3.2. <i>Caracterização demográfica dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo</i>	61
2.3.3. <i>Agropecuária paulista</i>	64
2.3.4. <i>Agropecuária nos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo</i>	69
2.3.5. <i>O setor secundário paulista – mudanças na indústria de transformação</i>	72
2.3.6. <i>A desconcentração espacial da indústria paulista</i>	73
2.3.7. <i>Indústria nos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo</i>	75
2.3.8. <i>O setor terciário paulista</i>	77
2.3.9. <i>Análise da estrutura do setor terciário paulista a partir do conceito de renda gerada</i>	78
2.3.10. <i>Comércio e serviços nos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo</i>	80
3. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO.....	84
3.1. O papel dos imigrantes na formação territorial dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo.....	90
3.2. Caracterização da Região Metropolitana de Campinas.....	94

4. CARACTERIZAÇÃO DO CIRCUITO DAS FRUTAS.....	103
4.1. Gênese e consolidação do Circuito das Frutas.....	106
4.2. Características atuais do Circuito das Frutas.....	112
4.3. Alguns obstáculos a serem enfrentados.....	149
4.4. A visão dos turistas e freqüentadores.....	156
4.5. A visão dos moradores dos municípios do Circuito das Frutas.....	160
5. CONCLUSÃO.....	165
6. BIBLIOGRAFIA.....	175

INTRODUÇÃO

O estudo em questão visa caracterizar de maneira abrangente e discutir as principais conseqüências da implantação do Circuito das Frutas Paulista que conta com a participação de dez municípios que integram diversos roteiros marcados pela produção de frutas e pelo turismo em áreas rurais.

O Circuito das Frutas foi institucionalizado em 2002 pelo governo do estado de São Paulo como uma estratégia de desenvolvimento para os municípios que a ele pertencem: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinú, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo (ver FIGURA 1.1). A principal característica dos municípios integrantes do Circuito das Frutas é o fato de possuírem uma significativa produção de frutas e um histórico semelhante vinculado às tradições rurais.

FIGURA 1.1: O CIRCUITO DAS FRUTAS

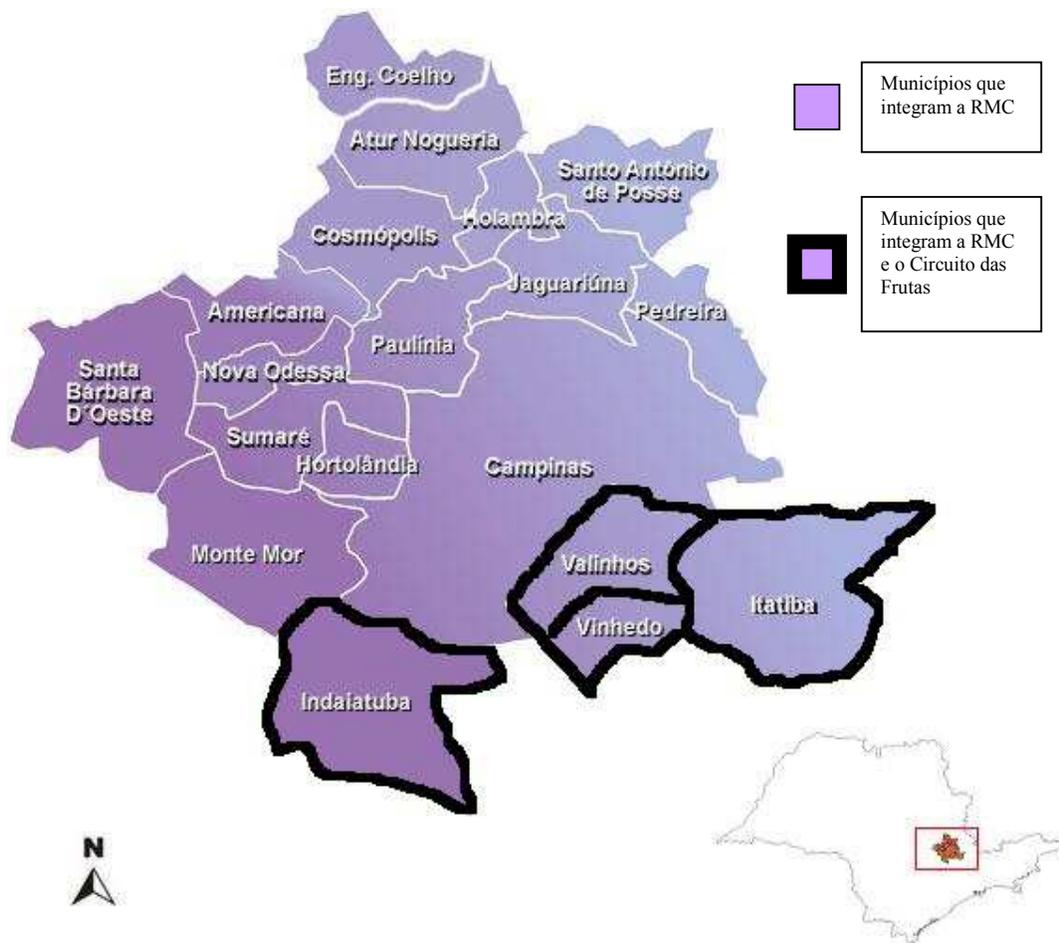


Fonte: *Folder* de divulgação, 2008

O Circuito das Frutas possui como objetivo desenvolver os municípios em questão por meio da dinamização do setor agropecuário, turístico e serviços diversos a ele relacionados. Grande parte desta dinamização ocorre nos períodos marcados pelas diversas festas de frutas que ocorrem ao longo do ano nas regiões e contam com diversas atrações.

Neste estudo foram analisados apenas os municípios que se inserem na intersecção do Circuito das Frutas e da Região Metropolitana de Campinas (ver municípios destacados na FIGURA 1.2), como forma de avaliar os efeitos que tais regionalizações exercem sobre os municípios em questão. São eles: Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo.

FIGURA 1.2: MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS FRUTAS QUE PERTENCEM A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS



Fonte: Adaptado de www.iea.sp.gov.br, 2009

De acordo com GONÇALVES e SEMEGHINI (2002) os municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo estão inseridos no estado de São Paulo, economicamente mais próspero do país e na Região Metropolitana de Campinas, caracterizada pela dinâmica econômica, pelo crescimento e diversificação do setor terciário, pela tecnologia implantada no setor agropecuário e por seu importante pólo de ciência e tecnologia.

A presença de tais características deve-se aos processos históricos de acumulação de riquezas com o cultivo de café e às políticas de incentivo do

governo federal para industrialização e modernização do interior paulista, que levaram ao surgimento de “ilhas de prosperidade” no interior paulista, municípios que possuem dinamização e diversificação econômica, áreas urbanas demarcadas pela presença de comércios e serviços de alto padrão, grande arrecadação tributária municipal e altos índices de desenvolvimento humano e qualidade de vida.

Os quatro municípios estudados caracterizam-se por apresentarem diversificação econômica, possuírem centros urbanos dinâmicos, com serviços e comércios de qualidade (destinados à população de alta e média renda), significativa arrecadação tributária e apresentarem os melhores índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida do país. (cf. GONÇALVES e SEMEGHINI, 2002)

Esses municípios aliam um “clima” interiorano com a modernidade, combinação que atrai população e investimentos. Há nos municípios a presença de diversas áreas verdes, relativa segurança, tranqüilidade, relações de sociabilidade e outras características típicas de municípios de interior brasileiro convivendo com uma ampla gama de indústrias, comércio, serviços, estruturas urbanas, elementos que caracterizam cidades modernas, além da proximidade com os grandes centros urbanos como Campinas e São Paulo.

Desta maneira, a qualidade de vida e a presença de importantes equipamentos urbanos, foram determinantes para a atração de um expressivo contingente populacional. A migração foi responsável pela modificação da estrutura urbana desses municípios, uma vez que ao atrair uma camada da população com renda mais alta, ocorreram verdadeiros surtos de condomínios residenciais, comércios e serviços de alta qualidade.

Atualmente convivem nestes municípios, migrantes (principalmente provenientes de São Paulo e Campinas) moradores de condomínios residenciais e responsáveis pela transformação urbana a partir de 1980; e os antigos habitantes dos municípios e seus familiares, geralmente descendentes de europeus e asiáticos, que lutam para dar continuidade aos cultivos de fruticultura na região, atividade econômica esta que rendeu acumulação de riquezas desde o início da década de 1910 e a divulgação dos municípios em diversos locais do Estado de São Paulo.

O cultivo de frutas foi realizado na região tanto por imigrantes europeus (principalmente italianos) que décadas atrás cultivavam café como por imigrantes asiáticos (principalmente japoneses) que se instalaram na região a partir de 1910. Dentre as Frutas que merecem destaque, estão: figo, uva, goiaba, caqui, acerola, tangerina e pêsego.

As frutas produzidas e comercializadas geraram significativa renda para os produtores, bem como evidenciaram a importância dos municípios produtores. Porém, as transformações iniciadas na década de 1970 e dinamizadas com a institucionalização da Região Metropolitana de Campinas em 2000, como o crescimento populacional e urbano, incremento do setor terciário, criação de um pólo de ciência e tecnologia etc., acabaram por dificultar a continuidade da produção de frutas na região, já que os poucos investimentos no setor juntamente com a expansão urbana e as transformações macroeconômicas foram responsáveis por uma sensível diminuição do número de propriedades rurais fruticultoras.

Os produtores que permaneceram criaram na década de 1990, a *Associação de Turismo Rural Circuito das Frutas*, responsável pela implantação do turismo e de atividades rurais como meio alternativo para tentar agregar valor aos produtos e obter uma maior lucratividade. Para sobreviver com o cultivo de fruticultura, utilizaram a potencialidade da região para gerar turismo e buscar alternativas.

Em 2002 o Estado de São Paulo institucionalizou o Circuito das Frutas como uma estratégia econômica para atração de investimentos para os municípios e para a região. A partir de então, as administrações municipais pertencentes ao Circuito tornam-se responsáveis pelo apoio e fiscalização ao Circuito. Os roteiros turísticos presentes no Circuito abarcam visitação de plantações de frutas, venda de derivados e refeições com comidas típicas.

Há desta forma, uma importante questão. Os municípios estão inseridos em duas distintas regionalizações. A primeira delas é a Região Metropolitana de Campinas, marcada pelo crescimento urbano-industrial e pelos modernos pólos de pesquisa e desenvolvimento. A segunda região, o Circuito das Frutas cujo objetivo é desenvolver a produção de frutas e conseqüentemente o turismo rural nas propriedades fruticultoras e possui como atrativo principal a qualidade de vida existente no campo e nas

pequenas cidades do interior paulista. O contraste existente entre o rural tradicional e o urbano moderno foi o que chamou nossa atenção para efetuar este estudo, bem como o fato dos quatro municípios apresentarem alguns dos melhores índices de desenvolvimento municipal do Brasil e ter uma tradição rural significativa mesmo estando inseridos na segunda principal região metropolitana do estado de São Paulo.

Em suma, o objetivo central deste trabalho é compreender as transformações e as permanências nos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo com a implantação do Circuito das Frutas. A investigação buscou responder se houve melhorias sociais e econômicas nos municípios com a implantação do Circuito, de forma a verificar se essa estratégia do governo estadual de São Paulo para geração de desenvolvimento tem sido bem sucedida.

A investigação também objetivou discutir o grau de confluência dos objetivos do Circuito das Frutas e da Região Metropolitana de Campinas, observando se as vinculações entre ambos foi um fator positivo ou negativo para a busca do desenvolvimento.

Desta maneira, o trabalho se estruturou da seguinte forma: primeiramente serão expostos os aspectos mais gerais, permeados pela discussão teórica e logo após serão expostos os dados empíricos obtidos por meio de entrevistas e trabalhos de campo.

O primeiro capítulo, *Desenvolvimento: uma leitura geográfica*, trata do conceito central para este trabalho: desenvolvimento. Primeiramente há uma análise dos conceitos de território, lugar e região, como forma de demonstrar que o desenvolvimento pode ter uma leitura geográfica, uma vez que está ligado com tais conceitos da geografia. Adiante foram demonstradas diversas visões acerca do desenvolvimento ao longo dos anos, para que finalmente fosse realizada uma análise sobre o conceito de desenvolvimento que buscamos trabalhar.

O segundo capítulo, *O Estado de São Paulo e os Municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo – histórico recente e caracterização sócio-econômica*, mostra as transformações macroeconômicas ocorridas no estado de São Paulo nas últimas décadas, como forma de demonstrar tais acontecimentos sob um prisma mais amplo. Este capítulo trata também das

características sócio-econômicas do estado de São e dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo como forma de comparação dos municípios citados e do estado de São Paulo, o mais próspero do Brasil, no qual estão inseridos. Tal caracterização sócio-econômica permitiu uma visão mais abrangente das características destes territórios marcados pela dinamização e prosperidade econômica.

O terceiro capítulo, *A Formação Territorial dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo*, trata da formação territorial de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo, bem como o papel que imigrantes tiveram na mesma. A análise permitiu entender as raízes da produção fruticultora e a importância da agricultura para os municípios. Foi realizado também um estudo (gênese e caracterização atual) da Região Metropolitana de Campinas, regionalização que abriga os municípios analisados.

O quarto capítulo, *Caracterização do Circuito das Frutas*, é formado pela parte empírica do trabalho. Foi formulado, basicamente, por meio de entrevistas com agentes-chaves, trabalhos de campo e buscas em locais pertinentes. O capítulo trata do Circuito das Frutas: sua gênese e consolidação, suas atuais características, suas dificuldades e obstáculos e seus pontos positivos. Além disso, foram realizadas entrevistas com moradores e turistas a fim de entender a opinião destas pessoas sobre o Circuito das Frutas. Este capítulo foi importante para entender o Circuito das Frutas já que a bibliografia acerca do tema é escassa.

O quinto, *Conclusão*, capítulo tentou finalizar o trabalho por meio de constatações realizadas após a formulação do mesmo. Buscou-se desvendar se o Circuito das Frutas gerou desenvolvimento para os municípios pertencentes, ainda que sua institucionalização seja recente. Buscou-se também entender qual a influência gerada pela Região Metropolitana de Campinas dentro dos municípios a ela pertencentes, mas que também integram o Circuito das Frutas.

1. DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA GEOGRÁFICA

Antes da realização da discussão acerca do desenvolvimento apresentaremos breve reflexão acerca dos conceitos de lugar, território e região. Isso porque o debate sobre desenvolvimento não é alheio à abordagem geográfica, sendo estes conceitos-chaves relevantes.

1.1. O território, o lugar e a região: definindo conceitos

O conceito de território pode ser importante instrumento de análise na reflexão sobre diversas políticas públicas que visam o desenvolvimento local e regional. Desta maneira, a discussão sobre território torna-se importante para a compreensão dos fatores relacionados com tais estratégias públicas.

O território e seus recortes surgem nas últimas décadas como foco central para atração de vantagens competitivas e inovativas, entendidos como pontos importantes para a busca de desenvolvimento em contexto de disputas entre grupos sociais para atração de investimentos e para a criação de vantagens competitivas mais atraentes.

Sobre território, RAFFESTIN (1993) afirma:

“O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (pela representação, por exemplo) o ator territorializa o espaço.” (RAFFESTIN, 1993; pg. 143)

RAFFESTIN (1993) afirma ser o território um espaço demarcado pela presença do trabalho humano. Sobre o conceito de território afirma: "... um espaço onde se projetou um trabalho seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder." (RAFFESTIN, 1993; pg. 144). Portanto, como se considera relações sociais na definição de território, há também relações de poder. Neste sentido, RAFFESTIN (1993) afirma:

"(...) denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia da organização. É, portanto, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidade das estratégias. Toda combinação territorial cristaliza energia e informação estruturadas por códigos. Como objetivo, o sistema territorial pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarreta para os atores." (RAFFESTIN, 1993; pg. 158)

Por outro lado, SAQUET (2003) acredita que as forças políticas, econômicas e culturais, ao se relacionarem, efetivam o território. Desta maneira, o território é uma produção social no e com o espaço. O autor afirma também que o território possui multiterritorialidade, assim, as relações sociais ocorrem nos diversos espaços sociais dentro de um mesmo território.

ALBAGLI e BRITO (2003) acreditam que o território apresenta uma variedade de dimensões:

- física, como os recursos naturais e recursos resultantes de usos e práticas sociais;
- econômica, representada pelo questionamento: "O que, como e quem nele produz?";
- simbólica, representada pelas relações afetivas, culturais, e de identidade do indivíduo ou grupo com seu espaço geográfico;
- sócio-política, como as interações sociais e relações de dominação e

poder.

Desta maneira, o conceito de território torna-se indissociável das relações humanas. O território é entendido como o local onde ocorrem as relações humanas, ou seja, onde se constitui dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais distintas ao longo do tempo.

O conceito de territorialidade surge ligado às características do território, que como vimos, é demarcado pelas relações humanas. As relações humanas, ao longo do tempo, geram muitas vezes, sólidas cristalizações, sejam elas políticas, econômicas, sociais e culturais; formando assim a “identidade” do território.

A territorialidade, de acordo com ALBAGLI e BRITO (2003) é identificada pelas relações entre um indivíduo e seu meio de referência, manifestando-se em várias escalas geográficas, expressando sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito do território. Reflete o vivido territorial em suas dimensões cultural, política, econômica e social. A territorialidade, como atributo do homem é condicionada por normas e valores que variam de acordo com a sociedade e com o período. Neste mesmo sentido, BRUNET (1993) define territorialidade:

“(…) como relação individual ou coletiva com um território considerado como ‘apropriado’, no sentido de ‘tornado propriedade’. A territorialidade não deveria ser confundida, entretanto, como a defesa elementar do espaço necessário à sobrevivência. A identificação com o espaço é tomada no processo de socialização, sobressaindo-se da psicologia coletiva. Ela contribui para a elaboração da identidade do grupo. Contrariamente ao que acontece com as ‘raízes’, estes princípios são ‘portáteis’, e permitiram aos migrantes, pioneiros e outros grupos, reconstituir seus horizontes e anseios em novos espaços, ao se

apropriarem de novos territórios. Isto é o que permite, inclusive, a cada migrante que se desloca em novos espaços, no interior de uma mesma nação, de uma cidade para outra, refazer seu 'território'. Portanto, a territorialidade parece ser um elemento útil à coesão de grupos sociais. Por outro lado, ela é uma fonte ou um apoio a hostilidades, exclusões, ódios.” (BRUNET, 1993 apud KAROL, 2000; pg. 53)

A territorialidade, portanto, constitui o sentimento de pertencimento de determinado grupo social frente ao território que atuam. As características dadas pelas diversas cristalizações ao longo do tempo configuram importante fator para tal “apego” de diversos grupos. Ou seja, a territorialidade se dá por meio da identidade construída, refletida na organização social de grupos ao longo dos anos.

No entanto, o conceito de territorialidade confunde-se muitas vezes com o conceito de lugar. SUERTEGARAY (2001), afirma que por muito tempo a geografia considerou o lugar como um conceito único e auto-explicável. Porém, na atualidade este é analisado de forma mais abrangente.

A autora acredita que o lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta por meio do cotidiano que é compartilhado entre pessoas, empresas, instituições e conflitos. Portanto, compreender o lugar significa uma análise das necessidades existenciais dos habitantes, como as necessidades de localização, de posição, de mobilidade, de interação com objetos e pessoas, dentre outras. Assim, o lugar é o espaço da existência.

Neste mesmo sentido, CAPEL (1981) acredita que o lugar é o âmbito da existência real e da experiência vivida. Tem como traço marcante a forte presença cultural historicamente herdada. É o resultado das relações dos habitantes com seu espaço, que acabam criando o já discutido sentimento de pertencimento.

Desta maneira, para o entendimento do conceito geográfico de lugar, é necessária uma ampla compreensão das relações sociais existentes ao longo dos anos. O lugar configura-se como âmbito puramente social.

Outra discussão significativa realizada é a da regionalização já que a criação de regiões é fundamental, atualmente, para que as administrações públicas busquem o desenvolvimento e organizem sua atuação em diversas tarefas. A criação da Região Metropolitana de Campinas e do Circuito das Frutas traz à tona tal debate, uma vez que ambos constituem-se estratégias políticas de criação de regiões.

RIBEIRO (2004) acredita que a criação de regiões pode ser entendida de duas maneiras: regionalização como fato e regionalização como ferramenta. A primeira depende da reconstrução histórica, das condições historicamente construídas da reprodução social. Desta maneira, a criação de uma região está ligada com as características culturais e históricas construídas ao longo do tempo, ainda que tenha como finalidade uma finalidade, uma intenção.

A regionalização como ferramenta, por sua vez, é determinada como uma estratégia política, como uma forma de planejamento estatal. Desta maneira, a regionalização como ferramenta assume a forma-conteúdo, historicamente determinada, do planejamento conduzido pelo Estado.

Para conceituar região, KAYSER (1975) é uma referência, uma vez que utiliza a questão das relações sociais existentes para o entendimento do conceito. Neste sentido, KAYSER (1975), ao definir região, afirma:

“Uma região é, sobre a Terra, um espaço preciso, mas não é imutável, inscrito em um quadro natural determinado, e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro bem dotado de certa autonomia, e sua integração funcional em uma economia global.

“Ela é o resultado de uma associação de fatores ativos e passivos de intensidades variáveis, cuja dinâmica própria está na origem dos equilíbrios internos e da projeção espacial.” (KAYSER, 1975, pg. 282)

CORRÊA (1996) lembra que o conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle. A prática política e econômica de uma sociedade de classes implica a existência de formas diversas de controle das classes dominantes, que utilizam o conceito de diferenciação de área para visarem ação e controle destes territórios.

Já KAYSER (1975) afirma que na análise sobre região deve-se levar em consideração alguns aspectos tais como: a importância das características naturais e históricas presentes, os laços e as relações existentes entre seus habitantes, a organização desta região em torno de um centro e a existência da região como parte integrante de um conjunto maior. Além disso, é importante ressaltar que os limites da região são múltiplos e dinâmicos; agem tanto como freios como forças.

Os fatores naturais e históricos desempenham o papel de primeira grandeza na formação regional, porém, não caracterizam o “motor” da região. O que explica a região em seu dinamismo, mecanismo e formação são seus centros e suas vias de comunicação. (cf. KAYSER, 1975)

Desta maneira, de acordo com RIBEIRO (2004), a regionalização compreende a institucionalização de fronteiras e limites, pressupõe desta forma, poder: o poder de criar e estabelecer formas espaciais e o poder de institucionalizar e garantir a permanência destas formas. A região é compreendida como uma expressão espacial dos interesses e das práticas de distintos agentes e da influência das diversas esferas da vida coletiva.

Cabe-nos investigar adiante as diversas visões de desenvolvimento adotadas ao longo dos anos, bem como analisar o conceito de desenvolvimento utilizado no trabalho e de que forma ele é adotado nos territórios.

1.2. Breves reflexões sobre o conceito de desenvolvimento

A temática do desenvolvimento local, deriva da discussão sobre de desenvolvimento, conceito esse que foi se transformando ao longo dos anos.

SILVA (1998) afirma que uma das mais importantes abordagens acerca do conceito de desenvolvimento foi criada pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina das Organizações das Nações Unidas), instituição sediada em Santiago (Chile) e criada em 1948.

Para os teóricos cepalinos, a industrialização era uma exigência para haver desenvolvimento. Desta forma, muitas vezes o termo desenvolvimento era confundido com aumento de produtividade e crescimento econômico. SACHS e LAGES (2001) afirmam que durante toda a segunda metade do século XX, a construção do desenvolvimento se deu privilegiando o enfoque puramente econômico; ainda que acreditem que mesmo considerado apenas o desenvolvimento econômico a questão social está automaticamente implícita.

De acordo com SILVEIRA (2002), esta intensa ligação entre desenvolvimento e industrialização ocorria porque naquela época vigorava um padrão econômico de industrialização inflexível, em moldes fordistas, e um padrão político centralizado no poder dos governos centrais. O modelo de desenvolvimento existente, o fordismo, foi uma associação entre produção em massa, regime salarial, separação hierárquica do trabalho e um papel centralizador do Estado.

Esse modelo de desenvolvimento adotado até meados da década de 1980 entrou em crise e, apesar dos avanços econômicos conquistados, a exclusão social e pobreza aumentaram de forma significativa nos países desenvolvidos e em maior grau nos países subdesenvolvidos. (cf. SILVEIRA, 2002)

Neste mesmo sentido, FRANCO (2001 *apud* SACHS e LAGES, 2001) acredita que sem alcançar certo patamar de desenvolvimento social, as sociedades encontrarão expressivas dificuldades e obstáculos para conquistarem alguma expansão econômica significativa.

Seguindo esta linha, COCCO (2000 *apud* SILVEIRA, 2002 pg. 4) afirma que se na era industrial fordista predominava a visão que a desigualdade era conseqüência do não crescimento econômico, esta idéia transformou-se na visão de que a desigualdade é causa do não crescimento.

Frente a essa visão de desenvolvimento ligado ao crescimento econômico, FURTADO (1987) contesta esta conceituação e acredita que o desenvolvimento depende de mudanças sociais e mentais de determinada população. Assim, a idéia de desenvolvimento, para FURTADO, é entendida como avanços tanto econômicos quanto sociais; fundada no progresso técnico e na expressão dos valores de determinada coletividade.

Derivado deste debate, a questão do subdesenvolvimento é ainda mais complexa e envolve diversos aspectos a serem analisados. Celso Furtado foi o grande teórico do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Desta maneira, para vencer a barreira do subdesenvolvimento não basta apenas conquistar altos níveis de renda per capita dos países com economia avançada; há a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento, uma ação governamental capaz de modificar a distribuição de renda primária.

Permaneceu no Brasil, até meados da década de 1980, ações que visavam o desenvolvimento nacional por meio da industrialização em diversos pontos do país, ainda que bastante concentrada no Sudeste. O governo central detinha grande parte do poder, no sentido de alcançar o desenvolvimento, uma vez que como citado anteriormente, era o responsável pela arrecadação da quase totalidade dos tributos.

RAMBO e RÜCKERT (2004) assinalam que o governo brasileiro procurou ao longo do século XX consolidar o programa de indução à modernidade. Mostrou-se bem sucedido neste processo industrial, formando uma economia de capitais estatais, privados, nacionais e internacionais integrada. Entretanto, há até os dias de hoje, significativas lacunas e discrepâncias sociais, econômicas e territoriais uma vez que a industrialização não foi acompanhada de transformações na estrutura agrária e na distribuição de renda.

A crise de 1980 deixou profundas marcas negativas no país e coincidiu com crises financeiras. Teve como conseqüências a escassez de investimentos externos, desarticulação de investimentos, degradação da

infra-estrutura econômica e a deterioração dos investimentos públicos. (cf. RAMBO e RÜCKERT, 2004)

No entanto, este modelo de poder centralizado perdeu força na década de 1980 e os repasses de verbas para os estados e municípios brasileiros foram dificultados, gerando significativa crise fiscal no Brasil. Ocorre, então, a promulgação de uma nova Constituição federal que cedeu maior autonomia aos estados e municípios.

Nesta mesma época, de acordo com PORTELLA FILHO (1994), ganha força a abordagem neoliberal, conhecida como *Consenso de Washington*, que acredita ser o Estado nacional, o protagonista da crise. O *Consenso de Washington* afirmava que os problemas latino-americanos possuíam suas origens nas estratégias de desenvolvimento baseadas na substituição de importações, ocasionando um padrão de crescimento para o interior e uma má alocação de recursos. O Estado era visto como obstáculo, cuja função era sufocante e cujas empresas públicas assumiam papéis que poderiam ser desempenhados por empresas privadas. Assim, com poucos recursos para investir no setor público, o Estado realizou uma forte proteção de empresas nacionais, diminuindo sua competitividade externa e conseqüentemente desestimulando as exportações. (cf. PORTELLA FILHO, 1994)

Desta forma, o *Consenso de Washington* previa que para solucionar a crise, o Estado teria que adotar algumas reformas, como: privatizações, redução na regulação estatal em transações financeiras e comerciais e abertura do mercado para o capital estrangeiro. (cf. KEINERT e SILVA, 1995; pg.: 35 *apud* SILVA, 1998)

LOPREATO (2000) acredita que a Constituição Federal de 1988 desencadeou um movimento de descentralização significativa, que resultou em um fator de desagregação do tecido federativo brasileiro. Ao ganharem autonomia, os estados e municípios brasileiros ampliaram sua participação no valor da receita disponível e do gasto. Os governos subnacionais correspondem a 32% do total dos tributos e ficam com 43% da receita tributária nacional após transferências. Quanto aos gastos, são responsáveis por 62% da folha de pagamentos de servidores públicos, 71% dos outros custeios e 78% de investimentos fixos. Desta maneira as ações implantadas nos municípios foram distintas, de acordo com as necessidades julgadas por

cada administração local. A descentralização política e a grande variedade de necessidades e ações fizeram com que a implantação de um projeto de âmbito nacional fosse cada vez mais dificultada.

COELHO (2000) acredita que a teoria do desenvolvimento precisou ser repensada e relacionada com sua dimensão territorial, uma vez que o desenvolvimento até a década de 1980 sempre fora considerado a partir de uma ação macro, centralizada em políticas da esfera federal. Os antigos paradigmas de desenvolvimento caíram por terra ao se depararem com as características da globalização, com intensa geração de interatividade, uma expressiva e crescente velocidade em termos de comércio, finanças e informação; gerando políticas associadas a modificações nos arranjos institucionais.

A globalização e seu paradigma tecnológico, baseado em modelo flexível, trouxeram algumas conseqüências nefastas para países em vias de desenvolvimento. A expressiva competição aliada às características econômicas e sociais de países como o Brasil geraram situações delicadas em diversos municípios.

Com a globalização houve descentralização de poder estatal e menor intervenção na economia. Desta maneira, surgiram diversos questionamentos no momento de crise e diversos teóricos buscaram um modelo de desenvolvimento que levasse em consideração aspectos sociais e não apenas econômicos e industriais.

O município e muitas vezes os aglomerados urbanos ganharam destaque na agenda política do Brasil, tornando-se desta maneira, agentes com maior protagonismo na dinâmica econômica, social e cultural de cada local. A autonomia conquistada na década de 1990 os tornou responsáveis, por muitos avanços e maior desenvolvimento alcançado. Neste sentido SILVA (1998) afirma:

“As mudanças trazidas pela nova Constituição têm possibilitado que municipalidades conseqüentes avancem no campo do desenvolvimento econômico local e na implementação de políticas sociais. É possível

tomar iniciativas que resultem em melhoria dos serviços públicos, já que há maior acesso a recursos tributários. O município pode assumir e atuar em áreas onde a presença da União ocorria tradicionalmente. A partir, daí tivemos no país algumas experiências municipais comprometidas com a modernização econômica e social, com o reaparelhamento institucional, com a democracia participativa e com critérios descentralizadores.” (SILVA, 1998, pg. 44)

Desta maneira, o poder de utilização do Fundo de Participação dos Municípios pelas administrações locais levou a uma pressão por emancipação de diversos municípios no Brasil. No entanto, este processo gera um aprofundamento das desigualdades na coordenação da federação sobre as esferas subnacionais, além de evidenciar ainda mais a fragmentação e segregação. (cf. AFFONSO, R. B. A., 2000).

BRANCO, DANIEL e FLEURY (2001) lembram que se abriu um novo espaço de autonomia da esfera local, no que se refere ao desenvolvimento econômico. Mas é uma autonomia relativa tanto em âmbito local, nacional quanto internacional. O modelo fundamentado nas experiências da Terceira Itália, onde foi implementado um modelo de desenvolvimento local e regional baseado em relações de cooperação econômica principalmente entre micro, pequenas e médias empresas, acabou se tornando uma referência.

No Brasil, como os municípios tiveram a atuação no campo do desenvolvimento ampliada, conseqüentemente, a União e os estados reduziram suas ações no âmbito local. No entanto, a retração das duas instâncias citadas acima, e a falta de cooperação intergovernamental, a nosso ver, é prejudicial para avanços em diversas questões de difícil resolução para os municípios.

1.3. O desenvolvimento de base local/ regional

A década de 1990, no Brasil, foi marcada por algumas experiências de busca de alternativas de desenvolvimento, para que alguns dos efeitos mais significativos gerados por transformações macro, em especial a exclusão social, fossem amenizados.

Dentre as transformações citadas acima cabe destacar o início da inserção brasileira no contexto neoliberal da globalização. A intensificação do comércio internacional juntamente a descentralização política gerou um contexto de expressiva competitividade econômica para todo o país.

Além disso, o conceito de desenvolvimento, tido como indissolúvel na era industrial, que punha somente no crescimento industrial todas as expectativas para que se gerasse desenvolvimento, não permitiu uma ampla inclusão social e não permitiu também o fim das desigualdades sociais; portanto, tornou-se inútil e obsoleto para esta nova fase mundial. Desta maneira, SILVEIRA (2002) afirma:

“(...) o crescimento, por si só ou mesmo acompanhado de ações redistributivas, não garante inclusão social ou redução das desigualdades. Tais mecanismos devem ser constituídos *ex ante*, no campo de uma sociabilidade (e de acesso a novas possibilidades de interação) que não se mostra como imediata e estritamente econômica. Acentua-se, portanto a presença de elementos que se podem chamar de extra-econômicos: algo que se passa no terreno da cultura e dos direitos, da possibilidade de novos vínculos, do encontro de vontades e saberes que conforma um tecido social cooperativo.” (SILVEIRA, 2002, pg. 4)

O autor acredita ainda que a crise fordista industrial foi marco também da crise das teorias sobre desenvolvimento vigentes, as quais haviam

eliminado a alusão ao território, substituindo-o pela lógica abstrata das categorias macroeconômicas e das economias de escala. Nesta nova fase, o território é tido como um agente específico do desenvolvimento e não apenas um mero espaço das atividades. (cf. SILVEIRA, 2002)

No modelo de desenvolvimento proposto de base local ou regional, a essência está no território, uma vez que este, ao ser uma construção social, é dotado de forças endógenas, de relações sociais, de potencialidades naturais, de uma “personalidade” solidificada e de diversas outras potencialidades locais. O território é elemento essencial para a geração de desenvolvimento. Como afirma DE ROO (2001) o território torna-se matéria-prima da ação pública, é visto como o lugar da definição das políticas. O território não é apenas um aglomerado de atividades, de população ou um suporte físico para ação de estratégias, mas ele contém os agentes que o tornam ativo.

COELHO (2000) acredita que a organização do território para fins do desenvolvimento local necessita ter como ponto inicial um pacto territorial que viabilize os interesses dos diversos agentes regionais. Há a necessidade de formação deste pacto, ou seja, de uma estrutura organizacional que gere um espaço de interação dos diversos agentes e a construção de uma entidade responsável pelas ações propostas. Para que seja formado o pacto territorial citado acima, o autor enumera alguns requisitos, dentre eles:

- a) identificação e mobilização de agentes em torno de programas estruturantes
- b) alto nível de acordo entre as instituições, empresas e sociedade civil organizada;
- b) definição de um projeto orientado ao desenvolvimento das atividades produtivas de um território;
- c) desenvolvimento partindo “de baixo”, com iniciativas em nível local e com prazo de execução definido;
- d) existência de agentes gerenciadores que expressem o acordo e a união entre os agentes envolvidos e que coordenem as ações para as mesmas tornem-se eficazes;
- e) necessidade de boa base informativa.

Portanto, como afirma SILVEIRA (2002), antes da criação de sistemas produtivos locais plenamente constituídos, deve haver arranjos socioinstitucionais. Não se trata de produzir o desenvolvimento local, mas sim de criar um ambiente para que as potencialidades sejam convertidas em iniciativas protagonizadas produtivamente pelos agentes locais.

Assim, o desenvolvimento local é antes de tudo uma atividade societária compartilhada pelos agentes sociais, gerando uma comunidade. O local (menor instância administrativa, entendido aqui tanto como um município, quanto um pequeno aglomerado deles) é entendido como o lugar onde a realidade se constrói, onde a vida social e as ações de agentes sociais se concretizam e onde os obstáculos devem ser analisados e superados.

Seguindo esta linha de pensamento, RAMBO e RÜCKERT (2004) afirmam que a importância de ações na escala local/regional se deu por meio da mobilização de atores locais e pela vivência foi possível um maior reconhecimento das necessidades, demandas e potencialidades deste local.

Já SILVEIRA (2002) afirma que o desenvolvimento local é entendido como uma alternativa para a criação de um desenvolvimento social, não-desigual e não-excludente. Portanto, não se trata de inserir o local no modelo “clássico” de desenvolvimento industrial, ou tampouco de reduzir sua escala. Não se trata de uma questão de escalas. O local é uma busca de alternativas para um *outro* desenvolvimento. O local, assim como as demais escalas, tem a capacidade de transformar-se.

Para OTH (1997) o desenvolvimento local não se resume apenas nas iniciativas econômicas e sim em uma ampla gama de iniciativas individuais, associativas e cooperativas que visam o social. O desenvolvimento local é apoiado nas capacidades endógenas do território e é favorecido pelo “clima econômico e cultural” (ações locais em face da criação de atitudes novas).

No entanto, conforme afirma AMARAL FILHO (1995), o desenvolvimento local deve ser realizado “de baixo para cima”, endogenamente. No entanto, esta ação deveria ocorrer num ambiente federalista, com cooperação entre os entes federados. Se não ocorrer cooperação, certamente os locais com maior autonomia e recursos criarão condições para o desenvolvimento, enquanto outros locais com maiores

dificuldades não alcançaram tal objetivo. A desigualdade irá persistir, enquanto que o desenvolvimento de fato, não.

1.3.1. Principais referências conceituais para o debate acerca do desenvolvimento local

Seguindo um modelo próximo ao proposto por SILVEIRA (2002), cabe aqui considerar alguns dos conceitos-chave para a discussão sobre a temática do desenvolvimento local, a saber: cooperação e capital social, parcerias e redes, esfera pública e democracia, mobilização produtiva do território e arranjos produtivos locais e aprendizagem social.

1.3.1.1. Cooperação e Capital social

O conceito de cooperação é fundamental para a discussão de desenvolvimento local/regional que se quer propor. A cooperação é um tema central para a conquista de desenvolvimento não somente econômico, mas também social, com características de relações marcadamente não-mercantis.

Diversos autores, nos últimos anos, vêm afirmando que os avanços econômicos e sociais são provenientes de ambientes onde existam fortes laços de cooperação entre os agentes envolvidos. Afirmando que é equivocada aquela antiga afirmação que ambientes sujeitos à forte competição, conquistam avanços mais significativos.

SILVEIRA (2002) afirma, neste sentido, que o próprio dinamismo econômico depende dos fatores não econômicos, que se ligam mais à confiança e à cooperação social do que à competição propriamente dita. Relações de cooperação são mais favoráveis ao desenvolvimento das sociedades; a competição gera um crescimento concentrador, sem desenvolvimento.

Ambientes com expressivos traços de cooperação entre diversos agentes mostram-se mais propícios para a formação do desenvolvimento local, com ampla presença de uma economia solidária, baseada nas relações sociais. A existência de relações de confiança é primordial para que se conquiste a cooperação em um determinado território. Neste sentido, LAGES e SACHES (2001), afirmam:

“É sabido que para os pequenos negócios urbanos e rurais torna-se fundamental encontrar formas de cooperação para enfrentar a elevada competitividade de uma economia integrada internacionalmente como a do Brasil.” (LAGES e SACHS, 2001, pg. 7)

PUTMAM (1996) acredita que algumas características da organização de determinadas sociedades como confiança, normas e sistemas contribuem para a formação de ações coordenadas, gerando condições propícias para o desenvolvimento. No entanto, as relações de confiança e solidariedade podem acontecer de variadas maneiras e com diversos atores, mesmo em locais onde essas ações ainda não existam. Dependem da vontade de certo grupo de pessoas e não são características intrínsecas ao território.

COELHO (2000) afirma que a definição de desenvolvimento local não pode dar-se separadamente da de cooperação, uma vez que o primeiro nada mais é do que a institucionalização de formas de cooperação e integração entre cadeias produtivas e redes econômicas e sociais que buscam como consequência a ampliação das oportunidades locais.

As relações de confiança e cooperação geram capital social. Este é definido por FRANCO (2001 *apud* LAGES e SACHS, 2001) como a capacidade das pessoas de uma dada sociedade de:

- subordinar interesses individuais aos grupos maiores;
- trabalhar juntos visando um objetivo comum;

- associar umas às outras e formar novas associações;
- compartilhar valores e normas
- viver em sociedade, interagindo socialmente.

Ou então, como afirmam ALBAGLI e BRITO (2003), capital social é um conjunto de instituições formais e informais, incluindo hábitos e normas sociais que afetam os níveis de confiança, interação e aprendizado de um sistema social. O capital social propicia relações de confiança, que favorecem a formação de um aprendizado interativo e de um conhecimento tácito.

Portanto, capital social é entendido como capacidade de associação, de geração de relações de confiança, de cooperação e de solidariedade entre diversos agentes sociais. Desta maneira, o capital social é um forte indicativo da existência e do grau das relações não-mercantis em determinado território. Em última instância, é um forte indicativo da existência ou não de uma economia solidária significativa.

SILVEIRA (2002) acredita que quanto mais horizontais os padrões de organização (quanto menos hierárquicos e piramidais) e quanto mais democráticos os meios para a regulação de possíveis conflitos, melhores serão as condições para a construção do capital social.

Para COELHO (2000) a economia solidária era, até a década de 1990, identificada a partir de unidades econômicas familiares. Isso porque diversas associações marcadas pela confiança e cooperação possuíam estrutura familiar. No entanto, as novas organizações de economia solidária, não se reduzem a organizações familiares, mas abrangem diferentes formas organizacionais urbanas e rurais, formas cooperativas e autogestionárias, experiências comunitárias e associativas, iniciativas tecnológicas alternativas e socialmente apropriadas, dentre outras.

Neste sentido, VITTE (2007) acredita que o sentimento de pertencimento pode criar espaços comunitários. A proximidade entre os agentes sociais pode gerar relações de confiança se houver interações. A reciprocidade de atitudes e valores tem como consequência a superação das relações de conflito e competição.

No entanto, em diversos casos existentes no Brasil, a competição entre

territórios é nítida e ela acaba distanciando projetos e ações voltadas para o desenvolvimento local marcado pelos traços de solidariedade.

Há diversos potenciais locais para atração de investimentos privados, como os recursos naturais, populacionais, econômicos, sociais e político-administrativos. Não são raros os casos de competição entre territórios. A competição entre localidades é marcada pela criação de instrumentos que tenham como finalidade a atração de investimentos. Há a criação de programas de isenções fiscais, implementação de infra-estruturas e intensificação das chamadas “potencialidades locais”. Neste sentido, AMARAL FILHO (1995) afirma:

“Recentemente, no Brasil, tem-se destacado uma articulação de promoção do desenvolvimento local na qual os estados federados têm praticado entre si uma verdadeira *guerra fiscal* no sentido de criar condições de atração de investimentos. A arma principal dessa guerra tem sido a prática da renúncia fiscal (sobre o ICMS) em favor dos investidores hóspedes. Essa prática tem sido estimulada tanto pela necessidade de os governos locais criarem novos postos de emprego no setor privado, quanto pelo forte processo de deslocalização industrial verificado entre países e regiões industrializadas, com alto custo de mão-de-obra, e em países e regiões em desenvolvimento (com baixo custo de mão de obra). (AMARAL FILHO, 1995; pg. 19)

Além disso, RUI AFFONSO (2000) acredita que a guerra fiscal entre estados e entre municípios, aliada à emancipação descontrolada de municípios são dois importantes fatores de fragmentação da federação. A guerra fiscal, uma competição entre diversos municípios para atração de investimentos (principalmente os industriais, provenientes da arrecadação de impostos), é marcada pela isenção fiscal como forma de atração destas

empresas e traz como consequência uma deficiência na implantação de projetos sociais e de desenvolvimento para as esferas subnacionais, dificultando a implantação de um projeto de desenvolvimento nacional.

Neste mesmo sentido, houve mudanças significativas também nos governos estaduais e municipais, uma vez que houve abandono de políticas de desenvolvimento nacional. “A maneira encontrada pelas esferas estadual e municipal de uma maior arrecadação foi a tentativa de atração de investimentos com certas isenções fiscais, entre entes públicos subnacionais”. CANO (2007) afirma que há verdadeiros leilões de localização industrial promovidos por transnacionais, gerando fragmentação do território nacional.

A competição entre territórios pode gerar aglomeração e crescimento momentâneos e imediatos. No entanto, a fragilidade deste processo evidencia a falta de cooperação entre os próprios estabelecimentos locais. O verdadeiro “leilão de territórios” para futuros investimentos acaba sendo uma prática negativa, uma vez que coloca municípios e regiões na esfera do comércio capitalista. A não formação de uma economia sólida e a exclusão gerada por esta prática acaba desvirtuando o verdadeiro sentido do desenvolvimento local.

Cabe destacar que a promoção dos municípios é realizada por uma técnica bastante eficaz em vários países e no Brasil: o *citymarketing*. Esta técnica consiste na “maquiagem” ou construção de uma imagem local para ser vendida como mercadoria. Os municípios utilizam-se de algumas características tidas como potencialidades (criadas ou não) para atração de investimentos, modificam-na de forma a exaltar tais potencialidades e utilizam-se de métodos publicitários para divulgar tais características municipais.

Embora SÁNCHEZ (1998) tenha uma visão negativa do *citymarketing*, ela lembra que o crescente investimento em *citymarketing* é um importante aparato promocional para situar os municípios e regiões no “mapa do mundo” e com isso tentar obter reconhecimento. Desta forma, a valorização do local ganha destaque em contexto de globalização econômica, já que a mobilidade produtiva e financeira permite uma maior liberdade de

localização, aumentando a importância das localidades para diversos capitais.

Infra-estruturas físicas e comunicacionais, regulação política e social, qualidade de vida e outros são alguns dos fatores de atração de investimentos. Neste processo, ganha destaque a “venda” das cidades com o uso de técnicas publicitárias para a construção de imagens e venda das mesmas. O *marketing* municipal passa a ser uma estratégia do planejamento atual e o *citymarketing* o resultado desta estratégia, um verdadeiro instrumento para legitimação dos interesses das coalisões locais dominantes. (cf. SÁNCHEZ, 1998)

Parece ser contraditório. Há visões sobre desenvolvimento local que o entendem como modelo alternativo de desenvolvimento que permite a inclusão social, por meio da consolidação do território como agente. Desta forma, o desenvolvimento teria que ser endógeno, de acordo com as características de um determinado local e de acordo com as vontades e desejos de ação dos diversos agentes que convivem neste mesmo território. No entanto, o que ocorre é justamente o contrário: a autonomia conquistada pela instância local é utilizada para que o território seja “negociado”, em uma nítida relação capitalista com empresas, muitas vezes, multinacionais. Não há uma relação endógena e nem uma sinergia entre os agentes locais, mas uma imposição exógena, que tem como resultado a continuidade dos problemas sociais e um momentâneo avanço econômico.

Como afirma AMARAL FILHO (1995), a atração de investimentos externos é importante para qualquer território, no entanto, esta prática não pode ser primordial na gestão do desenvolvimento local deste mesmo território. Há, assim, a necessidade de primeiramente criar condições para que o desenvolvimento seja endógeno e gere avanços sociais, para que então, haja a negociação com agentes externos.

FISCHER (2002) contribui para a discussão quando afirma que a competição enfatiza o econômico, com uma estratégia voltada às novas formas de organização do sistema produtivo. Já a cooperação enfatiza um modelo de ações que devem se inspirar nos valores de cidadania, incluindo os setores excluídos. A cooperação não ignora o crescimento econômico, mas coloca limites ao tipo de crescimento e faz ligação entre os fatores

econômicos e não econômicos. Privilegia o local como objeto de ação e dá ênfase às estratégias de ação autônomas e com tecnologias apropriadas.

A visão de desenvolvimento local ou regional que queremos trazer para a atual discussão e para verificação de sua presença no Circuito das Frutas é diferente da realidade exposta acima. Ainda que a teoria, se seguida com exatidão aparentemente pareça irreal ou impossível, o simples surgimento de alguns conceitos expostos já nos parece positivo para a inclusão neste modelo de desenvolvimento proposto.

1.3.1.2. Parcerias e redes

Os conceitos de parcerias e redes também estão significativamente interligados para o desenvolvimento da discussão proposta, bem como se configuram como importantes bases para o entendimento e para a classificação do que aqui se pretende tratar como desenvolvimento local.

Para SILVEIRA (2002), a parceria pode ser classificada como um fator de sinergia; entendida tanto como a ampliação da potência de cada parceiro, resultado da própria relação de parceria como a obtenção de resultados que superem a soma das partes.

Portanto, num mundo interconectado como o atual, torna-se necessária a formação de organizações que visem a cooperação e formem parcerias sólidas baseadas na confiança entre os diferentes agentes.

É necessário também o entendimento de uma importante parceria: a articulação entre Estado, sociedade civil e setor privado, favorecendo as relações entre Estado e sociedade e garantindo acesso aos serviços sociais.

As redes, como afirma SILVEIRA (2002), envolvem graus mais abrangentes de interdependência e articulação. Elas são uma potencialização das parcerias, mais abrangentes e complexas.

No entanto, o conceito de rede que queremos explorar pode ser entendido como toda organização que segue um padrão horizontal, ou seja, um padrão homogêneo.

MARTINHO (2001) acredita que as redes tornam-se atualmente o padrão organizacional mais compatível com as necessidades sociais e de inclusão desse novo desenvolvimento que é proposto. As redes devem conter as relações de confiança e cooperação, de democracia e de articulação entre diversas esferas.

Neste mesmo sentido, COELHO (2000) acredita que o desenvolvimento local/regional deve ser tomado por uma ação integrada, capaz de articular territórios e grupos sociais, formando uma ampla rede de cooperação e solidariedade. Esta rede é a forma organizacional do novo modelo de desenvolvimento territorial proposto.

Portanto, a organização em rede proposta, não segue antigos modelos hierárquicos calcados na concentração de poder e nas decisões “de cima para baixo”. Ao contrário deste, as redes propostas devem ser organizações caracterizadas pelas decisões e ações endógenas, e pelas significativas relações sociais de confiança, cooperação e solidariedade.

1.3.1.3. Esfera pública e democracia

As relações entre a esfera pública e a sociedade civil e o conceito de democracia permeiam esta nova discussão dos itens necessários ao modelo de desenvolvimento local que queremos propor.

Como já vimos anteriormente, até a década de 1980 vigorou no Brasil e no resto do mundo um modelo de desenvolvimento centrado nos avanços econômicos e na centralização do poder do Estado. FLEURY (2006) afirma:

“A idéia de desenvolvimento esteve sempre associada à expansão das formas capitalistas de produção e às suas conseqüências em termos do progresso técnico, da acumulação de riquezas e do desenvolvimento institucional.” (FLEURY, 2006; pg. 24)

Desta maneira, a democracia e o surgimento de uma esfera pública plural e inclusiva não se encontravam em pauta para a discussão sobre desenvolvimento. A presença de um Estado autoritário e não-inclusivo durante muitos anos (principalmente durante o período militar) trouxeram à tona, anos depois, a necessidade de se pensar nos direitos civis como uma maneira de conquistar avanços sociais.

É expressivamente importante que como condição de desenvolvimento local exista democracia em seu sentido mais amplo, ou seja, que haja uma ampliação da esfera pública. DE PAULA (2001 *apud* SILVEIRA, 2002) afirma:

“(...) a democracia é um modo de organização participativa, que busca a desconcentração do poder, o compartilhamento de decisões e responsabilidades; (...) a democracia deve ser entendida sobretudo como processo de ampliação da esfera pública, como um esforço continuado de conquista dos espaços de participação e controle social.” (DE PAULA, 2001 *apud* SILVEIRA, 2002).

FLEURY (2006) acredita que a democracia é condição inerente ao desenvolvimento. É também um componente essencial para o processo de desenvolvimento, seja por sua importância intrínseca, seja por suas contribuições instrumentais ou ainda por seu papel construtivo na criação de valores e normas compartilhadas.

Além disso, a democracia participativa condiciona o desenvolvimento e lhe dá sustentabilidade. Todas as mudanças vão ao sentido de entender o desenvolvimento como ampliação da esfera pública e expansão da cidadania, em processos globalizados que, ao mesmo tempo, recriam o nível local em novas formas de co-gestão, envolvendo Estado e sociedade. Desta maneira FLEURY (2006) afirma:

“(…) a consolidação da democracia no Brasil, ao mesmo tempo que ampliou direitos sociais e gerou uma nova institucionalidade democrática, foi simultânea a um processo de redução do papel do Estado e da sua capacidade de investimentos e redistribuição.” (FLEURY, 2006; pg. 44)

As experiências de movimentos sociais e governos populares, segundo COELHO (2000) têm reafirmado a vontade de construção de uma esfera pública democrática. Esta ação esteve significativamente presente nas décadas de 1980 e 1990 e eram ligadas ao processo de descentralização política após a ditadura militar.

SILVEIRA (2002), neste mesmo sentido, acredita que o adensamento da sociedade civil brasileira deu-se a partir da Constituição Federal de 1988, período posterior à experiência ditatorial brasileira, responsável direta por diversos movimentos sociais pró-democratização do país. Desta forma, segundo o autor, a entrada da sociedade civil na cena pública gera um alargamento forçoso que reposiciona o papel e a natureza do Estado. SILVEIRA (2002) afirma:

“O reconhecimento da necessidade e da insuficiência do Estado deve ser visto não apenas por sua capacidade de operar, mas como dimensão da própria questão democrática como tal. Particularmente na medida em que se incorpora razões de sociedade, isto é, transforma os olhares da sociedade (distintos por natureza da ótica de qualquer Estado) em poderes da sociedade, poderes de formular, intervir e realizar no terreno público.” (SILVEIRA, 2002; pg. 18)

A ampliação da esfera pública gera a oportunidade da sociedade civil transformar o território. A ação civil conquistada pela democracia torna-se base essencial para que possamos pensar em desenvolvimento local gerado por distintos agentes de uma sociedade. E este movimento é aqui considerado como ampliação da participação da sociedade civil e não como uma forma de desresponsabilizar o Estado frente às suas funções.

O desenvolvimento local proposto, de acordo com COELHO (2000), significa estender para a economia um caminho centrado na democracia, trabalhando na construção de uma economia popular baseada em valores de solidariedade e cooperação; permitindo aos setores populares a superação da alienação e exclusão social.

Desta mesma forma, SEN (2000) acredita que há a necessidade de haver uma revolução no conceito de desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento deve ser entendido como a expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Tais liberdades podem ser entendidas como liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais e garantias de segurança e transparência públicas. Desta maneira, não há desenvolvimento, se não houver democracia.

Torna-se importante destacar que a democracia brasileira ou ampliação da esfera pública não são realizadas em todo território nacional. O direito de participação política e o direito de acesso aos serviços públicos não ocorrem para toda a sociedade civil. As camadas mais elitizadas, em geral, possuem tal acesso, enquanto que para as camadas excluídas da sociedade, democracia e cidadania são ficções; apenas ações pontuais assistencialistas de combate à pobreza.

1.3.1.4. Mobilização produtiva do território e arranjos produtivos locais

No tema sobre desenvolvimento local, ganha destaque a discussão acerca da mobilização produtiva territorial, mais especificamente a discussão

acerca dos arranjos produtivos locais (APLs), institucionalidade comum na atualidade.

Cabe destacar que há atualmente diversos APLs institucionalizados por governos nacionais e estaduais. A maior concentração está presente no estado de São Paulo e entre eles há casos com a presença de apenas um município ou com a presença de diversos municípios. A confiança e a cooperação são pré-requisitos básicos para que se institucionalize um APL.

Conforme afirmam ALBAGLI e BRITO (2003), os APLs surgem associados às trajetórias históricas de construção de identidades (local e regional), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. No entanto, as políticas públicas e privadas podem contribuir para estimular os processos de interação, cooperação e confiança entre os agentes.

Segundo as definições de SUZIGAN (2001):

“Sistemas Produtivos Locais: aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território,... (com) vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem. Incluem não apenas empresas produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras..., prestadora de serviços, comercializadoras, clientes... associações – mas também outras instituições públicas e privadas voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento.

“Arranjos Produtivos Locais (APLs): aglomerações produtivas cujas articulações entre os agentes locais não é suficientemente desenvolvida para caracterizá-las como sistema”. (SUZIGAN, 2001)

Neste sentido, de acordo com o *site* da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO (24/04/2009), os APLs se caracterizam por ser uma concentração geográfica com um expressivo número de empresas, principalmente médias e pequenas, de um mesmo setor ou mesma cadeia produtiva, que mantêm algum vínculo de cooperação entre si e com outros agentes públicos e privados. Além disso, os APLs devem contribuir para o crescimento individual e coletivo das empresas, por meio de ganhos de competitividade e de acesso a novos mercados consumidores; os APLs consolidam-se como um instrumento de um modelo de desenvolvimento territorial e regional. Desta maneira, a cooperação é o fator responsável pela organização e pelo ganho de competitividade destas empresas e da comunidade local envolvida. De acordo com o *site* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO (24/04/2009):

“Participam da governança e do desenvolvimento de um APL as empresas locais, com predomínio das pequenas e médias, que são ao mesmo tempo os agentes principais e beneficiários, as associações locais de apoio empresarial, as associações de classe, as organizações setoriais, órgãos de poder público (local, estadual e federal), universidades, centros de pesquisa, entre outros. Uma governança bem estabelecida leva à sustentabilidade do APL na localidade. Esta se caracteriza pela existência de uma liderança sólida, da coordenação entre as instituições participantes, da capacidade de intervenção e participação nos processos decisórios.” (*site* da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 24/04/2009)

Na identificação de um APL, segundo o *site* do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (01/02/2009) é necessário que exista a seguinte caracterização:

- ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante;
- compartilhar formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas e médias empresas.

De acordo com o *site* do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (01/02/2009):

“O apoio a APLs é fruto de uma nova percepção de políticas de desenvolvimento, em que o local passa a ser visto como eixo orientador de promoção econômica e social. Seu objetivo é orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando-se, em consonância com as diretrizes estratégicas do governo, a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações. A opção estratégica pela atuação em APL decorre, fundamentalmente, do reconhecimento de que políticas de fomento a pequenas e médias empresas são mais efetivas quando direcionadas a grupos de empresas e não a empresas individualizadas. O tamanho da empresa passa a ser secundário, pois o potencial competitivo dessas firmas advém não de ganhos de escalas individuais, mas sim de ganhos decorrentes de uma maior cooperação entre as empresas.” (*site* do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 01/02/2009)

KON (2008) afirma que o atual conceito de APL engloba a discussão das relações sociais contidas no território em que é formado, ganhando força as novas relações de aprendizagem, cooperação e confiança que deve existir entre os atores envolvidos, para que um ambiente favorável seja formado e para que as vantagens competitivas sejam expressivas.

LASTRES (2008) acredita também que atualmente os APLs são instrumentos de políticas de desenvolvimento produtivo e inovativo, uma vez que o ambiente favorável criado pelos atores sociais pode gerar significativas inovações. Ganha destaque, deste modo, a importância das raízes contidas em determinado território, como fator determinante das relações sociais e conseqüente desenvolvimento local gerado.

COCCO, GALVÃO e SILVA (1999 *apud* SILVEIRA, 2002) acreditam que o modelo da Terceira Itália (região da Itália que recebeu políticas públicas para a mobilização produtiva do território) demonstra que as políticas públicas inovadoras podem contemplar as regiões de maneira mais abrangente, incorporando significativos segmentos sociais nas estratégias de desenvolvimento local.

Desta maneira, SILVEIRA (2000) acredita que não se trata de produzir o “milagre do desenvolvimento”, mas sim gerar o ambiente e os canais de acesso para que as potencialidades sejam convertidas em iniciativas realizadas produtivamente pelos agentes sociais locais.

No QUADRO 1.1 abaixo, há a demonstração de alguns APLs no estado de São Paulo. Como pode ser observado já existe um APL de Frutas que conta com a participação dos municípios de Catanduva, Jales e Jundiáí.

**QUADRO 1.1: ALGUNS APLS DO ESTADO DE SÃO PAULO ANO
2009**

Arranjo Produtivo	Município
Aeroespacial	São José dos Campos
Alimentos	Marília
Bichos de pelúcia	Tabatinga
Bordados e enxovais	Ibitinga
Café fino	Espírito Santo do Pinhal, Franca e Piraju
Calçados femininos	Franca
Calçados infantis	Birigui
Calçados masculinos	Franca
Cerâmica artística	Porto Ferreira
Cerâmica estrutural	Itu, Laranjal Paulista, Tambaú, Tatuí e Vargem Grande do Sul
Cerâmica de revestimentos	Santa Gertrudes
Couros e artefatos	Presidente Prudente
Eletro-eletrônicos (segurança)	Garça
Equipamentos médicos	Campinas
Equipamentos odontológicos	Ribeirão Preto
Flores	Holambra
Frutas	Catanduva, Jales e Jundiaí
Hortifruticultura	Itapetininga
Jóias folheadas	Limeira
Jóias de ouro	São José do Rio Preto
Malhas	Socorro
Moda adulta	Jundiaí
Moda infantil	Amparo, Cerquilha, Novo Horizonte e Tietê
Moda íntima	Aurifloma
Moda praia	Baixada Santista
Móveis	Itatiba, Mirassol e Votuporanga
Ovos	Bastos
Tecnologia da informação	Campinas
Têxteis	Americana

Fonte: Site da SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 24/04/2009

1.3.1.5. Aprendizagem

A aprendizagem é também fator determinante para a conceituação de desenvolvimento local, uma vez que envolve mudanças comportamentais e troca de diferentes saberes entre os diversos agentes de um local.

SILVEIRA (2002) afirma que o desenvolvimento local corresponde à construção de capacidades locais baseadas na articulação entre em agentes. Sendo assim, fica clara a importância da aprendizagem no processo de desenvolvimento; a construção das capacidades locais é realizada pelos agentes por meio de trocas de conhecimentos, mudanças comportamentais e conseqüentes capacidades empreendedoras.

A aprendizagem, realizada de forma contínua e disseminada, é tida como força propulsora na gestão do desenvolvimento territorial, uma vez que se torna conteúdo evidente dentro de parcerias e redes de cooperação e confiança. O território visto como agente é entendido como território impregnado de conhecimento vivo (proveniente dos diversos agentes), compartilhado e conectado, capaz de gerar desenvolvimento. Assim, SILVEIRA (2002) afirma:

“(…) a geração de ambientes intensivos em informação e comunicação, cooperação e criatividade, como traço que atravessa as diferentes proposições em torno do desenvolvimento local, constitui a base da aposta na construção social de territórios sustentáveis – isto é, territórios vivificados. (SILVEIRA, 2002; pg. 23)

O fator aprendizagem, de acordo com COELHO (2000) é também muito importante pela troca de informações que permite e conseqüente formação de uma identidade local. Os saberes e o conhecimento dos diversos agentes foram historicamente construídos, porém, com distintas especificidades; a troca destas informações permite que tais agentes percebam que apesar das divergências que possam ter, também têm fortes afinidades e interesses comuns, gerando sinergia social.

A solidariedade, a confiança, a cooperação, o conhecimento, a aprendizagem, as relações de proximidade e identidade, assim como a afetividade, tornam-se importantes valores para que os territórios protagonizem mudanças interiores que visem um maior bem estar social.

Fica evidente, com as considerações feitas acima que um modelo que agrega absolutamente todas as características acima descritas para o desenvolvimento local é raro. No entanto, nosso objetivo não é a busca pelo modelo perfeito e sim a busca por evidências que demonstrem que o local a ser estudado contemple algumas das características acima, ou então evidencie a formação de estruturas de cooperação social.

Nossa proposta também não é realizar um discurso localista que elimine a presença da União e do estado (no caso, o estado de São Paulo) nos processos de desenvolvimento. Pelo contrário. Nosso objetivo é demonstrar as mudanças ocorridas no país a partir de 1990 e esclarecer que sem uma relação cooperativa entre os entes federativos, as possibilidades do desenvolvimento ficam afetadas. As propostas de desenvolvimento local devem estar contidas num plano maior, que vise o desenvolvimento nacional e não somente ações pontuais.

A descentralização estatal foi um importante passo para uma maior autonomia local, para o aumento da democracia e para a criação de planos de desenvolvimento local como maneira alternativa para a inclusão social frente à crise. No entanto, as relações entre as escalas global e local necessitam passar pela mediação do Estado-nação, mesmo que este seja classificado como “obstáculo”; o local é subordinado pelas normas e leis do Estado-nação e dependente do mesmo quanto a repasses de recursos. O Estado-nação é o centro para a formação e manutenção de um pacto federativo que gere desenvolvimento nacional. Neste sentido VAINER (2002) afirma:

“(...) a política local deve ser concebida como parte de uma estratégia transescalar e, portanto, está desafiada a definir objetivos ambiciosos, pois rejeitam os pressupostos de que não há opções a fazer, e realistas, pois reconhecem que a escala

local não encerra em si senão parte dos desafios a serem enfrentados pela resistência ao projeto neoliberal.” (VAINER, 2002; pg. 29)

Desta maneira, VAINER (2002) acredita que o desenvolvimento local/regional pode ser um modelo alternativo frente à crescente competição atual. Se o local representa o espaço vivido, ele é, portanto, a primeira escala de atuação e ação política efetiva. No entanto, não haverá conquistas se tais ações políticas não contemplarem um projeto de ação maior, que vise o desenvolvimento de uma nação.

Portanto, apesar da importância do desenvolvimento local na atualidade, bem como alguns resultados positivos que esta política territorial vem gerando, é importante estar ciente das limitações deste modelo.

A seguir será realizada uma caracterização do estado de São Paulo e dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo. Tais municípios, inseridos no estado brasileiro economicamente mais próspero, o estado de São Paulo e na Região Metropolitana de Campinas apresentam algumas semelhanças com os demais municípios vizinhos, no entanto, são caracterizados por índices muito altos de desenvolvimento municipal e qualidade de vida. Cabe, portanto, uma análise das características estaduais e de cada município, além das políticas de desenvolvimento adotadas pelos respectivos poderes públicos.

2. TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS, SOCIAIS E ESPACIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO E NOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATAIBA, VALINHOS E VINHEDO

2.1 Transformações macroeconômicas

O histórico e a caracterização de setores da economia paulista são de significativa importância para o entendimento dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo, uma vez que estes estão inseridos no estado de São Paulo e possuem forte ligação com os demais municípios e com a capital paulista. Além disso, apesar das especificidades de cada região paulista, é nítido no estado de São Paulo a busca de políticas de desenvolvimento e a atração de investimentos.

Além disso, a caracterização dos municípios demonstra que os mesmos possuem significativo destaque no do estado de São Paulo, configurando uma importante área de investimentos estaduais. Por estarem presentes na Região Metropolitana de Campinas também possuem uma relação vantajosa frente aos investimentos do estado.

CANO (2007) afirma que desde a década de 1930 a capital do estado de São Paulo, o município de São Paulo, já era o principal parque industrial do país. Após a década de 1930, na chamada Era Vargas, as políticas macroeconômicas adotadas reforçaram ainda mais o caráter de principal centro dinâmico do país, revelando não somente a importância da capital São Paulo, mas de todo o estado, que continha áreas periféricas e interioranas que serviam como complementos da produção da capital.

O município de São Paulo concentrou desta forma, até a década de 1960, expressivo crescimento industrial, urbano, populacional e de serviços. No entanto, no início da década de 1970, já apresentava sinais de esgotamento expansivo, contando com sérios problemas causados pelo crescimento desenfreado. Houve a necessidade de expansão territorial para atingir o crescimento e desenvolvimento esperado no país. A periferia passou a desempenhar papel fundamental nas políticas de desenvolvimento. Sobre tal fato, CANO (2007) afirma:

“Entre 1967 e 1980, a política econômica nacional esteve voltada, fundamentalmente, para a expansão e diversificação produtiva, com objetivos de acelerar o crescimento – o Projeto Brasil Potência – e ampliar e diversificar nossas exportações. O intenso crescimento do período manifestou-se em todos os setores produtivos, atingindo também a maior parte do território nacional.” (CANO, 2007; pg. 17)

De acordo com CANO (2007), o grande potencial produtivo da periferia nacional fez com que esta crescesse um pouco mais que São Paulo, consoante com a política de desconcentração espacial produtiva. Aliado aos fatores expostos, a crise da economia internacional de 1973, decorrente da mudança da política fiscal dos EUA com brutal elevação da taxa de juros, trouxe conseqüências irreparáveis para o Brasil e países subdesenvolvidos endividados, como: alta inflação, queda de investimentos, baixo crescimento, crise crônica de balanço de pagamentos, corte do crédito interno, elevação das dívidas públicas externas e internas e aprofundamento das crises fiscais e financeiras do Estado nacional, debilitando gastos e investimentos públicos. Desta maneira, os investimentos estatais e industriais diminuíram significativamente. A dinâmica industrial estagnou, diminuindo os efeitos impulsionadores da desconcentração industrial. O município de São Paulo foi gravemente atingido pela crise, uma vez que configurava o maior centro industrial do país. De acordo com a TABELA 2.1, a indústria de transformação (principal ramo industrial de São Paulo) foi a que apresentou crescimento mais baixo na época (sua participação no Brasil passou de 58,1% em 1970 para 44,0% em 2003), juntamente com a indústria em geral (de 56,4% em 1970 para 33,3% em 2003). Além disso, a participação do estado de São Paulo no Brasil entre 1970 e 2003 demonstrou queda nos setores secundário, indústria de transformação e terciário.

TABELA 2.1: VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DO PIB BRASILEIRO E DO ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO 1980-2003 E PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO NO BRASIL NOS DIVERSOS SETORES ECONÔMICOS NO PERÍODO 1980-2003 (EM%)

	<i>Variação anual média do PIB do Brasil e de SP (%)</i>				<i>Participação do Estado de SP no Brasil</i>			
	Brasil		Estado de SP					
	1980/1989	1989/2003	1980/1989	1989/2003	1970	1980	1989	2003
Primário	3,2	3,5	3,5	2,9	18,0	14,2	15,5	23,9
Secundário	1,2	0,9	0,5	0,5	56,4	47,3	44,7	33,3
Ind. Transf.	0,9	0,7	0,2	0,4	58,1	53,4	50,2	44,0
Terciário	3,1	1,9	2,1	2,2	35,0	34,8	36,1	32,9
Total	2,2	1,8	1,5	1,5	39,5	37,7	37,8	32,1

Fonte: IBGE, Contas Regionais *apud* CANO, 2007.

O interior do estado de São Paulo foi um importante receptor econômico na descentralização da capital. Diversas partes do país foram beneficiadas pela desconcentração industrial, urbana e populacional, no entanto, o interior paulista merece destaque uma vez que foi beneficiado pela presença de uma significativa infra-estrutura produtiva e pela formação de uma sólida rede urbana. A década de 1980, chamada de década perdida, foi de forte recessão para todo o país, principalmente para o município de São Paulo. No entanto, apesar das baixas taxas de crescimento econômico em todo país, o interior paulista apresentou as maiores médias, uma vez que contava com importantes políticas de atração industrial e urbana. Neste mesmo sentido, de acordo com o *site* do GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2009) a década de 1980 marca a crescente interiorização do desenvolvimento industrial e conseqüente desconcentração da Grande São Paulo.

O interior de São Paulo foi um dos locais mais beneficiados com a desconcentração industrial da capital, uma vez que estava inserido na região mais próspera do país e contava com importantes investimentos do Estado e com características favoráveis ao seu crescimento: mercado consumidor em franca expansão, proximidade com produtores e consumidores, boas condições de infra-estrutura etc. (cf. GONÇALVES, M.L. & SEMEGHINI, U., 2002)

Neste mesmo sentido, LENCIONI (1991) afirma que o desenvolvimento cafeeiro nos municípios do interior paulista, décadas atrás, criou as condições necessárias para o desenvolvimento industrial, como os meios de transporte (rodovias e estradas de ferro), meios de comunicação, aglomeração de consumidores, entre outras.

CANO (2007) afirma que o governo federal, por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND e II PND) acabou efetuando grandes investimentos no interior do Estado de São Paulo, tais como: a implantação do PROÁLCOOL, a instalação de parques petroquímicos e siderúrgicos, o fortalecimento do complexo aeronáutico e de telecomunicações e subsídios para a agroindústria exportadora.

Tais políticas foram responsáveis pela formação de importantes pólos de crescimento e aglomerações metropolitanas ao longo do país, porém, mais especificamente no interior do Estado de São Paulo. Atualmente, o estado de São Paulo conta com três Regiões Metropolitanas: Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana da Baixada Santista e Região Metropolitana de Campinas, além de vários municípios ou conurbações com relevância no cenário nacional.

Surgiram, no mesmo período, importantes transformações políticas no país que acabaram gerando importantes modificações para os municípios estudados. Políticas de isenções fiscais e outras vantagens começaram a ser cedidas para indústrias que tivessem algum interesse na instalação no interior. As vantagens competitivas do interior foram assim, uma espécie de alavanca para o crescimento industrial e urbano destas regiões.

Para uma nova contextualização do período, de acordo com CANO (2007), a década de 1990 foi marcada pela implantação de um receituário neoliberal que implicou na submissão à Nova Ordem, contida no *Consenso de Washington*, no qual, o Brasil abdicou parte de sua soberania nacional na implementação da nova política econômica.

O conjunto de reformas liberais provindas da valorização do capital financeiro e da busca de bases para instalação de empresas transnacionais em países subdesenvolvidos foi o pano de fundo e o estado de São Paulo foi um importante receptor destas mesmas empresas. Houve uma grande

valorização da moeda nacional frente ao dólar, gerando crescimento da dívida interna, debilidade de exportações e crescimento de importações. (cf. CANO, 2007)

Outro marco das mudanças ocorridas no período foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que possui caráter descentralizador, como forma de flexibilizar as relações entre os entes federativos, concedendo poderes e atribuições às esferas estaduais e municipais.

Desta forma, após a Constituição Federal de 1988, ficaria a cargo da Federação a arrecadação de impostos como: II (Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros), IE (Imposto sobre Exportação de Produtos Nacionais ou Nacionalizados), IR (Imposto sobre a Renda), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), IOF (Imposto sobre Operações de Crédito/Câmbio/Seguro), ITR (Imposto Territorial Rural), além de uma série de outras contribuições e taxas. Os estados federados passaram a arrecadar os impostos: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor), ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Qualquer Bem ou Direito) e o extinto AIRE (Adicional do Imposto da União sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza). No entanto, os municípios passaram a contar com a arrecadação do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), ITBI (Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens e Imóveis) e ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza). Além disso, os municípios contam com o repasse de uma parcela da arrecadação estadual e federal, aumentando o valor da verba arrecadada e da autonomia para realizar suas estratégias.

A arrecadação tributária realizada pelo estado de São Paulo é extremamente significativa uma vez que o estado possui a economia mais rica do Brasil e principalmente sua arrecadação de ICMS é alta.

Os municípios do interior do Estado de São Paulo, em especial aqueles pertencentes à Região Metropolitana de Campinas encontram-se no contexto acima evidenciado. Tais municípios ganharam autonomia tributária, realizam projetos para atração de investimentos (inclusive transnacionais) e, desta forma, conquistam cada vez mais uma maior arrecadação tributária, contribuindo para o aumento das poupanças municipais, estadual e nacional.

Desta maneira, com as transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil a partir da década de 1990, as mudanças nos setores econômicos do país e do Estado de São Paulo foram muito significativas. O QUADRO 2.1 mostra que o setor que obteve maior destaque em relação ao PIB foi o primário, passando de 7,7% em 1989 para 10,4% em 2003 no país e de 3,5% para 7,7% no estado de São Paulo. Ainda que o interior paulista tenha apresentado altas taxas de crescimento, a recessão industrial da capital gerou fortes impactos no baixo crescimento industrial do estado como um todo.

QUADRO 2.1: ESTRUTURA SETORIAL DO PIB NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO – 1989/2003 (EM %)

	<i>Brasil</i>		<i>Estado de SP</i>	
	1989	2003	1989	2003
Primário	7,7	10,4	3,5	7,7
Secundário	36,6	42,3	48,3	43,8
Terciário	55,7	47,3	48,2	48,5

Fonte: IBGE, Contas Regionais *apud* CANO, 2007.

O período que vai de 1989 até 2001, segundo CANO (2007) foi marcado pelo crescimento de 203% das importações, pelo câmbio barato e desregulamentado¹, pelo aumento da dívida externa, pela entrada de capitais estrangeiros², pelo aumento dos juros pagos pelo estado, pelo estrangulamento das finanças públicas e pelos cortes com gastos. Todos estes fatores macroeconômicos, com reflexos no Brasil, no estado de São Paulo, na capital e nos demais municípios são importantes, para o desenvolvimento da caracterização mais aprofundada do estado paulista e

1 O câmbio barato e desregulamentado gerou gastos com turismo e com imóveis no exterior, fazendo de países como os EUA, o destino certo de brasileiros em viagens.

2 Os capitais estrangeiros entravam no país principalmente pela compra de empresas públicas e privadas nacionais por compradores estrangeiros, predominantemente na área de serviços como distribuição de energia, transportes, telecomunicações e instituições financeiras.

para a compreensão de diversos aspectos dos municípios do interior paulista.

As políticas de interiorização de investimentos estaduais foram decisivas para o desenvolvimento econômico e social dos municípios do interior paulista. Adiante, será demonstrada a situação dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo; primeiramente foi demonstrada a seguir a classificação dos municípios numa proposta de índice de desenvolvimento apresentada pela FIRJAN e mais adiante os municípios foram caracterizados juntamente com o estado de São Paulo sob os seguintes aspectos: demografia, setor primário, setor secundário e setor terciário.

2.2. Caracterização sócio-econômica dos Municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo

A caracterização sócio-econômica dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo é importante para discutir se tais municípios vem apresentando avanços econômicos e de qualidade de vida para a população residente para na seqüência relacionarmos a possível situação com a consolidação do Circuito das Frutas.

Uma primeira avaliação baseou-se na classificação dos municípios pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). De acordo com GOIS e LAGE (2008) o IFDM é um novo índice que intenta avaliar a evolução dos municípios ano a ano, medindo o desenvolvimento por meio de variáveis de emprego, renda, educação e saúde. O IFDM foi elaborado pela FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) e os dados nele contidos, a partir de informações dos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde, datam de 2005. O indicador varia de zero a um e, quanto mais próximo de um, maior o patamar de desenvolvimento do município.

Cabe destacar o bom desempenho do Estado de São Paulo, que teve 87 municípios classificados entre os primeiros 100. Desempenhos ainda mais significativos tiveram os municípios do interior paulista, em especial os da Região Metropolitana de Campinas. Este fato é explicado pelos bons

resultados destes municípios no quesito educação, aliados ao incremento recente de pólos industriais (com recepção de empresas de tecnologia e/ou complexos agroindustriais). Exemplo desta boa classificação é a grande quantidade de municípios com significativas taxas de desenvolvimento no estado de São Paulo e na Região Metropolitana de Campinas.

No entanto, a comparação do IFDM com o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) revela que o primeiro favorece os municípios paulistas, ainda que ambos os índices tenham as mesmas dimensões trabalhadas (emprego e renda, saúde e educação), utilizam dados diferentes. Em educação, o cálculo da FIRJAN considera o percentual de docentes com nível superior, a média de horas de aulas diárias, a taxa de distorção idade-série e os resultados obtidos no IDEB (índice de qualidade do MEC). Já o IDH trabalha com taxas de analfabetismo e de matrículas. No caso da saúde, o cálculo da FIRJAN considera dados anuais do Ministério da Saúde, como número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis; enquanto o IDH mede a expectativa de vida. No quesito renda, a FIRJAN utiliza o número de empregos formais e os salários deste setor³; enquanto que o IDH utiliza dados da renda *per capita*, incluindo o trabalho informal. (cf. GOIS e LAGE *in* Folha de São Paulo, 3/8/2008)

Como já foi dito, o progresso econômico vivenciado pela capital São Paulo e a conseqüente descentralização produtiva em direção ao interior paulista foram alguns dos grandes responsáveis pela formação de uma base industrial sólida, pela implantação de tecnologias na agropecuária e pelo desenvolvimento populacional e urbano de tais municípios; bem como pelo significativo desenvolvimento que vêm demonstrando nos últimos anos, situação que reflete o bom desempenho de muitos municípios paulistas.

3 No quesito renda, a FIRJAN não leva em consideração o trabalho informal.

**QUADRO 2.2: CLASSIFICAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
DA FIRJAN, 2008⁴**

MUNICÍPIOS	PATAMAR DE DESENVOLVIMENTO
1º Indaiatuba (SP)	0,9368
2º São Caetano do Sul (SP)	0,9330
3º Jaguariúna (SP)	0,9168
4º Barueri (SP)	0,9122
5º Santana de Parnaíba (SP)	0,9090
6º Bauru (SP)	0,9075
7º São José do Rio Preto (SP)	0,9061
8º Araraquara (SP)	0,8976
9º Atibaia (SP)	0,8972
10º Gavião Peixoto (SP)	0,8956
11º Lençóis Paulista (SP)	0,8952
12º São Carlos (SP)	0,8951
13º Marília (SP)	0,8915
14º Americana (SP)	0,8908
15º Hortolândia (SP)	0,8901
16º Itupeva (SP)	0,8899
17º Sorocaba (SP)	0,8895
18º Iracemápolis (SP)	0,8894
19º Jundiaí (SP)	0,8877
20º Valinhos (SP)	0,8835
21º Brusque (SC)	0,8824
22º Louveira (SP)	0,8824
23º Vinhedo (SP)	0,8811
24º Serãozinho (SP)	0,8807
25º Boituva (SP)	0,8807
26º Nova Odessa (SP)	0,8806
39º Campinas (SP)	0,8695
71º Itatiba (SP)	0,8517

Fonte: GOIS e LAGE *in* Folha de São Paulo, 3/8/2008

Com o QUADRO 2.2, é possível visualizar o bom desempenho dos quatro municípios estudados, principalmente o município de Indaiatuba, que obteve o primeiro lugar no *Ranking* IFDM.

De acordo com o *site* da FIRJAN, como demonstrado no QUADRO 2.3 abaixo, os índices de emprego e renda, educação e saúde dos quatro municípios são altos, porém, Indaiatuba se destaca dos demais pela evolução em emprego e renda e educação.

⁴ Esta análise da FIRJAN leva em consideração todos os municípios brasileiros, ainda que os melhores classificados estejam, majoritariamente, no estado de São Paulo.

**QUADRO 2.3: IFDM – ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO
MUNICIPAL POR ITEM ANALISADO**

<i>Município</i>	<i>IFDM</i>	<i>Emprego e renda</i>	<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>
1º Indaiatuba	0,9368	0,9361	0,9425	0,9319
20º Valinhos	0,8835	0,8999	0,8372	0,9133
23º Vinhedo	0,8811	0,8300	0,8751	0,9382
71º Itatiba	0,8517	0,7362	0,9177	0,9012

Fonte: *site* da FIRJAN, 21/11/2008

Como os municípios estudados apresentam bom desempenho, no índice de desenvolvimento municipal, cabe uma análise mais aprofundada de cada um dos aspectos que permitem estabelecer uma caracterização e avaliação demográfica, urbana e econômica dos municípios em questão, juntamente com as características mais gerais do estado de São Paulo.

2.3. Caracterização Estadual e Municipal por Setores

Adiante será realizada uma caracterização sócio-econômica do estado de São Paulo e dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo de acordo com os seguintes itens: dados demográficos, agropecuária, indústria, comércio e serviços e infra-estrutura urbana e equipamentos sociais.

A caracterização estadual permitiu um entendimento mais específico, uma vez, que primeiramente foram estudados os mesmos itens, porém, numa escala espacial mais abrangente, a escala estadual. Além disso, diversos fatores e elementos existentes atualmente nos municípios devem-se às políticas e estratégias que atingem diversos municípios do interior paulista e mais especificamente os estudados neste trabalho.

Os quatro municípios foram estudados conjuntamente por cada item. Todos eles tiveram um passado marcado pelo desenvolvimento agropecuário (em especial a fruticultura), desenvolvido em grande parte por imigrantes europeus, e por crenças e tradições marcantes que perduram até a atualidade. Posteriormente, eles desenvolveram uma densa rede industrial que gerou uma complexa rede urbana em crescimento e um setor terciário

também em expansão.

As semelhanças são muitas. Dentre elas, merece destaque o fato de atualmente serem municípios marcados pelo dinamismo econômico, como visto acima. Além disso, compartilham semelhantes políticas públicas de desenvolvimento, dificuldades e aspectos positivos existentes nas regionalizações das quais fazem parte: a Região Metropolitana de Campinas e o Circuito das Frutas.

Desta maneira, visto toda pujança existe no estado de São Paulo e nos municípios estudados, cabe uma análise das estruturas urbanas e econômicas destes territórios, para um melhor entendimento do surgimento de tais características positivas, bem como o desvendamento das características que possuem um aspecto mais negativo para a população.

2.3.1. Aspectos demográficos e urbanos do estado de São Paulo

As transformações ocorridas no Brasil se deram também no campo demográfico no estado paulista, além de uma redefinição espacial da população.

QUADRO 2.4: POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL – SÃO PAULO E BRASIL NOS ANOS 1970/1980/1991/2000

	<i>População</i>				<i>Taxa de crescimento anual</i>		
	1970	1980	1991	2000	70/80	80/91	91/00
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	2,5	1,9	1,6
São Paulo	17.770.975	25.042.074	31.588.925	37.032.403	3,5	2,1	1,8

Fonte: Censos Demográficos – 1970 -1980 – 1991 – 2000 *apud* CANO

(2007)

O estado de São Paulo é significativamente populoso, uma vez que seu dinamismo econômico e urbano é verdadeiro atrativo populacional. De acordo com o QUADRO 2.4 é possível afirmar que a taxa de crescimento populacional anual do estado, comparando-se com o Brasil, foi sempre significativamente superior. Porém, nos últimos anos esta diferença vem se

amenizando (taxa de 1,6% no Brasil e 1,8% no estado de São Paulo). Neste mesmo sentido, de acordo com o *site* do GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (09/02/2009), a diminuição das taxas de fecundidade, de mortalidade e de migração para o Estado, foram as responsáveis pela queda do crescimento populacional. BRANDÃO E MACEDO (2007) afirmam que há importantes tendências demográficas no estado em questão, como: envelhecimento da população, queda nas taxas de fecundidade, aumento da esperança de vida, redução do ritmo de crescimento populacional e de urbanização e aumento das migrações de retorno. Estas tendências, que estão aliadas a fatores encontrados em todo o estado como altos índices de industrialização e urbanização, crescente desemprego e segregação sócio-espacial, déficit de moradias, inserção de mulheres no mercado de trabalho e outras, reforçam a idéia de redução das taxas de crescimento populacional estadual.

Há também no estado de São Paulo, uma nova hierarquia urbana, com crescimento e desenvolvimento de cidades médias e aumento significativo de migrações interestaduais e intra-estaduais (BRANDÃO E MACEDO, 2007). Exemplo desta movimentação pode ser revelado pelo intenso fluxo de antigos moradores da capital paulista que atualmente abrigam os diversos municípios do interior, dentre eles: Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos etc. Este fato tem forte ligação com o desenvolvimento de tais municípios, alavancados por políticas federais de desenvolvimento, conforme visto acima.

QUADRO 2.5: POPULAÇÃO URBANA E RURAL, TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL E TAXA DE URBAIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO NOS ANOS 1970/1980/1991/2000

	<i>População</i>				<i>Taxa de crescimento anual</i>		
	1970	1980	1991	2000	70/80	80/91	91/00
Urbano	14.277.802	22.196.896	29.314.861	34.592.851	4,51	2,56	1,86
Rural	3.493.173	2.845.178	2.274.064	2.439.552	-2,4	-2,02	0,78
Total	17.770.975	25.042.074	31.588.925	37.032.403	3,49	2,13	1,78
Taxa Urb.	80,3	86,0	92,8	93,4			

Fonte: BRANDÃO E MACEDO, 2007

Ainda que exista um significativo crescimento da população urbana no estado, as taxas mais atuais não são expressivas como das décadas de 1970 e 1980, e como visto no QUADRO 2.5 esta é uma tendência de diminuição da taxa de crescimento urbano, verificada em diversos locais. O aumento da população rural nos últimos anos é correspondente ao incremento de 167,5 mil pessoas em áreas rurais. Sobre este fato, BRANDÃO E MACEDO (2007) afirmam:

“Esse estranho aumento da população rural na RMSP, principal aglomeração urbana do país e centro de sua rede de cidades, decorre de duplo movimento, síntese de nosso processo excludente de urbanização que se manifesta desde fins da década de 1950, que reflete na periferização e segregação que marcam as cidades brasileiras, especialmente as metrópoles, forçando as populações pobres a movimentos sucessivos de invasão de espaços vazios distantes do centro urbano principal, muitas vezes fora do perímetro urbano, não raro em áreas de mananciais e reservas ecológicas. Por outro lado, há também uma 'periferização' de população de alta renda, que, fugindo da violência e da deteriorização urbana, que aumentam ainda mais na década de

1990, procura segurança em condomínios fechados, em áreas distantes do core metropolitano, que ofereçam amenidades físicas e sociais, com boa infra-estrutura e fácil acesso a eixos viários. Ambas periferizações, contudo, geram um movimento extensivo e predatório que vem moldando a configuração territorial das cidades brasileiras.” (BRANDÃO e MACEDO, 2007; pg: 25)

O estado de São Paulo é o segundo mais urbanizado do país, abriga 25,1% da população urbana brasileira. Além disso, ele detém forte poder de atração para migrantes, principalmente aqueles vindos dos vários estados do Nordeste. Entre 1980/1991 migraram para São Paulo 1,1 milhão de pessoas e entre 1991/2000 entraram 1,7 milhão de pessoas. Percebe-se que a partir da década de 1980, o número de migrantes mineiros caiu drasticamente, mas, o de nordestinos mantém-se alto. Porém, em 2000, havia 2,1 milhões de emigrantes paulistas. A metrópole paulista, a partir de 1980 inicia um processo de diminuição do número de migrantes em relação às áreas do interior do estado, que contavam com atrativos importantes (entre 1991 e 2000, o interior paulista contou com uma taxa de incremento populacional de 1,9% contra 1,6% da RMSP). (BRANDÃO E MACEDO, 2007)

Neste sentido, BAENINGER (2004) afirma que o interior paulista foi o grande receptor populacional de antigos moradores da Região Metropolitana de São Paulo, que buscavam no interior maior qualidade de vida e se reduziram pelos pólos regionais, que se desenvolviam, e as áreas metropolitanas emergentes, que agregavam vantagens sem apresentar as desvantagens da metrópole paulista, como violência e congestionamentos, por exemplo.

No entanto, BRANDÃO E MACEDO (2007) afirmam que o crescimento não foi igual em todo interior do estado. Enquanto as regiões administrativas

de Campinas⁵, Sorocaba, São José dos Campos e Santos tiveram médias de crescimento variando de 2,1% a 2,3%, municípios como Presidente Prudente (0,8%), Araçatuba (1,0%) e Barretos (1,1%) tiveram médias muito baixas. A Região Administrativa de Campinas configurou-se como a região, fora da RMSP, com maior importância paulista, respondendo a 28,2% do total de residentes do interior.

Seguindo a afirmação acima, configuraram-se no estado de São Paulo novas áreas significativamente urbanizadas, bem como a formação de uma densa rede urbana marcada pelas altas taxas populacionais, bem como pela consolidação de espaços industriais e de comércios e serviços. BRANDÃO E MACEDO (2007) afirmam:

“As mudanças no padrão demográfico estadual, processadas a partir da década de 1980, refletem-se no maior ritmo de crescimento populacional do interior e exigem entendimentos mais precisos sobre os efeitos da dinâmica socioeconômica paulista, com a formação e consolidação de novas áreas dinâmicas em seu território. Com isso, redefinir-se-ia o desenho de sua rede urbana, segundo uma lógica de centralização e descentralização que vai estruturando uma nova hierarquia espacial no estado, com importância

⁵ De acordo com o *site* da SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO (17/12/2007), a Região Administrativa de Campinas conta com 90 municípios: Aguaí, Águas da Prata, Águas de Lindóia, Águas de São Pedro, Americana, Amparo, Analândia, Araras, Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Brotas, Cabreúva, Caconde, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Casa Branca, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Cosmópolis, Divinolândia, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Ipeúna, Itacemópolis, Itapira, Itatiba, Itirapina, Itobi, Itupeva, Jaguariúna, Jarinu, Joanópolis, Jundiá, Leme, Limeira, Lindóia, Louveira, Mococa, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Morungaba, Nazaré Paulista, Nova Odessa, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, Piracicaba, Pirassununga, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, Santo Antonio de Posse, Santo Antonio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Pedro, São Sebastião da Gramma, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Tambaú, Tapiratiba, Torrinha, Tuiuti, Valinhos, Vargem, Vargem Grande do Sul, Várzea Paulista e Vinhedo.

crescente das aglomerações urbanas do interior, sem que a RMSP perca sua centralidade no processo de acumulação, a despeito de ver reduzida sua participação relativa nas estruturas produtivas e demográficas estaduais.” (BRANDÃO E MACEDO, 2007; pg. 27)

Conforme já foi dito, a rede urbana estadual foi estruturada a partir do complexo cafeeiro, mas foi a industrialização que deu impulso para a qualidade das infra-estruturas e para a consolidação da influência econômica e demográfica no país. A década de 1970 foi crucial para as mudanças econômicas e espaciais no estado. A desconcentração econômica aliada à modernização agropecuária gerou conseqüências importantes para a RMSP, que perdeu participação na indústria de transformação e para o interior paulista, que foi responsável pelo desenvolvimento de novas áreas dinâmicas fora da RMSP.

Desta maneira, como visto adiante, tais transformações foram importantes para a formação e o desenvolvimento de novos espaços urbanos no cenário paulista. Como conseqüência, estabeleceu-se a institucionalização de regiões metropolitanas.

Além da metropolização em um contexto de rede urbana complexa, o estado de São Paulo apresentou, nas últimas décadas crescimento de vários municípios de médio porte. Este crescimento fez aumentar as conurbações, áreas periféricas e locais onde existem preços de terras mais baixos e legislação urbanística menos rígida para a população de baixa renda e atualmente para implantação de condomínios horizontais distantes dos centros. Essa dinâmica de conurbação fez com que agentes públicos muitas vezes passassem a defender a necessidade de uma administração conjunta para tentar sanar problemas comuns a estas áreas conurbadas.

Como o estado de São Paulo apresenta um crescimento populacional e urbano significativo, as conurbações são várias. Existem três Regiões Metropolitanas no estado (Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Campinas e Região Metropolitana da Baixada Santista), que juntas representam significativa porcentagem da população estadual.

A caracterização estadual realizada até o momento foi importante para o posterior entendimento das mudanças ocorridas nos setores econômicos paulista, bem como as conseqüências que as mesmas geraram para todos os municípios do estado de São Paulo.

2.3.2 . Caracterização demográfica dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo

Os municípios em questão seguem uma mesma tendência demográfica, caracterizada pelo crescimento populacional total, aumento da população urbana, aumento da expectativa de vida e significativa importância das migrações.

No QUADRO 2.6 é possível perceber que as taxas de crescimento população foram maiores no período 1980/1991, apresentando ligeira queda nos períodos posteriores. É possível notar também o grande crescimento populacional ocorrido no município de Indaiatuba devido, de acordo com ALVES (2002) à intensa industrialização e urbanização ocorridas a partir de 1980.

QUADRO 2.6: CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NOS PERÍODOS DE 1980-1991, 1991-2000 E 2000-2008 (EM %)

	1980/1991	1991/2000	2000/2008
Indaiatuba	5,45	4,34	2,89
Valinhos	3,02	2,29	2,55
Vinhedo	4,07	3,90	2,91
Itatiba	3,62	3,15	2,26

Fonte: SEADE, 2009

Neste sentido, a migração ganha destaque como fator determinante para o expressivo crescimento populacional observado nos municípios. A migração foi responsável por saltos expressivos no número de habitantes de

cada um dos municípios, uma vez que estes contam com importantes fatores atrativos.

ALVES (2002), BESSA (2002), MARTINEZ (2002), MIGLIORANZA (2005) e CARDOSO e FARIAS (2002) acreditam que os municípios em questão, por possuírem altas taxas de urbanização e industrialização, ampla gama de serviços e estruturas sociais atraíram um grande contingente de migrantes que buscavam usufruir tais estruturas.

No entanto, afirmam também que há distinção entre as migrações ocorridas ao longo dos anos. As migrações ocorridas até a década de 1980 foram marcadas por migrantes de classes sociais mais baixas, provindos principalmente no norte do Paraná, que buscavam empregos na região.

No entanto, as migrações ocorridas após a década de 1980 são conhecidas como “migrações seletivas”. Os municípios, a partir de tal data, aprimoraram suas estruturas urbanas e sociais para classes sociais mais altas, com o surgimento de escritórios empresariais para executivos, condomínios residenciais de alto padrão, comércio e serviços destinados a esta faixa de população e o mercado imobiliário acompanhou a tendência de alta de preço, fator repulsivo para parcela da população que não consegue acessar o mercado.

Além destes atrativos, ganha destaque também o *marketing* público realizado pelos municípios, que se autodenominaram “municípios marcados pela qualidade de vida”. Os fatores expostos acima foram determinantes para a atração de uma classe populacional de alta renda que pode usufruir todos os recursos e serviços existentes. Esse *marketing* já foi explorado pelo mercado imobiliário e conseqüentemente, o preço da terra e de todos outros serviços aumentou significativamente, obrigando famílias com rendas inferiores a migrarem para municípios com custos de vida menores.

Atualmente, no ano de 2009, de acordo com as Prefeituras Municipais, o município de Indaiatuba conta com aproximadamente 177.000 habitantes; Itatiba, 91.228; Valinhos, 100.000 e Vinhedo, 57.435 habitantes.

Já o QUADRO 2.7 demonstra o crescimento urbano significativo em todos os municípios e o decréscimo da população rural em Indaiatuba e Valinhos. Apesar da população rural de Vinhedo e Itatiba ter aumentado no período em questão, há que se ter cuidado uma vez que o número de

condomínios de chácaras em áreas rurais foi expressivo no mesmo período.

MIGLIORANZA (2005) acredita que a especulação imobiliária e os obstáculos enfrentados por proprietários rurais na agricultura foram decisivo para uma significativa queda da área rural da região para implantação de condomínios residenciais e comerciais, além de shoppings e demais áreas de serviços.

**QUADRO 2.7: POPULAÇÃO URBANA E POPULAÇÃO RURAL NOS
MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NO
PERÍODO 1980-2000**

		1980	1985	1990	1995	2000
Indaiatuba	P. urbana	48.051	64.467	85.953	113.388	114.228
	P. rural	7.680	8.458	8.937	6.887	2.302
Valinhos	P. urbana	37.267	46.414	57.238	67.589	78.358
	P. rural	11.403	10.266	8.402	6.683	4.4459
Vinhedo	P. urbana	20.901	25.737	31.483	38.565	46.027
	P. rural	593	598	604	786	1.038
Itatiba	P. urbana	35.304	42.884	51.788	59.253	65.754
	P. rural	6.073	6.732	7.372	10.605	15.233

Fonte: *site* do SEADE, 12/08/2008

2.3.3. Agropecuária paulista

A agricultura paulista estruturou-se como um moderno segmento econômico, apresentando elevadas taxas de crescimento desde a década de 1980. Este cenário é baseado na inserção de tecnologia no campo e na formação de complexas cadeias produtivas agropecuárias, por isso o estudo da agropecuária em questão se dá a partir da década de 1960, momento em que há o surgimento de um novo paradigma tecnológico e produtivo.

GONÇALVES, SOUZA, ANGELO e COELHO (2007) acreditam que existem quatro pilares de sustentação do processo de construção das cadeias produtivas da agricultura paulista, pós década de 1960. São eles:

1. Internalização das agroindústrias de bens de capital e insumos agropecuários por força da implementação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que promoveu com ampliação de objetos e metas não implantadas no Plano de Metas (1957 – 1961)
2. Modernização agropecuária com base no crédito rural subsidiado que representou a criação de demandas nos estabelecimentos rurais para os insumos e para as máquinas.
3. Financiamento da agroindústria processadora que agregou valor às matérias-primas oriundas da agropecuária.
4. Transformação do varejo com o surgimento e expansão dos supermercados, que alteraram de forma decisiva a estrutura dos mercados e os processos de formação dos preços da agricultura.

A formação de cadeias produtivas foi responsável pela expansão de algumas lavouras e pela criação de uma realidade internacional marcada pelo crescimento da demanda, por preços estimulantes e por recursos baratos para o financiamento das operações. (cf. GONÇALVES, SOUZA, ANGELO e COELHO, 2007). O estado de São Paulo foi um grande beneficiário do processo de formação das cadeias produtivas e de inserção tecnológica no campo, já que contava com importantes lavouras.

As mudanças técnicas na agricultura ocorreram no Brasil a partir da Segunda Revolução Industrial brasileira, na década de 1960. A agropecuária

brasileira, em especial a paulista, transformou-se de tal forma com a inserção de tecnologia e com a formação de complexos agroindustriais, que obteve resultados como: maior produtividade em um mesmo espaço cultivado, menores gastos com funcionários e diversos programas políticos de incentivos ao crédito rural.

As mudanças técnicas da agropecuária brasileira iniciadas na década de 1960 coexistiram com uma significativa crise agropecuária a partir da década de 1980. Tal crise agropecuária, causada em grande medida pela abertura comercial e competitividade com produtos internacionais, foi responsável pela queda da produtividade rural, e dos empregos rurais. Assim, GRAZIANO DA SILVA (2002) afirma:

“(...) a partir dos anos 80, as atividades agropecuárias tradicionais já não conseguiam mais explicar, por si só, a dinâmica do emprego e da população rural do Estado de São Paulo. Era preciso incluir outras variáveis como as atividades rurais não-agrícolas decorrentes da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços) e as atividades de preservação do meio ambiente, além de um conjunto de pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais etc.), que buscam “nichos de mercado” muito específicos para sua inserção econômica.” (GRAZIANO DA SILVA, 2002)

Desta maneira, com as mudanças e transformações ocorridas no espaço rural, GRAZIANO DA SILVA (2002) propõe o uso do termo *novo rural*, para caracterizar a atual fase da agropecuária brasileira, em especial a agropecuária paulista. Para ele, o “novo rural”, estrutura-se em quatro subconjuntos, a saber:

“A. Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de *agribusiness* brasileiro;

B. Um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os “sem-sem” como já os chamamos em outras oportunidades, que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o *agribusiness*;

C. Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e

D. Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado.” (GRAZIANO DA SILVA, 2002; pg. IX)

Deste modo, GRAZIANO DA SILVA (2002) acredita que o meio rural brasileiro não pode mais ser analisado como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais apenas, uma vez que ganhou novas funções (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços). Essas novas atividades são altamente intensivas e de pequena escala, além de uma oportunidade para muitos produtores⁶. Surge também, com as novas atividades em meio rural, um novo ator social: as famílias pluriativas que atuam com a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas.

⁶ A urbanização do meio rural ocorreu concomitantemente à queda dos preços dos produtos agropecuários, na década de 1990. Portanto, as ocupações não-agrícolas foram a “salvação” dos produtores.

Dentre as principais novas atividades encontradas no meio rural brasileiro, em especial, no Estado de São Paulo, destacam-se: piscicultura, criação de “aves nobres”, criação de rãs, criação de outros animais para corte (carnes para restaurantes de luxo), produção orgânica de ervas medicinal, produção orgânica para mercado internacional diferenciado, produção de verduras e legumes para as redes de supermercados e de *fast-food*, floricultura e muda de plantas ornamentais, fruticultura de mesa, produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada, reprodução de plantas extrativas, cultivo de cogumelos, turismo rural, fazenda-hotel⁷, complexos hípicas, leilões e exposições e festas de rodeio.

O *novo rural* é facilmente percebido no interior paulista e nos municípios a serem estudados, uma vez que para buscar alternativas para crise agropecuária iniciada na década de 1980, diversos produtores aliaram atividades agropecuárias e atividades não-agropecuárias em meio rural, como maneira de gerar valor agregado a seus produtos e obter maior renda. Algumas das principais produções do interior paulista foram vistas como alternativa de geração de serviços em ambiente rural. Além disso, a revitalização de atividades tradicionais, como artesanato, as feiras e festas populares e outras que possuem caráter religioso e de lazer e são geradoras de valor de uso tendem a ser cada vez mais, organizadas comercialmente e a gerarem importantes fontes de trabalho e renda para os pequenos municípios do interior paulista.

De acordo com o GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (09/02/2007), as maiores produções primárias estaduais (tanto no quesito valor gerado, quanto área cultivada) são: cultivo de cana-de-açúcar, de soja, de laranja e de milho. Além disso, a maioria destes cultivos destina-se ao mercado externo.

A região de Campinas e os municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo possuem significativas produções de frutas, fator fundamental para a criação do Circuito das Frutas, e conseqüentemente para a implantação de diversas atividades não-agrícolas em meio rural.

GONÇALVES, SOUZA, ANGELO e COELHO (2007) afirmam que na

⁷ A fazenda continua com suas atividades e rotinas originais. Hóspedes não fazem questão de conforto, mas sim de autenticidade na rotina da fazenda.

região de Campinas, há uma intensa concentração de olerícolas e frutas. Tanto no período de 1995-1997, como em 2002-2004, há elevadas participações na área colhida estadual de algumas culturas como demonstrado no QUADRO 2.8.

QUADRO 2.8: PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPINAS NA ÁREA COLHIDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1995-2004 (EM%)

Produto	1995/1997	2002/2004
Figo	99,7	99,3
Uva	61,2	59,3
Batata	43,8	49,2
Abacate	41,3	39,6
Cebola	29,6	50,5
Café	28	27
Tangerina	27	23,4
Tomate	27,4	39,4
Laranja	24,2	25,8
Pêssego	23,6	38,8
Abobrinha	21,6	22,5
Goiaba	21,2	24,9
Beterraba	17,7	23,1
Cana-de-açúcar	17,2	14,8
Cenoura	17	20
Pimentão	14,6	30,5
Mandioca	16,7	16,7

Fonte: GONÇALVES, SOUZA, ANGELO e COELHO (2007)

As mudanças ocorridas na industrialização brasileira (com maior transnacionalização e predominância de capital financeiro) e na economia brasileira foram decisivas para as modificações no desempenho na agropecuária paulista.

2.3.4. Agropecuária nos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo

Os municípios estudados seguem basicamente o mesmo modelo agropecuário, que se estende desde os primórdios da atividade na região até a atual forma de sua concretização, salvo algumas pequenas especificidades existentes entre tais municípios.

Os quatro municípios tiveram sua formação histórica fortemente calcada nas bases agropecuárias, principalmente aquelas ligadas à fruticultura tropical. No entanto, após a década de 1940, este setor econômico inicia um processo de perda significativa na participação econômica municipal, regional, estadual e nacional.

De acordo com ALVES (2002), a agropecuária vinha perdendo posição relativa nas atividades econômicas dos municípios e da RMC há algumas décadas; porém entre 1980 e 1998, houve expressiva queda de mais de 90% do valor adicionado (VA)⁸. Já a participação na RMC que era de 6% em 1998, caiu para 1,8% em 1998.

A autora afirma que o declínio da agropecuária se deve a fatores macroeconômicos, como o ajuste da economia brasileira em 1980 e suas implicações para a economia do país, além da abertura comercial e reestruturação produtiva. Houve também perda de áreas produtivas para atividades não agrícolas, com avanços de empreendimentos imobiliários sobre a área rural. (cf. ALVES, 2002)

No entanto, apesar da queda no número de propriedades e de vínculos empregatícios, de acordo como *site* da Fundação SEADE (12/08/2008), a partir de 2000, alguns dados revelam o início de uma relativa dinamização da agropecuária municipal. Os vínculos empregatícios na agropecuária assim como o número de estabelecimentos agropecuários tiveram um modesto crescimento até 2006. Fato que consolida tal afirmação é reportagem publicada no Jornal de Valinhos (reportagem de 17/01/2009), afirmando que a Festa do Figo de 2009 contou com mais seis novos

⁸ De acordo com o *site* do IPEA (12/09/2008), valor adicionado é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

produtores de frutas.

Desta maneira, é possível observar no QUADRO 2.9 que a partir de 1990 houve um significativo aumento em relação aos empregos gerados (ainda que o salto de vínculos empregatícios também tenha como causa a legalização dos funcionários antes não registrados)⁹. Observa-se que atualmente uma discreta reação e aumento do número de funcionários na maioria dos municípios e uma busca pela dinamização do setor e conseqüente geração de emprego e renda.

QUADRO 2.9: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR PESSOA NA AGROPECUÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NO PERÍODO DE 1991-2007

	1991	1995	2000	2004	2007
Indaiatuba	204	696	631	526	569
Valinhos	313	420	348	230	293
Vinhedo	06	106	121	122	171
Itatiba	520	843	696	663	586

Fonte: *site* do SEADE, 12/08/2008

Assim, há certo dinamismo na atividade agrícola agropecuária da região em questão demonstrando potencialidade do setor para crescer. A alternativa sugerida pelos órgãos públicos e até mesmo pelos produtores de frutas foi a junção da agropecuária e do setor de serviços ligados ao turismo na região, havendo assim, certa especialização produtiva.

Cada município é reconhecido por uma produção expressiva de um determinado tipo de fruta, ainda que cada um cultive um variado número de frutas. Registre-se que apesar dos dados exatos não terem sido conseguidos, todos agentes públicos entrevistados afirmaram que a fruticultura responde pela grande maioria das produções agropecuárias em

⁹ Ainda que de acordo com o QUADRO 2.9 o número de vínculos empregatícios na agropecuária pareça pequeno, cabe lembrar que ele não retrata o número fiel de pessoas que trabalham neste setor e evidencia de forma significativa o número de trabalhadores sem registro que ainda hoje existem no setor primário da economia brasileira.

Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo. Indaiatuba e Vinhedo ganham destaque pela produção de uvas, enquanto Valinhos pelas produções de figo roxo e goiaba e Itatiba pelo cultivo de caqui.

Cabe destacar também que a agropecuária de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo está indissociavelmente relacionada com o Turismo em Espaço Rural (TER) e com a produção de vinhos. As atividades surgem como uma alternativa para gerar valor agregado e incentivar a continuidade das produções agropecuárias em meio quedas bruscas de produção do setor. Seguindo este sentido, sobre o Turismo em Espaço Rural, VEAN e PEREIRA (2005) afirmam:

“O Turismo em Espaço Rural (TER) é uma saída alternativa para a elevação da renda da propriedade que por necessitar do objeto preservado garante sua conservação. Porém, as iniciativas de preservação são individuais, necessitando buscar novas formas de apoio do governo e de ações coletivas.” (VEAN e PEREIRA, 2005; pg. 10)

O Turismo em Espaço Rural (TER) configura-se atualmente como importante instrumento de preservação que associa formas de manutenção das atividades rurais e modos de vida ali presentes, como as plantações e o cultivo característicos.

Conforme já foi dito, grande parte das áreas destinadas à agropecuária nos municípios foi “desaparecendo”, uma vez que as mesmas foram vendidas para grupos empresariais e empreendedoras para transformação em loteamentos e condomínios residenciais, bem como áreas destinadas ao comércio e às indústrias. Além disso, estas áreas, por serem originalmente rurais, ainda contam com o apelo baseado na idéia de qualidade de vida, que o *marketing* imobiliário se utiliza para fins de negócios.

2.3.5. O setor secundário paulista – mudanças na indústria de transformação

Como visto anteriormente, a economia paulista foi a mais afetada pelas transformações que ocorreram no país desde a década de 1970. No entanto, a crise atingiu mais duramente a indústria, cuja participação no estado de São Paulo possui significativa relevância. Ainda que os setores mais importantes para este estudo sejam o primário e o terciário, atualmente é impossível não relacioná-los com a indústria, nem ao mesmo caracterizar o estado paulista sem entendê-la.

QUADRO 2.10: PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO NO PIB DO BRASIL - 1970/2003 (EM %)

Setores	1970	1980	1989	2002	2003
Primário	18	14,2	15,5	26,6	23,9
Ind. Geral	56,4	47,3	44,7	33,1	33,3
Terciário	35	34,8	36,1	33,3	32,9
Total	39,5	37,7	37,8	32,6	32,1

Fonte: CANO, BRANDÃO, MACIEL e MACEDO (2007)

De acordo com o QUADRO 2.10 é possível observar que o setor primário foi o que mais obteve crescimento no estado de São Paulo, enquanto que a indústria teve um decréscimo considerável, passando de 56,4% em 1970 para 33,3% em 2003. Dentre todos os ramos industriais, a indústria de transformação foi aquela que apresentou a maior queda.

CANO, BRANDÃO, MACIEL e MACEDO (2007) afirmam que a crise da indústria de transformação entre 1989 e 1992 deu-se durante o Governo Collor, pela abertura comercial e corte neoliberal. Em 1993 e 1994, com início do Plano Real, a indústria paulista conquistou ligeiro crescimento, porém, esse pode ser classificado como efêmero. De 1995 a 1998, com a abertura comercial e o grande crescimento das importações, o crescimento industrial foi sofrível, com baixos índices. Até 2002, a situação de desequilíbrio cambial permaneceu, somente sendo contornada com a ajuda do FMI.

Os ramos com bons desempenhos na economia paulista foram os de: papel e celulose, material eletrônico, farmacêutica, de cosméticos etc. Por outro lado, a indústria têxtil, de vestuário e de calçados teve fraco desempenho no mesmo período.

Desde a década de 1980, ganha destaque algumas características da indústria paulista. Dentre elas, é importante salientar a desnacionalização das indústrias brasileiras, marcadas por uma seqüência de privatizações de empresas estatais e compra e instalação de outras por grupos estrangeiros; bem como a formação de cadeias produtivas, ou seja, conjunto de atividades que compreende as diversas fases em que matérias-primas (e outros insumos e serviços) são processadas, montadas ou transformadas em produtos finais; e a formação de complexos industriais, que se caracteriza pelo conjunto de cadeias produtivas que tem origem nas mesmas atividades ou convergem para as mesmas indústrias e mercados. A maior parte das cadeias produtivas e complexos industriais situa-se no estado de São Paulo, sendo importante seu entendimento.

2.3.6. A desconcentração espacial da indústria paulista

Como já visto anteriormente, a desconcentração industrial paulista teve significativa importância para formação econômica e populacional e desenvolvimento de diversos municípios do interior do estado, como Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo.

QUADRO 2.11: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO VTI – 1970-2003 (EM %)

	1970	1980	1985	1989	1998	2003
Brasil, exclusive ESP	41,8	46,6	48,1	49,3	50,2	56,2
ESP	58,2	53,4	51,9	50,7	49,8	43,8
RMSP	43,5	33,6	29,4	28,7	24,6	16,8
Interior	14,7	19,8	22,5	22,0	25,2	27,0

Fonte: CANO, BRANDÃO, MACIEL e MACEDO (2007)

De acordo com o QUADRO 2.11, a desconcentração industrial ocorreu mais especificamente na RMSP, uma vez que os índices do interior paulista são crescentes, bem como os de outros estados brasileiros. O crescimento significativo da RMSP gerou deseconomias de aglomeração e perdas relativas de competitividade, com conseqüente geração de outras regiões administrativas, apesar de ainda ser a maior indústria estadual do país. A desconcentração foi maior nos ramos de material de transportes, metalúrgico, químico, de alimentos, de bebidas, de fumo, de madeiras e de couro.

A desconcentração que favoreceu o interior paulista decorre de:

1. Grandes transformações e melhorias de infra-estruturas
2. Transferência e modernização da agropecuária e agroindústria
3. Excelentes condições para implantação e desenvolvimento de atividades de maior complexidade tecnológica (Regiões Administrativas de Campinas e São José dos Campos)
4. Guerra fiscal como coadjuvante do processo de descentralização de parte importante do setor automobilístico
5. Grande expansão física na extração e refino nacional de petróleo. (CF. CANO, BRANDÃO, MACIEL e MACEDO, 2007)

Assim, a urbanização e a industrialização atingiram a periferia nacional. Locais antes pouco urbanizados e industrializados passaram a participar da “guerra fiscal” pela atração de indústrias e serviços, como forma de aumentar suas arrecadações. E ainda que a desconcentração tenha gerado sérias conseqüências para o estado de São Paulo e mais intensivamente na RMSP, ambos continuam desempenhando papéis de destaque na economia industrial brasileira.

BAENINGER (2004) afirma que o ganho industrial e populacional do interior paulista foi o responsável pela constituição de pólos regionais e áreas metropolitanas emergentes. Além disso, houve a difusão por todo o estado de São Paulo de áreas significativamente produtivas, em especial nas regiões de Campinas e São José dos Campos.

Cabe destacar também, conforme afirmam CANO, BRANDÃO, MACIEL e MACEDO, (2007), que o estado de São Paulo caracteriza-se, nos últimos

anos, pela formação de Sistemas Produtivos Locais e Arranjos Produtivos Locais (APLs), como tentativa de alavancar maior desenvolvimento industrial. No entanto, embora o maior número de APLs seja referente ao setor industrial, qualquer ramo de atividade econômica pode enquadrar-se nesta classificação.

O estado de São Paulo incentiva a formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), uma vez que considera esse modelo uma política de desenvolvimento descentralizado (cf. CANO, BRANDÃO, MACIEL e MACEDO, 2007). Diversos são os APLs no estado, porém, para este trabalho, ganha destaque o APL das Frutas, que abrange os municípios de Catanduva, Jales e Jundiá. Cabe, portanto, mais adiante, uma discussão sobre a possibilidade dos demais municípios do Circuito das Frutas de se enquadrarem como Arranjos Produtivos Locais [exceto Jundiá, que já se enquadra].

Após discussão acerca da indústria em Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo cabe uma análise do setor terciário paulista uma vez que ambos os setores estão significativamente conectados e o setor terciário possui grande dependência industrial.

2.3.7. Indústria nos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo

O setor industrial é o ramo mais representativo nos municípios, em relação ao valor adicionado (V.A.) obtido, ao número de vínculos empregatícios e à arrecadação municipal conseguida. Ainda que em certos períodos o setor industrial apresente ligeira queda, continua a ter expressivo destaque na economia de tais municípios.

De acordo com SEMEGHINI (1991) o início da industrialização em tais municípios data da década de 1920, ainda que a mesma fosse incipiente. O marco da sólida industrialização dos municípios ocorreu a partir da década de 1960, com o início da descentralização industrial.

Desta forma, constituiu-se nos municípios uma sólida e diversificada base industrial, responsável por grande parte dos empregos gerados e da

renda obtida. Ganha destaque o município de Indaiatuba, que abriga um amplo e sólido complexo industrial, destacado na RMC. É importante ressaltar também a indústria moveleira presente em Itatiba, que lhe confere o título de “capital brasileira do móvel colonial”¹⁰.

**QUADRO 2.12: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR PESSOA NA
INDÚSTRIA NOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E
VINHEDO NO PERÍODO DE 1991-2007**

	1991	1995	2000	2004	2007
Indaiatuba	12.222	12.768	12.957	17.487	23.170
Valinhos	11.313	11.042	9.575	10.851	13.732
Vinhedo	5.304	5.693	6.588	9.099	13.915
Itatiba	7.869	7.622	8.066	10.613	11.701

Fonte: *site* do SEADE (12/08/2008)

Conforme revela o QUADRO 2.12, desde o início da década de 1990 até o ano de 2007, os vínculos empregatícios aumentaram em todos os municípios, revelando a importância do setor. Em especial, o município de Indaiatuba (município mais industrializado) apresenta um crescimento significativo no período (crescimento de quase 100%).

No entanto, conforme afirmam ALVES (2002), BESSA (2002), CARDOSO E FARIAS (2002) e MARTINEZ (2002), os quatro municípios contam com fortes políticas de desenvolvimento industrial. Tais políticas baseiam-se em isenções fiscais e demais benefícios para que ocorra a atração de novas indústrias e ampliação das já instaladas.

Uma das políticas a ser ressaltada foi criada em 2005 pelo prefeito de Valinhos, Marcos José da Silva. O Programa de Desenvolvimento de Valinhos (PRODEVAL) tem o intuito de atrair empresas para o município. Para tal ação, o município realiza diversas isenções fiscais para empresas que queiram se instalar em Valinhos ou que queiram ampliar seu

¹⁰ Ainda que haja um número significativo de revenda de móveis em Itatiba, a produção moveleira também possui destaque, já que algumas das indústrias estão instaladas no município.

estabelecimento. No entanto, exige que depois de alguns anos, as mesmas possuam uma determinada porcentagem de trabalhadores valinhenses. Tal medida busca atrair uma maior arrecadação para o município, além, de gerar emprego e renda para a população local.

2.3.8. O setor terciário paulista

O estado de São Paulo possui a mais ampla e densa rede de comércio e serviços do país. O setor terciário paulista possui grande destaque uma vez que conta com uma importante gama industrial, urbana e populacional, configurando o maior mercado consumidor e o setor terciário mais dinâmico e diversificado do Brasil. Além disso, a desconcentração produtiva espacial, ocorrida principalmente a partir da RMSP, beneficiou também a estruturação urbana e terciária em diversos municípios do interior paulista, que viram suas cidades adensadas rapidamente de comércios e serviços, os mais variados.

AZZONI (2005) afirma que o setor terciário paulista aumentou sua participação no PIB estadual significativamente a partir de 1980. Mas, não foi só o crescimento do setor que deve ser evidenciado, como também os avanços tecnológicos e as mudanças estruturais, que passaram a “dar suporte” para os demais setores; o terciário adotou mais fortemente a terceirização das atividades industriais e agropecuárias, ou seja, o processo produtivo ou o trabalho tornou-se descentralizado, com diversas empresas sendo responsáveis pelas diversas partes da produção ou da prestação de serviços, de forma que o processo produtivo passou a não ser mais realizado por apenas uma empresa, houve uma fragmentação da produção. Além disso, houve também o crescimento, no mesmo período, do número de estabelecimentos terciários, e em menor escala, aumento do número de pessoal ocupado.

É sabido que o setor terciário possui uma forte ligação com o setor industrial. Desta maneira, os obstáculos enfrentados pela indústria desde a década de 1970 refletiram em dificuldades para o setor terciário, bem como o baixo crescimento, juntamente com a indústria, na participação paulista no

PIB nacional.

MATOS, SIQUEIRA, BRANDÃO, GOME e SILVA (2007) acreditam que apesar da dependência industrial, a modernização da agropecuária demandou serviços antes inexistentes, como armazenagem, comercialização, escoamento, e transporte de matérias-primas e bens processados. Houve aumento também de supermercados, hipermercados, *shopping centers*, revendedoras de automóveis, redes de lojas etc., acarretando no fortalecimento do setor terciário no interior paulista.

2.3.9. Análise da estrutura do setor terciário paulista a partir do conceito de renda gerada

A análise do setor terciário por meio da renda gerada é significativa para o presente trabalho, uma vez que aponta para a importância deste setor como gerador de renda e seu papel nos processos de desenvolvimento tanto no estado de São Paulo como da área em estudo, de forma que sua expansão ou retração econômica compõe um importante retrato a situação de uma dada região ou localidade.

**QUADRO 2.13: ESTADO DE SÃO PAULO: ESTRUTURA DO PIB
SEGUNDO A RENDA GERADA – 1985/2002 (%)**

Setores e Subsetores de atividade econômica	1985	1989	2002
Agropecuária	5,60	3,49	7,70
Indústria	52,85	48,30	43,99
Serviços	41,55	48,21	48,31
Alojamento e Alimentação	0,97	0,91	1,29

Fonte: Fundação SEADE; IBGE – Contas Regionais *apud* MATOS, SIQUEIRA, BRANDÃO, GOME e SILVA (2007)

MATOS, SIQUEIRA, BRANDÃO, GOME e SILVA (2007) afirmam, de acordo com o QUADRO 2.13, que é possível observar o crescimento do PIB agropecuário e de serviços, enquanto o PIB industrial encontra-se em

declínio. Mas, é necessário ter cautela ao analisar tais dados, pois, eles revelam resultados agregados para o Estado de São Paulo como um todo e, desta maneira, não demonstra o crescimento industrial ocorrido no mesmo período em diversos municípios do interior do Estado.

Cabe destacar também o subsetor de alojamento e alimentação, importante para o presente trabalho, pois, ele inclui o turismo rural. Esse subsetor aumentou sua participação de 0,97% para 1,29% entre 1985 e 2003. No estado de São Paulo, demonstra que houve uma mudança nos hábitos da população, com incremento das atividades turísticas e maior frequência nas refeições fora de casa.

De acordo com o QUADRO 2.14, houve um ligeiro aumento do pessoal ocupado com o setor terciário¹¹. No setor industrial, por sua vez, houve queda. Porém, o maior impacto foi no setor agropecuário, pela mecanização do campo e redução da área plantada, embora o número de empregos formais tenha aumentado, com tais mudanças estruturais no setor.

QUADRO 2.14: PARTICIPAÇÃO EM % DA POPULAÇÃO OCUPADA NO ESTADO DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO AO BRASIL E SUA ESTRUTURA SEGUNDO OS SUBSETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA (1991-2000)

	% SP		% SP/BR	
	1991	2000	1991	2000
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	7,98	5,23	8,35	8,21
Indústria	33,89	24,81	-	-
Prestação de serviços (alojamento e alimentação, reparação)	18,94	20,55	25,56	25,56
Serviços e comércio	58,14	63,51	-	-

Fonte: Site do IBGE, Censos demográficos. Elaboração: Cláudio S.

Dedecca, IE/UNICAMP (07/03/2007)

11 Há que se levar em consideração também significativo número de empregos informais criados no setor terciário no estado de São Paulo, configurando uma massa de trabalhadores não registrados e não possuidores dos direitos trabalhistas, como vendedores ambulantes, autônomos etc.

Estes dados revelam números relativos ao Estado de São Paulo como um todo. No entanto, MATOS, SIQUEIRA, BRANDÃO, GOME e SILVA (2007) afirmam que a Região de Campinas revelou não apenas uma diversificada gama industrial e moderna agropecuária, mas também uma diversificação de serviços e comércio. Nela, também ganha importância os serviços ligados ao turismo rural-ecológico, tecnológico e de convenções, bem como os ramos a ele ligados, como alimentação, serviços culturais e comércio.

Uma vez realizada a caracterização do setor terciário do estado de São Paulo, cabe um aprofundamento deste mesmo setor nos municípios paulistas de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo.

2.3.10. Comércio e Serviços nos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo

Há uma tendência em praticamente todos os municípios brasileiros, especialmente nos quatro municípios estudados, de crescimento significativo do setor terciário, em especial do comércio e dos serviços. Este crescimento é visível e resulta em transformações na estrutura urbana municipal por causa do aumento do número de estabelecimentos e funcionários ligados a este setor e por causa dos grandes estabelecimentos como *shoppings centers* e hipermercados implantados e que alteram a circulação e ocupação de terrenos.

Juntamente com o amplo desenvolvimento industrial, também é fator impulsionador do crescimento do comércio e dos serviços, o crescimento populacional pelo qual passaram e ainda passam os municípios. Desta forma, o setor terciário não somente amplia sua atuação, como também a diversifica, para melhor atender aos anseios da população.

**QUADRO 2.15: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NO COMÉRCIO EM
RELAÇÃO AO TOTAL DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NOS
MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NO
PERÍODO DE 1991-2007 (EM %)**

	1991	1995	2000	2004	2007
Indaiatuba	12,52	13,94	16,55	18,49	17,94
Valinhos	7,98	8,91	12,39	15,68	16,41
Vinhedo	10,39	13,61	15,67	18,05	14,84
Itatiba	10,28	13,76	17,84	17,87	15,64

Fonte: *site* do SEADE (12/08/2008)

**QUADRO 2.16: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NOS SERVIÇOS EM
RELAÇÃO AO TOTAL DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NOS
MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NO
PERÍODO DE 1991-2007 (EM %)**

	1991	1995	2000	2004	2007
Indaiatuba	18,90	24,09	33,59	32,66	31,25
Valinhos	29,77	32,51	39,19	37,52	36,85
Vinhedo	24,52	25,05	34,66	32,99	29,94
Itatiba	21,68	26,47	39,08	35,03	36,25

Fonte: *site* do SEADE (12/08/2008)

De acordo com o QUADRO 2.15 e o QUADRO 2.16, é possível perceber que no o setor terciário, o comércio tem menos expressão que os demais serviços. No entanto, os números revelam que o setor como um todo é um importante gerador de emprego, uma vez que em alguns casos, como o de Valinhos, detêm mais da metade dos vínculos empregatícios totais.

Além disso, embora alguns municípios apresentem ligeira queda no período 2004-2007 (devido ao significativo crescimento industrial no período em tais municípios), podemos concluir que esta queda é muito pequena se

comparada com os grandes avanços conquistados pelo setor que está em franca expansão.

De acordo com MIGLIORANZA (2005), o comércio e os serviços localizados nesta região possuem uma especificidade importante. Nos últimos anos houve certa especialização do setor terciário para atender as necessidades diferenciadas de uma classe social mais alta. Desta maneira, tais municípios tiveram amplo crescimento de lojas, restaurantes, academias de ginásticas, *shopping centers* e outros.

Ganha destaque também o crescimento, segundo os *sítes* das respectivas PREFEITURAS MUNICIPAIS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS e VINHEDO (05/04/2008), dos serviços ligados ao turismo. Os municípios contam com importantes investimentos públicos que visam dinamizar ramos como: hospedagem, alimentação, lazer e outros que estejam relacionados ao turismo.

Cabe destacar que, de acordo com ALVES (2002), o turismo rural e as atividades não agrícolas realizadas em meio rural são importantes para a economia e para a geração de empregos. Tais atividades são uma forma de ocupação da mão-de-obra dispensada da atividade agrícola tradicional, ainda que este caso apresente uma pequena parcela.

Após a realização da caracterização econômica do estado de São Paulo e dos municípios estudados, segue a apresentação de um quadro resumo por atividade econômica. De acordo com o QUADRO 2.17 e levando em consideração a caracterização estadual e municipal já realizada, fica evidente, que embora este quadro não revele os valores do comércio, o setor agropecuário é aquele que apresenta menor valor adicionado em todos os municípios estudados. No entanto, ganha destaque o setor de serviços, que exceto em Vinhedo, apresenta um valor adicionado mais elevado que o da indústria, revelando sua importância, diversificação e dinamização em diversos municípios.

De acordo com o site do SEADE (12/08/2008), no ano de 2002, os valores para o valor adicionado da agropecuária eram (em milhões de reais): Indaiatuba, 14,88; Itatiba, 19,90; Valinhos, 17,71 e Vinhedo, 7,29. Já em 2006 os valores eram: Indaiatuba, 15,07; Itatiba, 18,44; Valinhos, 23,16 e Vinhedo, 7,85. Houve um aumento do valor adicionado para agropecuária

em todos os municípios, exceto em Itatiba. O caso mais significativo de aumento do valor adicionado da agropecuária é o de Valinhos, que segundo DANILO SORROCE conta com uma forte união de proprietários rurais (entrevista em 26/09/2007)

QUADRO 2.17: PRODUTO E RENDA – VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS NOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO NO ANO DE 2006 (EM MILHÕES DE REAIS CORRENTES)

	VA da agropecuária	VA da indústria	VA dos serviços
Indaiatuba	15,07	1.335,08	1.494,15
Valinhos	23,16	1.005,24	1.066,88
Vinhedo	7,85	1.153,87	980,15
Itatiba	18,44	889,84	914,37

Fonte: *Site* da Fundação SEADE (12/08/2008)

Após entendimento das características sócio-econômicas do estado de São Paulo e dos quatro municípios em questão, cabe um estudo sobre a formação territorial de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo, bem como a gênese das prósperas características econômicas neles encontradas. Cabe também uma análise sobre a formação da Região Metropolitana de Campinas e sua ligação com os municípios em questão.

3. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DE INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS E VINHEDO

A bibliografia disponível que trata sobre o histórico dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo é escassa. Por este motivo, as fontes nas quais esta parte do trabalho está baseada são aquelas que se referem ao histórico do município de Campinas e seus arredores, já que a origem e a consolidação desses municípios são semelhantes e muitas vezes confundem-se.

O município de Campinas surgiu como bairro rural da Vila de Jundiá. SEMEGHINI (1991) afirma que a história desta região remete ao final do século XVIII. O intenso movimento dos bandeirantes foi responsável pela promoção do povoamento e crescimento dos núcleos urbanos. O município de Campinas e as áreas ao seu redor eram antigas paradas dos Goiaesses, bandeirantes que transitavam para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Desta forma, desenvolveu-se uma rudimentar agricultura e um incipiente comércio com as tropas.

O capital acumulado no comércio com os bandeirantes e tropeiros foi a base para o início da plantação de cana-de-açúcar na região. Esta, por sua vez, engendrou um crescimento populacional – principalmente pelo aumento do número de escravos que trabalhavam nas plantações de cana-de-açúcar -, pelo desenvolvimento de um sistema viário e pela construção de uma rede urbana.

No entanto, os diversos problemas enfrentados por esta cultura, como os desperdícios causados pelo transporte de má qualidade e a intensa concorrência de outros locais produtores de açúcar, geraram um situação difícil para os produtores da região. O cultivo da cana foi sendo aos poucos substituído pelo cultivo do café, mas em momento algum o primeiro desapareceu. (cf. SEMEGHINI, 1991)

De acordo com o *site* da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (04/04/2007), o café foi introduzido na região por causa das condições físicas como a topografia menos acentuada, o clima propício para a plantação de café e para a fertilidade do solo que proporcionavam um

rendimento físico elevado. Além disso, a cultura cafeeira se aproveitou das antigas terras de cultivo de cana, dos escravos já alocados, do sistema viário e do comércio já desenvolvidos bem como do capital para investimentos oriundo do cultivo do açúcar. Campinas foi o epicentro das principais mudanças da década de 1860, tornando-se o principal produtor agrícola da província, uma vez que foi pioneiro na utilização de máquinas e ferrovias para avanços na produção.

Porém, não apenas o desenvolvimento de máquinas de beneficiamento e as ferrovias ajudaram no aumento de produtividade das plantações de café. A introdução de mão-de-obra livre foi muito vantajosa para os fazendeiros e bem menos para os imigrantes europeus. Até 1886 entraram 36 mil imigrantes no Brasil, para trabalharem, na maioria das vezes, nas lavouras de café.

As áreas ao entorno de Campinas, hoje municípios que compreendem a Região Metropolitana de Campinas, tiveram crescente crescimento populacional e urbano entre 1889 e 1896. Neste período, a área de Campinas foi tomada por surtos de febre amarela que mataram mais de duas mil pessoas. Diversas famílias, além de estabelecimentos industriais e comerciais transferiram-se para o entorno de Campinas.

A partir de 1897 caíram os preços internos e externos do café, gerando uma longa crise até 1910. VEAN e PEREIRA (2005) afirmam que a superprodução levou grande parte dos produtores à decadência, acentuando de forma significativa a crise cafeeira instaurada.

Houve como alternativa à crise cafeeira, o desenvolvimento das culturas de açúcar, feijão, milho, arroz, algodão, engorda de gado, industrialização de carne e fruticultura. Porém, o maior crescimento econômico da região foi o industrial, responsável pela modificação econômica, urbana, social e cultural de Campinas e dos municípios vizinhos. O café criou condições necessárias para o desenvolvimento industrial, que perdura até a atualidade. Neste sentido, BRANDÃO e MACEDO (2007) afirmam:

“Sua antiga formação econômica, anterior mesmo à introdução da cafeicultura em São Paulo, permitiu-lhe desenvolver extraordinária base agrícola, que, desde a década de 1920, ensejou importante vetor agroindustrial. Daí derivou grande articulação com a indústria, formando modernos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar, laranja e café, dentre outros. Sua economia e sua centralidade na rede urbana paulista conferiu-lhe, também, o papel de grande pólo terciário estadual e nacional.” (BRANDÃO e MACEDO, 2007)

Desde 1908 já havia incentivos à industrialização no Brasil como um todo. Em Campinas e nas áreas vizinhas, as primeiras indústrias instaladas até a década de 1950 foram: indústria têxtil, de produtos alimentares, química, mecânica, metalúrgica, de material de transportes, de papel e papelão e de minerais não metálicos¹². Juntamente com o desenvolvimento industrial, havia também a evolução das funções urbanas e comerciais da região.

O cultivo de café também não desapareceu, havendo diversificação da produção e do consumo de leite, ovos, aves, bovinos, a fruticultura, a cana-de-açúcar, o algodão¹³ e a produção de legumes e hortaliças (cf. SEMEGHINI, 1991). Ganha destaque assim, o papel desempenhado pelos imigrantes que já habitavam a região.

GONÇALVES E SEMEGHINI (2002) afirmam que a década de 1960 foi marcada pela indústria de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital. Os autores acreditam também que no pós-guerra, os investimentos estatais em infra-estrutura nos setores produtivos de base e a política de

12 Cabe destacar a instalação de indústrias como: Bosch, Clark, GE, Dunlop, Merck, Sharp, Ashland, Chicago Brigde, Rigesa, Wabco, Bendrix, etc.

13 CANO (1992) afirma que após a crise cafeeira de 1930, principalmente a produção de algodão e de cana-de-açúcar ganham impulso como uma alternativa de produtividade agrícola.

atração de grandes empresas estrangeiras criaram condições para o desenvolvimento da indústria pesada no país e para intensificação e modernização da indústria do interior paulista.

Havia investimentos estatais também para a industrialização do interior paulista. A capital, São Paulo contava na década de 1970 com um número muito grande de indústrias e altas taxas de urbanização. A forte concentração de indústrias na metrópole acabou levando à transferência de muitas indústrias para o interior e a instalação de outras.

A “interiorização industrial” da década de 1970¹⁴ beneficiou de forma significativa o município de Campinas e suas áreas vizinhas, uma vez que Campinas destacava-se como promissor município, região de ligação entre a Grande São Paulo e o interior agrícola. Neste sentido, GONÇALVES E SEMEGHINI (2002) afirmam que Campinas desenvolveu funções de lugar central na mais rica região agrícola do interior paulista e aproveitou os benefícios e riquezas do avanço da ocupação do oeste paulista, além de atuar como complemento de São Paulo (divisão do trabalho entre a metrópole e o interior).

Desta maneira, o interior paulista acolheu parte significativa da desconcentração industrial da capital e Campinas comandou sua região que assumiu a liderança da produção industrial do interior. A década de 1970 foi a de maior crescimento industrial, com destaque para a indústria de autopeças e componentes para produção automobilística (Mercedes-Benz), indústria mecânica, de material elétrico e de borracha e petroquímica (Refinaria do Planalto). Além disso, houve a modernização da agropecuária e a diversificação do setor terciário (com destaque para os estabelecimentos do comércio atacadista, varejista e os serviços de ramos hoteleiros gastronômicos, culturais e de lazer), bem como a formação de um pólo de alta tecnologia (informática, microeletrônica, química fina, telecomunicações, etc.), beneficiado pela presença de importantes Universidades¹⁵ e Institutos

14 O crescimento urbano industrial do interior paulista principalmente nas décadas de 1970 e 1980 demonstrou a mudança da estrutura econômica e urbana do país, resultante de estratégias dos Planos de Desenvolvimento (I e II PND), vigentes durante a ditadura militar brasileira.

15 A UNICAMP e a PUCCAMP foram criadas no final da década de 1960, porém, atualmente o

de Pesquisa e Desenvolvimento, e de um Aeroporto Internacional. (cf. GONÇALVES E SEMEGHINI, 2002)

Concomitantemente à expansão industrial, ganhava força na região, de acordo com CANO (1992), culturas exportáveis e industrializáveis, principalmente a cana-de-açúcar e a laranja. Além disso, a região destacava-se como a principal produtora de frutas e aves do estado de São Paulo. O autor afirma ainda que a intensificação das relações entre a agricultura e a indústria, além da localização geográfica e do sistema viário de qualidade foram fatores de peso para o desenvolvimento da agroindústria regional, com crescente aumento da produtividade agrícola.

Ainda segundo o autor acima, até a década de 1980, com a drástica redução do crédito e dos investimentos em infra-estrutura, além da não continuidade da política de incentivos à obtenção de grandes superávits, intensificou-se a produção de culturas exportáveis como a laranja, a cana-de-açúcar, a soja, o trigo e o milho. Ganhava destaque também na região de Campinas, produções destinadas ao consumo das camadas de maior renda e ao mercado externo, como por exemplo, as flores e frutas “nobres”, leite e queijo de búfala, café selecionado e a criação de cavalos de raça. (cf. CANO, 1992)

A década de 1980, consolidada pelo baixo crescimento econômico, pela exacerbação inflacionária e pelo ínfimo crescimento do PIB nacional, principalmente do estado de São Paulo, é marcada pela crescente produção manufatureira das áreas vizinhas à Campinas (Americana, Paulínia, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba e Vinhedo).

As políticas e os investimentos federais para a desconcentração produtiva beneficiaram a região de Campinas de forma significativa, acarretando no crescimento das funções urbanas, na implantação de complexos agroindustriais, bem como adensamento da malha industrial e de comércio e serviços. Neste sentido, CANO (1992) afirma:

munícipio de Campinas conta com uma vasta gama de instituições de Ensino Superior que vêm constantemente aumentando suas atividades na região e fortalecendo a característica de pólo de pesquisas e tecnologia de Campinas.

“A ação do Estado, nos vários níveis de governo, acompanharia o crescimento e iria reforçá-lo. Destacam-se aí seus investimentos em infra-estrutura, energia e, sobretudo transportes – no período iria alargar-se substancialmente a malha rodoviária regional; os investimentos produtivos, dos quais os mais importantes foram os que resultaram na construção da Refinaria de Paulínia; e aquelas voltadas às instituições de pesquisa e universidades – destacando-se a constituição da Unicamp.” (CANO, 1992; pg. 41)

Campinas firmou-se como um pólo de pesquisa e tecnologia, consolidou sua diversificada base industrial, modernizou sua agropecuária¹⁶ e desenvolveu seu setor terciário¹⁷. Juntamente com tais ações, obteve uma crescente expansão populacional, urbana¹⁸ e imobiliária. Teve seu espaço urbano segregado socialmente, com a criação de bairros de luxo, condomínios residenciais e comerciais, *shopping centers*, favelas, ocupações ilegais, bairros e comércios sem infra-estruturas e equipamentos sociais.

O mesmo aconteceu com os municípios vizinhos que tiveram suas áreas urbanas conurbadas com Campinas, que por sua vez, detinha grande influência sobre as mesmas. Desta maneira, a criação da Região Metropolitana de Campinas, tendo como finalidade uma administração em conjunto de municípios conurbados com Campinas e com obstáculos semelhantes foi inevitável.

16 SEMEGHINI (1991) afirma que a agricultura regional em questão, a partir da década de 1960, se especializou nas culturas de maiores rentabilidades estimuladas pelo crescimento da população urbana. Desta forma, como exemplo, a cana-de-açúcar e a laranja tornam-se os principais produtos agrícolas de Campinas.

17 SEMEGHINI (1991) afirma também que houve uma verdadeira explosão do setor terciário na região a partir da década de 1970. Nessa explosão, ganha destaque o comércio varejista, o comércio atacadista e o comércio de produtos agropecuários (CEASA).

18 De acordo com CAIADO, PIRES, DOS SANTOS, MIRANDA (2002), a pavimentação de rodovias, principalmente a rodovia Anhanguera ajudaram Campinas a se firmar como um dinâmico centro urbano.

Na seqüência discutiremos o papel dos imigrantes, em sua maioria europeus e asiáticos, na formação dos municípios em questão. Embora os imigrantes tenham exercido papel central na formação de diversos municípios brasileiros, o enfoque será dado apenas aos quatro municípios estudados.

3.1. O Papel dos Imigrantes para a Formação Territorial dos Municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo

A formação territorial dos municípios em questão está ligada à vinda de imigrantes para a região de Campinas, uma vez que eles foram responsáveis pela introdução de diversas culturas de frutas, pela introdução de seus costumes na região, pelo desenvolvimento industrial e urbano e pelo desenvolvimento populacional dos municípios, enriquecendo ainda mais a já rica sociedade local.

A formação do Circuito das Frutas é tributária dessa cultura de imigrantes, levando em consideração fatores que vão desde o cultivo das frutas até a formação de uma política de desenvolvimento do agroturismo.

De acordo com o responsável pelo Museu Adoniran Barbosa, no município de Valinhos, JOSÉ MARIA VENTURINI os municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo conquistaram significativos avanços políticos, econômicos, culturais e sociais com a vinda de diversos imigrantes europeus (em sua grande maioria os imigrantes italianos) e asiáticos (número significativo de japoneses).

De acordo com JOSÉ MARIA VENTURINI, os imigrantes, majoritariamente italianos, buscaram a região desde o início do século XX pela ampla oferta de trabalhos ligados à agricultura. Os imigrantes eram assalariados e logo conseguiram adquirir suas próprias terras, iniciando o cultivo de frutas como o figo, a goiaba e a uva na região. Houve também a preservação de seus costumes, destacando-se a crença religiosa, a realização de festas, a fabricação de vinhos, etc. (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de Campo, em 21 de janeiro, 2009)

Além disso, de acordo com os *sites* das respectivas PREFEITURAS MUNICIPAIS (05/04/2007), os municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e

Vinhedo se emanciparam como uma forma de buscar uma administração pública mais efetiva para atender as demandas locais. Antes, as áreas que compreendem tais municípios eram tomadas por fazendas produtoras de gêneros agrícolas, principalmente frutas. A população que vivia e trabalhava nestas áreas, em sua maioria imigrantes europeus e japoneses, acreditavam que as ações públicas nestas áreas eram raras e nem sempre atendiam seus anseios. Portanto, estes grupos que viviam nas áreas dos atuais municípios se reuniram no objetivo comum de criar municípios independentes, pois acreditavam que se pudessem administrar tais áreas, os avanços seriam mais visíveis já que a vivência e o conhecimento do espaço lhes trariam vantagens nas ações a serem tomadas.

A permanência dos imigrantes nestes municípios estudados é importante para o entendimento da atual configuração do Circuito das Frutas, uma vez que foram estes imigrantes europeus que tornaram os municípios referência no cultivo de frutas e na realização de festas e eventos que contemplam as produções frutícolas.

O cultivo de frutas pelos imigrantes ganhava força a cada ano, uma vez que aliava conhecimento e técnicas de cultivo de frutas, características físicas regionais apropriadas e crescimento do mercado consumidor. Outro importante fator a ser destacado, segundo o *site* da PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO (05/04/2007) é a fabricação de vinhos que desde os primeiros anos do século XX impulsionaram o cultivo de uvas.

JOSÉ MARIA VENTURINI afirma que a crença religiosa foi outra característica importante já que surgiram diversas igrejas e o número de missas e festas religiosas aumentou consideravelmente. Tais festas religiosas realizadas nos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo nas décadas de 1950 e 1960 foram as responsáveis pelo surgimento das festas das frutas, uma vez que a venda de frutas e a doação de dinheiro para a igreja de acordo com a produção da fruticultura gerou a transformação para as festas do figo e da uva respectivamente (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 21 de janeiro, 2009).

Porém, as produções de frutas realizadas por famílias imigrantes obtiveram crescimento até a década de 1980. Após tal época, a produção agrícola dos municípios em questão sofreu declínios e conseqüentemente as

áreas rurais diminuíram.

De acordo com o *site* da PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO (05/04/2007), uma significativa parcela dos imigrantes ou descendentes de imigrantes vendeu suas terras a partir da década de 1980 por causa de problemas financeiros. A maior parte destas terras herdadas por estes imigrantes transformou-se em loteamentos residenciais e comerciais e condomínios de luxo.

TERÚ KUSAKARIBA afirma que a situação para os produtores de frutas da região tornou-se difícil devido aos poucos investimentos públicos no setor. Desta forma, muitas famílias que ainda mantinham as plantações, tiveram que vender suas terras e buscar novas formas de obtenção de renda na cidade. Ela afirma que os atuais produtores de frutas podem ser considerados vitoriosos por ainda conseguirem manter vivas as tradições rurais de seus antepassados em momentos com uma geração de renda tão baixa como a que ocorre recentemente.

TERÚ KUSAKARIBA afirma ainda que mesmo que uma parcela dos imigrantes tenha ido trabalhar nos setores secundário e terciário, o marcante para os municípios em questão foi, sem dúvida alguma, o trabalho dos imigrantes no setor primário, em especial com a fruticultura.

Atualmente, os produtores de frutas são os descendentes de imigrantes que decidiram continuar com a produção de seus antepassados. O Circuito das Frutas surgiu para que a produção agrícola aumentasse, para que a rentabilidade crescesse e para que as tradições e cristalização deixadas pelos imigrantes não desaparecessem (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 16 de outubro, 2008).

Há, atualmente, dois tipos distintos de produtores na região. O primeiro grupo, com poucos participantes, é caracterizado por proprietários em sua maioria italianos e japoneses que possuem mais de 70 anos. Este grupo é marcado pelas raízes de suas tradições, por técnicas simples do cultivo e da venda de seus produtos e geralmente pelo desenvolvimento em pequena escala de vinhos artesanais.

O segundo grupo é formado pelos filhos e netos dos imigrantes e destaca-se como grupo mais numeroso. Esse é caracterizado pela utilização de técnicas mais modernas de cultivo e venda de produtos, bem como uma

maior diversificação, com a presença de demais produtos derivados de frutas para a comercialização. Os participantes deste grupo são aqueles que buscam constantemente melhorias para o Circuito das Frutas e que lutam pela permanência das tradições de suas famílias.

Como exemplo de participante deste segundo grupo, temos o presidente da AVIVI (Associação dos Vinicultores de Vinhedo), Adilsom Amato, que é neto de imigrante italiano e gerencia as plantações de uva e produções de vinho da família. ADILSON AMATO afirma que para conquistar avanços no Circuito das Frutas busca diversas parcerias com órgãos especializados, como universidades, SEBRAE (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa), IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), dentre outros, para que novas técnicas e descobertas possam ser utilizadas. Além disso, procura realizar cursos que lhe serão úteis tanto em sua produção como no Circuito e busca sempre estar em contato com os representantes públicos do Pólo Circuito das Frutas para que avanços sejam conquistados (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 02 de fevereiro, 2008).

Assim, o *site* da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA (05/04/2007) confirma que os eventos do Circuito das Frutas são para dinamizar a produção e comercialização das frutas produzidas e para estimular o desenvolvimento do turismo rural. E também para manter vivos os costumes trazidos pelos imigrantes, grupo responsável pela atual configuração municipal.

As festas das frutas resgatam as tradições dos imigrantes e demonstram com muito orgulho a saga destas famílias que decidiram habitar a região de Campinas e desenvolver uma agricultura que renderia sustento para próximas gerações. Demonstram também como o desenvolvimento da fruticultura na região foi importante para a formação urbano-industrial e de que forma ele culminou numa política pública de desenvolvimento do agroturismo. Uma análise mais efetiva, que confirme se o Circuito das Frutas atingiu plenamente seu objetivo só será possível no futuro, o mesmo objetivo almejado pelos imigrantes no início e meio do século XX – que se baseia no aumento da produção e comercialização de frutas, no desenvolvimento agrário, na afirmação das tradições e na manutenção da agricultura, que criou

bases para a formação de tais municípios. Por hora, este estudo busca contribuir fazendo uma avaliação de processo, já que o Circuito das Frutas está em vigência há pouco tempo.

Desta maneira, cabe também uma análise da formação da Região Metropolitana de Campinas como item da formação territorial dos municípios estudados, uma vez que Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo estão inseridos nesta região e ela é determinante para transformações políticas, econômicas e sociais.

3.2. Caracterização da Região Metropolitana de Campinas

A caracterização da Região Metropolitana de Campinas se configura como etapa importante, uma vez que os municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo pertencem a tal Região. Desta maneira, os quatro municípios estão inseridos em uma economia e em uma política regional, com significativo destaque estadual. O objetivo desta parte é entender se a inserção na Região Metropolitana de Campinas é um fator positivo para estes municípios, se otimiza o desenvolvimento regional do Circuito ou configura-se como um obstáculo para a formação da “personalidade rústica” almejada pelo Circuito das Frutas.

O desenvolvimento industrial e urbano iniciado na década de 1930 em Campinas e nos municípios vizinhos, a conseqüente formação de conurbações e a centralidade e singularidade econômica do município de Campinas, configuraram algumas das razões para a criação da Região Metropolitana de Campinas.

Campinas, ao longo de sua história, conquistou lugar de destaque no estado de São Paulo e no Brasil. Ao se firmar como grande produtora de café no final do século XIX e início do século XX criou condições para desenvolver uma economia industrial e uma rede urbana forte e diversificada. O desenvolvimento industrial e urbano de Campinas foi francamente beneficiado pela expansão industrial da capital São Paulo e pelos investimentos nacionais para consolidação industrial do interior.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento beneficiaram

significativamente o município de Campinas e os municípios vizinhos uma vez que esta região já contava com desenvolvimento urbano e infra-estruturas necessárias para a instalação de indústrias. Após a década de 1970, houve um intenso crescimento na região e Campinas firmou sua influência sobre os municípios vizinhos, iniciando o processo de metropolização. Sobre isto, CANO (1992) afirma:

“Com a performance dos anos 70, a região de Campinas emergiria como uma das principais concentrações econômicas do país, sediando um parque industrial moderno e diversificado e uma estrutura produtiva agrícola e agroindustrial que, em São Paulo, rivalizava apenas com o da região de Ribeirão Preto. O sistema viário ali estabelecido suportava uma rede urbana densa, organizada em torno de um punhado de centros sub-regionais de médio porte cujas estruturas urbanas vieram se ampliando e diferenciando, polarizada por uma capital regional que se adquirira o porte e as feições de grande cidade, no bojo dessa trajetória.”
(CANO, 1992; pg. 53)

GONÇALVES E SEMEGHINI (2002) acreditam que o processo de metropolização de Campinas ocorreu baseado em dois movimentos. Assim, afirmam:

“Tal processo se definiu por dois movimentos: um, físico, de expansão da malha urbana configurando um espaço urbanizado interligado nucleado por Campinas, mesmo que ainda permeado por vazios; outro, socioeconômico e político-administrativo, em que se articula um conjunto de atividades que se alavancam

mutuamente (produção, consumo, habitação, serviços, comunicações), atando a cidade-núcleo às cidades periféricas e conferindo a essa área uma sinergia particular.

Em síntese, pode-se conceber a metropolização de Campinas como decorrência de dois processos desenvolvidos simultaneamente nesse espaço: por um lado, a transformação econômica derivada da industrialização pesada e processada a partir da base econômica, urbana e social previamente constituída em processos históricos anteriores; por outro, a apropriação, uso e ocupação do solo urbano, segundo condições que se desenrolam tendo por suporte uma específica articulação de interesses privados, para a qual é essencial a ação sancionada do poder público” (GONÇALVES E SEMEGHINI, 2002, pg. 29 e 46)

SEMEGHINI (1991) acredita que o entroncamento rodoferroviário existente em Campinas favoreceu a aglomeração das atividades econômicas. A Rodovia Anhanguera, segundo o autor, foi o principal eixo indutor de indústrias, formando um intenso aglomerado urbano entre os municípios de Valinhos, Vinhedo, Sumaré, Nova Odessa, Paulínia e Indaiatuba. Desta maneira, a localização industrial foi o primeiro vetor da configuração metropolitana (Rodovia Anhanguera, Santos Dumont e Dom Pedro I), juntamente com o conjunto de condições de apropriação, uso e ocupação do solo urbano, lembrando que a Rodovia Anhanguera firmou-se como principal via de transportes e comunicações do interior. Ao longo da Rodovia Anhanguera há em eixo industrial que começou se consolidar em 1950 e abrigou importantes indústrias, desde a Capital, passando por Jundiaí, Vinhedo, Valinhos, Campinas, Americana, Sumaré e Limeira.

A expansão ao longo da rodovia Anhanguera, que se estende de Vinhedo até Americana, não contou com fortes discontinuidades, o que

acabou resultando em uma mancha urbana contínua, caracterizada pela articulação entre mercado de trabalho, empresas e vida urbana para os municípios nele contidos. Tal eixo caracteriza-se pela existência de uma população carente, enquanto que o eixo sentido Valinhos e Vinhedo abriga uma população de média e alta renda.

A rodovia Santos Dumont, que faz a ligação Campinas-Viracopos-Indaiatuba desde 1950, consolidou a estrutura industrial têxtil, juntamente com a criação do Distrito Industrial de Campinas e a construção do Aeroporto Internacional de Viracopos. A expansão da periferização nesta área foi acentuada, caracterizando uma região marcada pelos conjuntos habitacionais de baixo padrão e favelas.

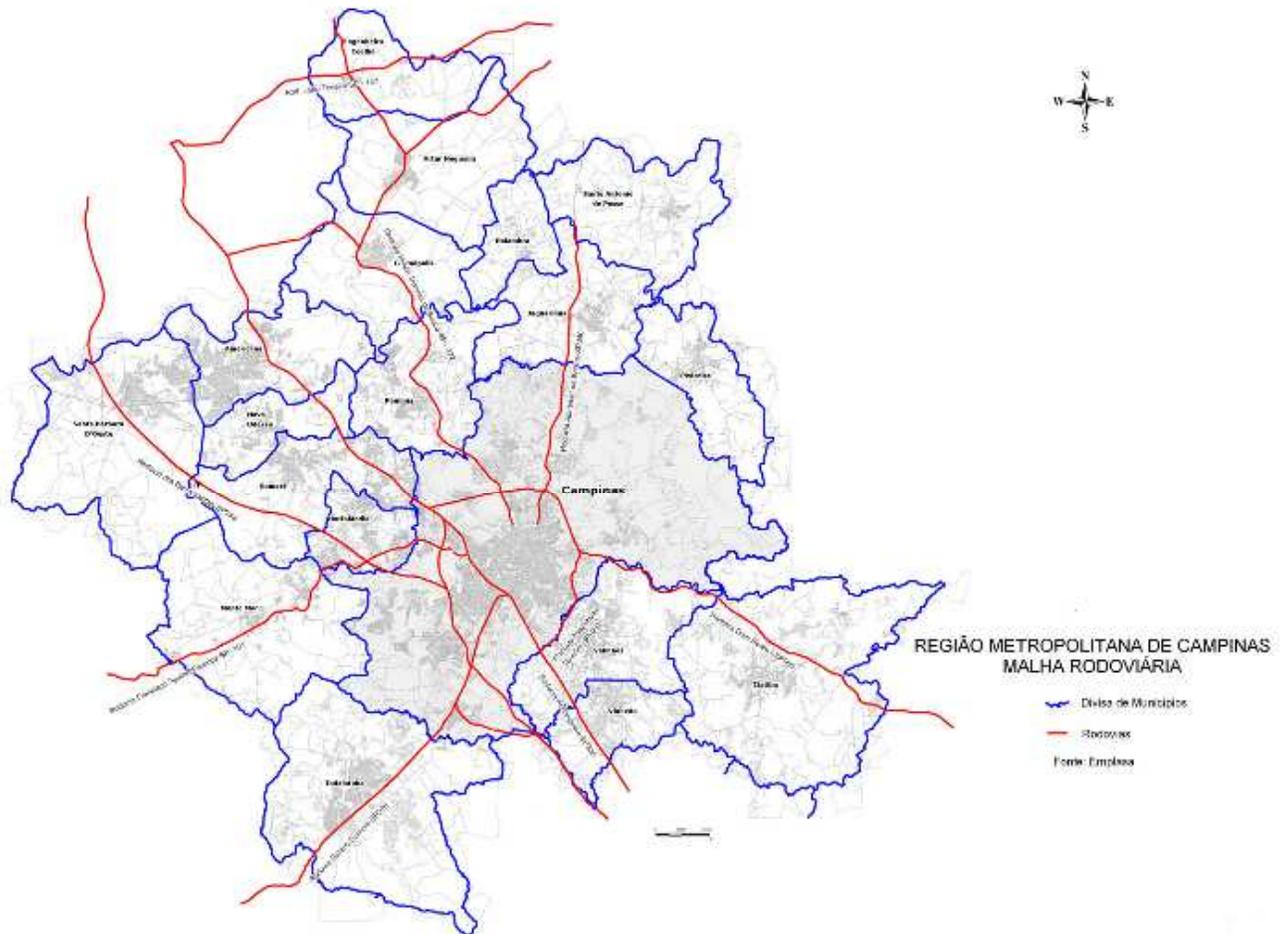
A Rodovia Dom Pedro I (Campinas – Paulínia, Campinas – Sumaré, Campinas – Monte-Mor, Campinas – Mogi-Mirim) configura-se como área que conta com pólos industriais de alta tecnologia, Universidades, *shoppings centers* e grandes centros comerciais. Configura também um espaço marcado pelas edificações de alto padrão, sendo comum a presença de condomínios residenciais e comerciais, além de uma ampla gama de grandes empresas comerciais. A área em questão é detentora de equipamentos sociais e infra-estruturas urbanas de qualidade, por tal motivo sofre intensa especulação imobiliária.

Segundo GONÇALVES E SEMEGHINI (2002), dois tipos de aglomeração já eram observadas em 1975: a aglomeração submetropolitana, a “Área de Campinas”, nucleada pelo município e incluindo Sumaré, Valinhos, Vinhedo, Nova Odessa, Paulínia e Indaiatuba (acréscimo posterior de Jaguariúna e Cosmópolis); e a aglomeração por conurbação, composta por Americana e Santa Bárbara D'Oeste.

Já em 1999, de acordo com o *site* da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (04/04/2007), a aglomeração nucleada por Campinas já era identificada como Região Metropolitana, sendo na ocasião a única aglomeração urbana metropolitana não nucleada por uma capital de Estado da Federação Brasileira. E, por fim, em 19 de junho de 2000, pela lei complementar nº 870, foi instaurada a Região Metropolitana de Campinas. Ela é composta por 19 municípios (Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba,

Jaguariúna, Monte-Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Barbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo), conforme apresentado na FIGURA 3.1.

FIGURA 3.1: MALHA RODOVIÁRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS¹⁹



Fonte: SEPLAMA, 2006

Neste sentido, de acordo com ANTÔNIO DA COSTA SANTOS (2001):

“A Região Metropolitana de Campinas é uma

¹⁹ De acordo com a fonte da figura, SEPLAMA (2008), convencionou-se utilizar a divisa dos municípios com a cor azul e as rodovias com a cor vermelha.

oportunidade histórica, que permite entender melhor os 19 municípios da região, considerando que, embora cada cidade tenha seus principais problemas, alguns são comuns aos vários municípios, o que justifica substituir disputas políticas por uma construção colegiada que desenhe as melhores alternativas técnicas, socioeconômicas e ambientais para o desenvolvimento de nossa cidade.”

Em 2007, de acordo com dados do *site* do IBGE (07/03/2007), a população da região chegou a 2.633.523 habitantes, ou seja, 6,7% da população estadual e 1,4% da população nacional. Vale destacar também, que deste total, o município de Campinas abriga 39,5% da população metropolitana.

A taxa de urbanização metropolitana atingiu, em 2005, 97,3%. Entre 1991 e 2000, a população regional teve um crescimento de 2,68% ao ano, enquanto que o estado de São Paulo teve crescimento de 1,82% ano. No período entre 2000 e 2005, a RMC teve crescimento superior mais uma vez, 2,02% e 1,72%, respectivamente. (cf. *site* da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 17/12/2007)

A evolução da estrutura sócio-econômica e espacial da RMC transformou-a em um espaço metropolitano com estrutura produtiva moderna, com alto grau de complexidade e grande riqueza concentrada. Desta maneira, sobre os setores da economia:

“O setor agropecuário tornou-se moderno e diversificado, possuindo forte integração com os complexos agroindustriais e elevada participação de produtos exportáveis ou destinados ao mercado urbano de maior poder aquisitivo. Seus principais produtos são cana-de-açúcar, laranja, suinocultura, avicultura, horticultura, fruticultura e floricultura.”

(Site da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 17/12/2007)

Além da modernização do setor primário, a produção regional tem aumentado sua participação no total estadual. Este fato se deve à instalação de novas fábricas tecnológicas, indicando a privilegiada localização industrial. A RMC transformou-se no terceiro maior parque industrial do país, atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Neste sentido, a indústria abriga setores modernos e complexas cadeias produtivas. Uma das divisões mais representativas é a de alimentos e bebidas, que corresponde a cerca de um quarto da produção estadual. Ganham destaque também os setores de material de transporte, químico e petroquímico, de material elétrico e de comunicações, mecânico, de produtos farmacêuticos e perfumaria e de borracha.

O setor terciário é dinâmico, avançado e possui interação com os demais setores da economia. Abriga modernos equipamentos de comércio, empreendimentos de grande porte em alimentação, entretenimento e hotelaria, além de uma ampla gama de serviços profissionais e voltados para empresas. Conta também com importantes serviços públicos e privados, com destaque para o Hospital das Clínicas da Unicamp. (cf. Site da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 17/12/2007)

A importante presença de várias Universidades (em especial da Universidade Estadual de Campinas e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas) juntamente com instituições de P&D (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento-CPqD, Fundação Centro Tecnológico para a Informática-CTI, Companhia de Desenvolvimento Tecnológico - Codotec, Instituto Agrônomo de Campinas-IAC, Instituto Tecnológico de Alimentos-ITAL e Laboratório Nacional de Luz Síncrotron-LNLS) beneficiam a economia local, aparada pelo suporte técnico propiciado pelas mesmas.

Porém, há ainda diversos obstáculos a serem enfrentados na RMC, como a questão do desemprego, deterioração ambiental e estrangulamento na provisão de infra-estruturas (habitação, transportes, saneamento básico

etc.) que atingem todos os municípios pertencentes à RMC e contam com uma administração integrada para a solução de tais problemas.

Neste sentido, MARICATO (2003) afirma que as metrópoles brasileiras possuem alguns sérios problemas estruturais e sociais que se agravam com o passar do tempo. As periferias e favelas das Regiões Metropolitanas crescem num ritmo acelerado, gerando segregação sócio-espacial e exclusão social.

Após o entendimento da formação territorial dos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo cabe uma análise sobre o Circuito das Frutas. Nesta análise, itens como formação do Circuito, características atuais e pontos positivos e negativos do mesmo são discutidos.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CIRCUITO DAS FRUTAS

Para a formulação deste item, além da utilização de bases bibliográficas e informações contidas nos *sites* eletrônicos das Prefeituras Municipais dos quatro municípios estudados, foi utilizada como metodologia, entrevistas com agentes-chaves para o entendimento das questões relacionadas ao Circuito das Frutas. As pessoas entrevistadas, relacionadas no quadro abaixo se classificam em quatro grupos:

1. Agentes Públicos: funcionários das prefeituras municipais ligados de alguma maneira com o Circuito das Frutas, seja por meio da administração agropecuária, da administração do turismo ou do desenvolvimento municipal. Tais agentes foram importantes para o entendimento dos mecanismos legais para institucionalização, continuidade e investimentos para desenvolvimento do Circuito das Frutas. O critério de escolha de entrevistados baseou-se na função do agente público; a escolha foi feita pelo grau de ligação com o Circuito das Frutas e pela disponibilidade para a realização de entrevistas.
2. Agentes Produtores de Frutas e Proprietários de Serviços ligados ao Turismo Rural: geralmente proprietários rurais e de serviços associados ao Circuito das Frutas. As entrevistas com este segundo grupo foram significativas para o entendimento do Circuito das Frutas “na prática”, desvendando quais as conquistas alcançadas até o momento, quais as dificuldades e obstáculos e qual a relação entre este grupo com os agentes públicos. O critério de escolha deste grupo de agentes foi realizado após uma visita de campo em alguns dos roteiros oferecidos pelo Circuito das Frutas. Os escolhidos foram aqueles julgados mais ilustrativos para o trabalho e os quais os proprietários concordaram com as entrevistas.
3. Turistas: representados em sua maioria por grupos escolares, grupos de terceira idade e moradores de municípios próximos

que realizam o chamado “turismo de um dia”. Entrevistas que possibilitam o entendimento do resultado da interação e das ações em conjunto dos dois primeiros grupos, bem como a percepção de turistas da configuração municipal e regional do local ou roteiro escolhido para visita, ou seja, o olhar “de fora” do município. Para a escolha de entrevistados foram realizados dois critérios distintos. O primeiro deles foi entrevistar turistas de outros municípios durante a festa da uva de Vinhedo e a festa do figo de Valinhos. O outro critério foi buscar parentes e amigos de “conhecidos” que residem em outros municípios e freqüentemente visitam o Circuito das Frutas, para a realização das entrevistas.

4. Moradores dos municípios: pessoas que residem nos municípios em questão há mais de três anos. As entrevistas realizadas com este grupo permitiram um maior entendimento do Circuito visto “de dentro”, qual a percepção dos moradores frente a esta estratégia de desenvolvimento implantada. O critério de escolha de entrevistas para este grupo baseou-se na entrevista aleatória por pessoas circulavam em três pontos distintos dos municípios: nas áreas centrais, nos arredores dos condomínios residenciais e nos arredores das áreas rurais.

As perguntas contidas nos questionários eram relativas à formação, desenvolvimento e continuidade do Circuito; aos avanços obtidos até o momento e os obstáculos a serem enfrentados; à formação de um circuito turístico regional e quais as percepções e resultados. Abaixo segue o QUADRO 4.1 especificando o nome e o cargo/profissão de cada um dos entrevistados, no período de agosto de 2007 até agosto de 2008:

**QUADRO 4.1: ESPECIFICAÇÃO DOS AGENTES ENTREVISTADOS
VINCULADOS AO CIRCUITO DAS FRUTAS**

GRUPO 1	CARGO/PROFISSÃO
Graziela Milani Narezzi	Secretária adjunta de desenvolvimento e presidente do Conselho Municipal de Turismo do município de Indaiatuba
Carlos Alberto Amaral	Secretário de Cultura, Esportes e Turismo do município de Itatiba
Danilo Sorroce	Secretário de Turismo do município de Valinhos
Henrique Conti	Vereador e presidente da Casa da Agricultura do município de Valinhos
Darlan Henrique	Representante do Pólo Turístico Circuito das Frutas do município de Vinhedo
GRUPO 2	
José Luiz Rizzato	Presidente da Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas e proprietário da Rizzatour Turismo no município de Jundiá
Paulo Cruz Martins Junqueira	Proprietário da pousada Canto do Jatobá no município de Itatiba e associado ao Circuito das Frutas
Adilson Amato	Produtor de vinhos no município de Vinhedo, presidente da AVIVI e associado ao Circuito das Frutas
Ricardo Azzolin	Produtor de vinhos, proprietário do restaurante e adega Azzolin no município de Vinhedo e associado ao Circuito das Frutas
Maria Isabel	Proprietária do Camping Macuco no município de Valinhos e associada ao Circuito das Frutas
Mário Escabelo	Produtor de frutas, proprietário da Adega do Tio Mário no município de Valinhos e associado ao Circuito das Frutas
Vera Persegueti	Produtora de frutas no município de Valinhos e não associada ao Circuito das Frutas
Terú Kusakariba	Produtor de frutas, proprietário do Sítio Kusakariba no município de Valinhos e associado ao Circuito das Frutas
GRUPO 3	
Mariana Valois	Moradora do município de Campinas
Telma Ferreira	Moradora do município de São Paulo
Rafael Galeoti	Morador do município de Cajamar
Kelly Cristina de Pádua Gonçalves	Moradora do município de Campinas
Débora Villasnovas	Moradora do município de Campinas
Hilda Vasconcelos	Moradora do município de São Paulo
GRUPO 4	
Celso Cruz	Morador e gerente de posto de gasolina no município de Valinhos
Ana Paula Argozino Duarte	Moradora do município de Vinhedo
Nathália Damáris Busnardo Canadas	Moradora do município de Vinhedo

GRUPO 1	CARGO/PROFISSÃO
André Cremasco	Morador do município de Valinhos
Flávia Martins	Moradora do município de Valinhos e agente de vendas turísticas
Laura Serrano	Moradora do município de Valinhos
Venâncio Silveira	Morador do município de Indaiatuba
Elaine Tavares	Moradora do Município de Indaiatuba
Priscila França	Moradora do município de Indaiatuba
Ivo Prado	Morador do município de Itatiba

4.1. Gênese e Consolidação do Circuito das Frutas

O cultivo de frutas em diversos municípios do estado de São Paulo configurou, muitas vezes, a base da economia agropecuária dos mesmos. Mais especificamente nos municípios de Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinú, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo o cultivo e comercialização de frutas como uvas niágara, morangos, figos, goiabas (branca e vermelha), nectarinas, pêssegos, ponkans, ameixas, caquis, pêras, lichias, maracujás, jabuticabas, amoras, seringueiras, acerolas e outras sempre foram de grande importância econômica e caracterizam até o atual momento um setor de destaque. Exemplo desta significativa importância é o período de existência das festas de frutas nos municípios, que tiveram seu início muitas vezes na década de 1950, como forma de homenagear os produtores, e sobrevive até hoje com muito prestígio e como um meio de fortalecer o desenvolvimento, a economia e a sociabilidade.

De acordo com DARLAN HENRIQUE, há cerca de 10 anos, esta região foi identificada por diversos profissionais da área do turismo, como “Roteiro das Frutas”²⁰. Estudos da Secretaria de Estado de Turismo juntamente com instituições como CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), no início da década de 1990 já desenhavam o Roteiro das Frutas (entrevista em 11/09/2007).

²⁰ Entende-se roteiro como uma descrição de um caminho a ser realizado em uma viagem, um itinerário.

DARLAN HENRIQUE afirma ainda que no final da década de 1990 iniciou-se uma forte articulação entre os proprietários rurais da região. Tais proprietários tinham como objetivo buscar alternativas para permanecer produzindo no campo e para gerar formas de aumentar a renda provinda do campo (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 11 de setembro, 2007).

Neste mesmo sentido, SOARES, BERGAMASCO e FAGNANI (2005) afirmam que a crise do setor agrícola a partir da abertura comercial da década de 1990, teve como conseqüência a queda de rentabilidade dos principais produtos agropecuários brasileiros. Houve intensa queda no preço das *commodities* agrícolas no mercado internacional, contribuindo com a redução do próprio emprego agrícola. Desta maneira, o aparecimento de atividades não-agrícolas no meio rural surgiu como uma forma de modernização das áreas rurais e um meio de aumentar o emprego e a renda gerada.

A política de criação do Circuito das Frutas baseou-se em estudos iniciados na região em meados de 1990, como forma de identificar a aptidão da área e, dessa maneira, empreender ações de estímulo ao desenvolvimento econômico por meio do turismo. A região faz parte da mais importante área produtora de frutas do estado de São Paulo, e assim houve a possibilidade da integração do Turismo em Espaço Rural (TER).

Neste sentido, CAMPANHOLA e SILVA (2006) afirmam que o Turismo em Espaço Rural (TER) é uma modalidade nova no Brasil, mas no mundo é realizada desde a Antiguidade. O TER requer características regionais, não necessita de grandes investimentos e, se manejado adequadamente, traz benefícios para o produtor e para o município.

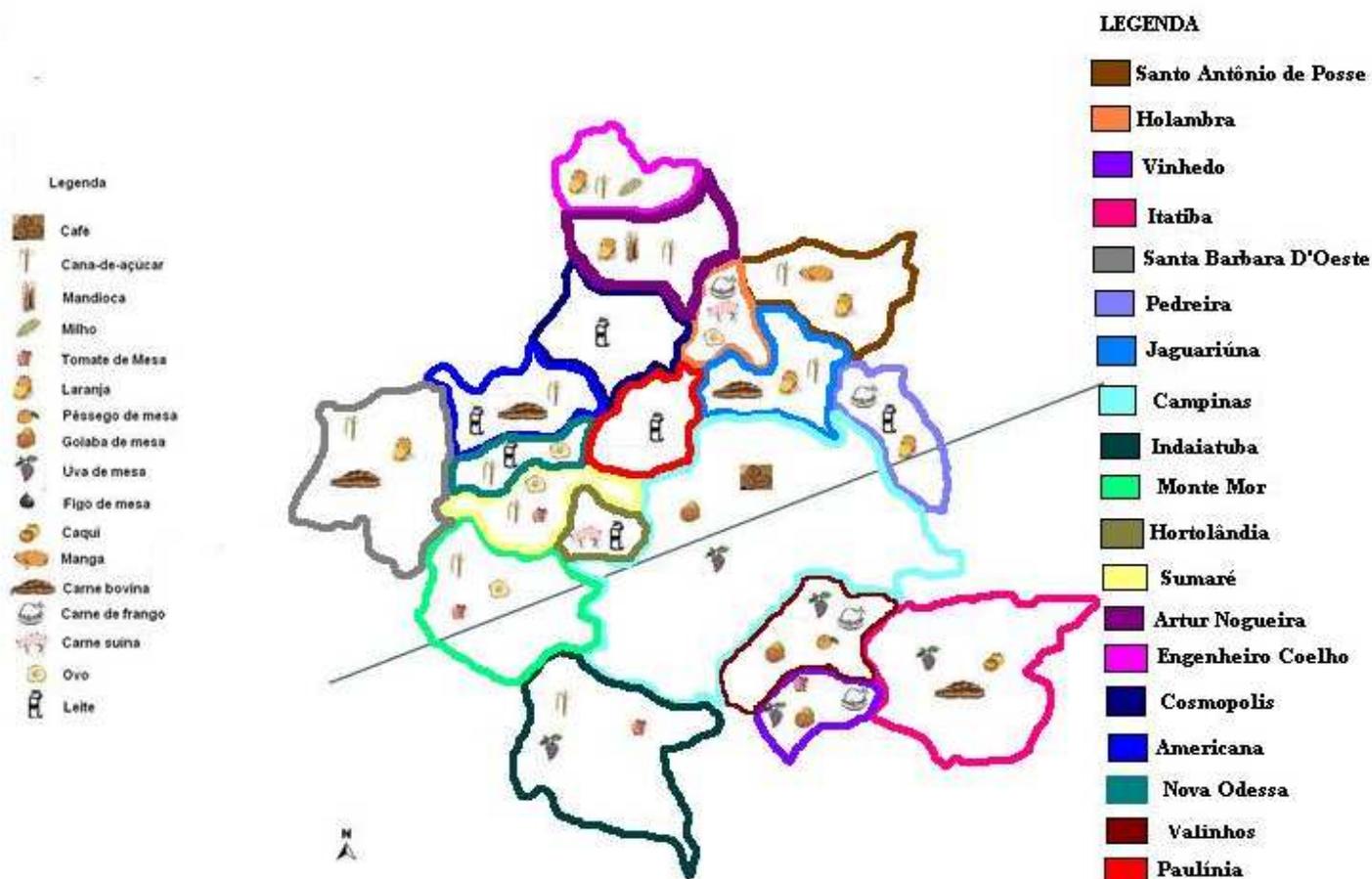
SILVA (1998 apud PEREIRA e MOLINA, 2008) afirma que agroturismo é a definição para atividades internas à propriedade, que geram atividades complementares à agrícola, porém, continuam a fazer parte do cotidiano na propriedade. Devem ser entendidas como processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais, no tempo livre das famílias de agricultores ou em eventuais contratações de mão-de-obra.

A implantação de atividades não-agrícolas em meio rural surge, desta forma, como uma alternativa para os produtores agropecuários, já que esta ação buscava incentivá-los na continuidade produtiva, buscava desenvolver o setor, tornando-o mais produtivo e buscava também manter viva a tradição do cultivo de frutas por imigrantes e descendentes europeus e asiáticos na região.

TERÚ KUSAKARIBA afirma que desde 1998 já existia nos municípios uma articulação entre os produtores de frutas para instalar o turismo rural em suas propriedades. O município de Valinhos foi pioneiro nesta ação, uma vez que o prefeito daquela época, Vítório Antoniazzi, incentivou a implantação do turismo rural como uma maneira alternativa de desenvolvimento da agricultura e do turismo. Portanto, em 1998 algumas propriedades já participavam do Circuito das Frutas, no entanto, esse ainda não era institucionalizado (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 16 de outubro, 2008).

Da mesma maneira, GRAZIELA NAREZI e DANILO SORROCE afirmam que a tentativa de formação de um circuito turístico surgiu a partir da existência da potencialidade de cultivo e comercialização de frutas destes municípios, como pode ser observado na FIGURA 4.1, com a significativa variedade de frutas na região. A introdução de atividades não-agrícolas em meio rural foi vista como uma alternativa para a continuidade das culturas e aumento da geração de emprego e renda no campo, bem como o aproveitamento de um atrativo já desenvolvido (entrevistas realizadas por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 18 de setembro, 2007 e 26 de setembro, 2007 respectivamente).

FIGURA 4.1: PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS - 2008



Fonte: Adaptado de IAC (Instituto Agrônômico de Campinas), 2008

DARLAN HENRIQUE acredita que a visitação das propriedades surgiu como uma possibilidade de negócio. Haveria a possibilidade de geração de renda uma vez que além de receber turistas, os proprietários poderiam comercializar as frutas e derivados destas diretamente com os consumidores (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 11 de setembro, 2007).

A comercialização diretamente com os consumidores é bastante vantajosa uma vez que o comprador analisa o local e a maneira de produção da fruta. VERA PERSEGUETTI afirma que a maioria das frutas produzidas no Circuito das Frutas é vendida em CEASAs (Centrais de Abastecimento S.A.) - principalmente o de Campinas -, para exportação, comercializadas em bancas em diversas festas e eventos do Circuito, e no caso dos produtores de Valinhos, as frutas são vendidas aos sábados em um parque municipal (Feira do Produtor). É importante observar que a plantação, cultivo, colheita, separação de frutas e embalagem são feitas manualmente na maioria das plantações, evidenciando o ambiente familiar e rústico presente nesta região (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 22 de novembro, 2007).

As potencialidades foram estudadas pelos proprietários rurais e depois de organizadas foram formalizada como uma Associação que congrega proprietários rurais dos dez municípios²¹. Desta maneira, os participantes da Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas deram início à criação do Pólo Turístico²² Circuito das Frutas.

Cabe destacar a diferenciação entre Associação de Turismo Rural Circuito das Frutas e Pólo Turístico Circuito das Frutas. A Associação é formada por proprietários, sejam eles de plantações agrícolas ou então de estabelecimentos de comércio ou serviços ligados ao Circuito (restaurantes, pousadas, hotéis, lanchonetes, comércio de alimentos, roupas etc.). Tais proprietários pagam uma taxa para integrar a Associação e atuam em conjunto com as Prefeituras Municipais. Neste sentido, de acordo com o *site* da Associação de Turismo Rural Circuito das Frutas, esta tem como objetivos:

21 De acordo com o *site* do MINISTÉRIO DO TURISMO (03/05/2008), uma Associação de Turismo Rural pode ser entendida como um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valores a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades. É uma atividade econômica complementar à atividade produtiva.

22 De acordo com o *site* do MINISTÉRIO DA FAZENDA (20/05/2008), o conceito de Pólo Turístico como um espaço geográfico claramente definido, com pronunciada vocação turística, envolvendo atrativos turísticos similares ou/e complementares. Em comparação com a realização de ações isoladas, acredita-se que a realização de ações integradas no âmbito de Pólo Turístico seja uma forma mais eficiente para se aplicar recursos públicos, de modo a desencadear e intensificar um processo de desenvolvimento econômico e social local, por meio do planejamento e da gestão regional.

“A Associação foi fundada com o objetivo de desenvolver, estruturar, organizar e divulgar o turismo rural no Circuito das Frutas. Sem fins lucrativos, a entidade não possui qualquer cunho partidário, social ou religioso.

Atualmente conta com parcerias com o poder público municipal, dos municípios que compõem o Circuito, bem como as Secretarias de Turismo e Agricultura do Estado, além de entidades como o SEBRAE, SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), BRAZTOA (Associação Brasileira de Operadores de Turismo) e outras.”
(*site* da Associação de Turismo Rural Circuito das Frutas, 13/08/2007)

Já o Pólo Turístico é representado pelas Prefeituras Municipais e é o responsável público e jurídico pelo Circuito, aquele que planeja e atua em ações efetivas, como na arrecadação de dinheiro, na divulgação de roteiros e festas, nos investimentos e nos planos de desenvolvimento do Circuito.

Além disso, SOARES, BERGAMASCO e FAGNANI (2005) afirmam que os municípios pertencentes ao Pólo, decidiram criar um consórcio intermunicipal, garantindo, desta maneira, uma representação jurídica comum para facilitar o recebimento de verbas da iniciativa privada. O Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico Circuito das Frutas é uma associação civil, sem fins lucrativos, que possui a finalidade de planejar, propor, coordenar, supervisionar e operar ações em conjunto.

DARLAN HENRIQUE acredita ainda que um parceiro fundamental em todo processo de formação do Pólo Turístico Circuito das Frutas foi o Governo Estadual de São Paulo, por meio de três secretarias: Secretaria Executiva de Turismo, Secretaria de Economia e Planejamento e Secretaria de Agricultura (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 11 de setembro, 2007). Neste sentido, de acordo com material de divulgação da PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO:

“Uma das ações, responsável principalmente pela integração regional, foi a realização de uma Oficina de Planejamento Regional, do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo), em agosto de 2002, que deu origem ao Grupo de Trabalho do Pólo Turístico Circuito das Frutas, composto por representantes designados pelo poder público municipal de cada um dos municípios integrantes do Pólo, além de entidades como a Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas e a Convention & Visitors Bureau.” (Material de Divulgação da PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO sobre o Circuito das Frutas, 2007)

Desta maneira, de acordo com CARLOS AMARAL, após diversas reuniões e discussões entre as esferas municipal, estadual e os empresários e interessados no Pólo Turístico, criou-se em 02 de outubro de 2002, por meio do decreto nº 47180, o Pólo Turístico Circuito das Frutas com oito municípios participantes (Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinú, Jundiaí, Louveira, Vinhedo e Valinhos) ²³, institucionalizado pelo Governo Estadual de São Paulo em cerimônia do então governador Geraldo Alckmin (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 27 de novembro, 2007).

4.2. Características atuais do Circuito das Frutas

Atualmente o Circuito das Frutas conta com dez municípios (Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinú, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo). Tais municípios são referência em fruticultura no interior do estado de São Paulo e conforme afirma o *site* da SECRETARIA DE AGRICULTURA

23 Os municípios de Morungaba e Atibaia entraram no Circuito posteriormente.

E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO (05/03/2008), a região formada pelos mesmos municípios é a maior produtora de frutas do estado. De acordo com o *site* da PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS (05/04/2007),

“Um objetivo comum une esses municípios: o desenvolvimento do Pólo Turístico Circuito das Frutas, centrado no potencial produtivo de sua fruticultura, na disponibilidade de recursos e na infra-estrutura turística apta ao desenvolvimento do turismo em uma região de 1.743 Km² que congrega 760 mil habitantes.”

O Circuito das Frutas conta com certa diversidade de atrativos turísticos e de comércio e serviços, além de dispor de paisagens bucólicas e elementos da natureza. Desta forma, há a conciliação do desenvolvimento de atividades primárias e terciárias não somente na área rural, mas nos municípios em geral.

SOARES, BERGAMASCO e FAGNANI (2005) acreditam que as múltiplas atividades que surgem no meio rural geram diversificação de atividades nas propriedades, tornando o espaço rural não apenas um fornecedor de matérias-primas, mas um espaço multifuncional. Além disso, tais atividades propiciam geração de empregos e uma complementação da renda.

Desta maneira, as propriedades que fazem parte da Associação, modificam suas estruturas para recepção de turistas e mais do que apenas a visita das plantações, oferecem de acordo com o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), roteiros distintos com café-da-manhã, passeios em propriedades rurais (ver FOTO 4.1), almoço, café-da-tarde, pesqueiros (ver FOTO 4.3), produção de vinhos e cachaças (ver FOTO 4.4), passeios à cavalo, venda de frutas *in natura* e de produtos derivados (geléias, compostos licores, bolos etc.) (ver FOTO 4.5), além da troca de experiência

com proprietários rurais. De acordo com JOSÉ RIZZATO, para fazer parte da Associação, as propriedades devem seguir algumas normas de higiene, preservação ambiental e infra-estruturas mínimas para recepção (ver FOTO 4.6) (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 17 de julho, 2007).

As FOTOS 4.1 e 4.2 demonstram as paisagens típicas dos roteiros do Circuito das Frutas: áreas tomadas por plantações de frutas e áreas com certos resquícios de mata nativa e animais; predomínio de áreas verdes com forte ligação com o conceito de qualidade de vida. A FOTO 4.3 apresenta uma das diversas atividades de lazer presentes no Circuito, um pescueiro, atividade também muito ligada ao meio rural. As FOTOS 4.4 e 4.5 representam uma das atividades de grande importância para o Circuito; a produção de derivados de frutas como vinhos, cachaças, licores, geléias, doces e muitos outros produtos. Esta ação é responsável pelo aumento da produção e do valor agregado das frutas para os produtores locais. Já a FOTO 4.6 apresenta a criação de estruturas nas propriedades para a recepção de turistas e para o enquadramento das propriedades na Associação de Turismo Rural Circuito das Frutas.

Alguns dos empreendimentos do Circuito das Frutas paulista utilizam a questão da territorialidade e do conceito de lugar juntamente com o sentimento de pertencimento para alavancar desenvolvimento econômico em seus negócios. A questão da personalidade que o município adota e quais as raízes e culturas que ele traz à tona são de significativa importância para a atração de investimentos e para a vontade da população de investir nesse tipo de turismo.

As divulgações oficiais feitas pelo Circuito das Frutas tentam afirmar exatamente este caráter interiorano, repleto de ambientes rurais e áreas verdes, com a finalidade de que esta característica seja um importante traço para a atração de turistas e investimentos. O texto de um *folder* do Circuito das Frutas ilustra esta estratégia:

“O Circuito das Frutas é um pólo formado por dez municípios – Atibaia, Indaiatuba, Itatiba,

Itupeva, Jarinú, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo, que se destacam pela qualidade das frutas produzidas numa região próspera, vias de acesso excelentes, infra-estrutura turística completa.

Natureza, muito verde, áreas preservadas, serras, cachoeiras e trilhas na mata. Céu azul! Sol em quase 300 dias do ano! Passeios, roteiros, cavalgadas! Viagens belíssimas em meio às paisagens rurais, às plantações! Ar puro! Qualidade de vida.

Músicas, teatros, cinemas, exposições, danças, arte clássica, moderna e o belíssimo artesanato local. Cultura! Festas da ameixa, do morango, do caqui, da uva e do figo.

E muita história pra contar: fazendas, casarões, museus, monumentos, obras de arte que retratam o crescimento do Estado mais desenvolvido do Brasil – São Paulo; o ciclo do café, a imigração, a ferrovia, o sotaque caipira, o fogão a lenha, o dia-a-dia rural.

As compotas, o cheiro de doce feito em casa pela avó. “Os licores de frutas, as geléias e a nossa cachaça purinha, direto do alambique ou na adega da tradicional família que ainda pisa as uvas para fazer o melhor vinho, como fazia o nono quando chegou a ‘Terra Nostra’.” (*FOLDER DE DIVULGAÇÃO DO CIRCUITO DAS FRUTAS, 2008*)

Desta maneira, é nítida a tentativa dos agentes públicos envolvidos com o Circuito das Frutas da inclusão da questão da

territorialidade e do conceito de lugar, de identidade e tradição nas discussões do mesmo. O Circuito compreende um espaço físico repleto de relações humanas, relações de poder entre os diversos agentes atuantes (sejam eles os moradores, os turistas, os produtores e sócios, os representantes públicos ou os representantes privados), constituindo, portanto, um território.

FOTO 4.1: SÍTIO KUSAKARIBA (VALINHOS), TRILHA DE VISITAÇÃO



Foto: Andreza Bernardi, 2008

A FOTO 4.1 demonstra a plantação de frutas em um ambiente rural. O entorno da propriedade evidencia que o meio rural é um significativo atrativo para o Circuito das Frutas, pois remete à um modo de vida mais rústico e com presença mais marcante da natureza.

FOTO 4.2: SÍTIO SANTA ISABEL, INDAIATUBA



Foto: Site Prefeitura Municipal de Campinas (acesso em 14/02/2009)

A FOTO 4.2 revela a mesma preocupação da foto 4.1. Ambas demonstram ambientes repletos de áreas verdes. A idéia de natureza traz a tona a questão da qualidade de vida que a permanência em ambientes com significativa preservação da área verde pode gerar no cotidiano das pessoas. Além disso, remete ao modo de vida de diversos antepassados.

FOTO 4.3: SÍTIO KUSAKARIBA (VALINHOS), AO FUNDO LAGO PARA PESCA



Foto: Andreza Bernardi, 2008

A FOTO 4.3 mostra um lago para pesca dentro de uma das propriedades do Circuito das Frutas. O surgimento de diversos serviços dentro de ambientes rurais representa não apenas um aumento do número de atrativos turísticos, mas também agregação de valor para a agricultura.

FOTO 4.4: ADEGA DO TIO MÁRIO (VALINHOS), COMERCIALIZAÇÃO DE CACHAÇAS E VINHOS



Foto: Andreza Bernardi, 2008

As FOTOS 4.4 e 4.5 revelam um aspecto importante do Circuito das Frutas. Há, como visto na FOTO 4.3 a presença de serviços diversos dentro das propriedades rurais. Nestas, porém, ficam evidentes que além do comércio de produtos derivados de frutas, há também a produção dos mesmos em ambiente rural. Há a produção de vinhos, cachaças, doces, geléias e sucos de frutas.

FOTO 4.5: SÍTIO KUSAKARIBA (VALINHOS), COMERCIALIZAÇÃO DE LICORES, GELÉIAS E DOCES



Foto: Andreza Bernardi, 2008

**FOTO 4.6: SÍTIO KUSAKARIBA (VALINHOS), RECEPÇÃO, BANHEIROS
E LOCAL PARA DESCANSO**



Foto: Andreza Bernardi, 2008

Para uma propriedade ser cadastrada no Circuito das Frutas necessita passar por algumas mudanças para recepção turística. Há a necessidade de construção de banheiros, locais para descanso dos turistas, refeitórios e etc. A FOTO 4.6 mostra a área de descanso e os banheiros de uma das propriedades cadastradas.

O mesmo ocorre com os serviços ligados à Associação de Turismo Rural Circuito das Frutas, que devem adequar-se às normas exigidas. Os restaurantes devem servir comidas típicas, os hotéis e pousadas devem ter estilo rústico e o comércio deve dispor para venda lembranças do Circuito

das Frutas. De acordo com PEREIRA e MOLINA (2008), a Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas conta com 41 empreendimentos e desses 56% oferecem o agroturismo como atrativo, número maior que a média do estado de São Paulo, onde apenas 33,2% dos empreendimentos turísticos realizam o agroturismo.

JOSÉ RIZZATO enumera alguns dos atuais sócios do Circuito das Frutas atualmente estão demonstrados abaixo no QUADRO 4.2 (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 17 de julho, 2007).

**QUADRO 4.2: SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL
CIRCUITO DAS FRUTAS ANO 2008**

SÓCIOS	MUNICÍPIO
Pousada Itaici	Itupeva
Sítio São Roque	Jundiaí
Rizzatour Turismo	Jundiaí
Restaurante e Adega Brunholi	Jundiaí
Fazenda Montanhas do Japi	Jundiaí
Fazenda Luiz Gonzaga	Louveira
Pousada e Restaurante Colinas de Itupeva	Itupeva
Adega Vendramim	Jarinu
Adega Castanho Ltda	Jundiaí
Fazenda	Itatiba
Sítio São Pedro – Alambique	Jarinu
Fazenda Nova Era – Cachaça JP	Itupeva
Apiário Santa Emília	Itupeva
Restaurante e Adega Azzolin	Vinhedo
Sítio Kusakariba	Valinhos
Zooparque	Itatiba
Sítio São José	Itatiba
Adega Beraldo Di Calel	Jundiaí
Hotel Fazenda 4 Estações	Indaiatuba
Sítio Bosque dos Eucaliptos	Vinhedo
Pousada Canto do Jatobá	Itatiba
Pousada e Restaurante Ville D'Gênève	Jarinu
Sítio Muriqui	Morungaba
Fazenda Nossa Senhora da Conceição	Jundiaí
Adega Tio Mário	Valinhos
Comunidade Shamballah	Itatiba
Camping Macuco	Valinhos
Parada do Quilombo	Itupeva
Chácara São Vicente	Jarinu
Pousada Tirolês	Louveira

SÓCIOS	MUNICÍPIO
Sítio Registro	Louveira
Chácara Fim de Semana	Valinhos
Sítio São Lázaro	Jundiaí
Sítio Bela Vista	Indaiatuba
Hípica Mombuca	Itatiba
Sítio D. Ruth	Indaiatuba
Estância Nica Preta	Itupeva
Rancho Catavento	Vinhedo
Pousada da Fazenda Santana	Vinhedo
Figo com Chocolate	Valinhos
Quinta das Caldas	Morungaba
Sítio Tilo	Jarinu
Alambique Ferrara	Jarinu
Sítio do Grotão – Adega Pauletto	Jarinu
Sítio 2 Corujas – Cogumelos Mazzei	Jarinu

De acordo com o QUADRO 4.2, é possível perceber que há uma significativa variedade de opções de propriedades rurais a serem visitadas, porém, o número de hotéis, pousadas e restaurantes é pequeno. O Circuito das Frutas pode abrigar um número maior de estabelecimentos que ofereçam serviços de hospedagem e alimentação.

Outro importante sócio da Associação é a AVIVI (Associação dos Vinicultores de Vinhedo), que conta com onze famílias produtoras (família Amatto, Cecon, Campos, Azzolin, Filigói, Ferragut, Von Zuben, Campovilla, Gaiofatto, Baccetti e Artgiano). De acordo com ADILSON AMATTO, produtor e presidente da AVIVI, esta surge como uma alternativa para os pequenos proprietários para aumentar a renda. Ele afirma ainda que a criação da AVIVI foi extremamente importante para a conquista de novos avanços, uma vez que a cooperação entre produtores gerou mais força para obtenção de políticas públicas (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 02 de fevereiro, 2008).

O mesmo acontece no município de Valinhos. Há a AVIVA (Associação dos Vinicultores de Valinhos) criada em setembro de 2006, que conta com seis unidades produtoras (família Roncaglia, Trento, Centioli & Manzotti, Fernando Leonardi, Vila Tordim e Chácara Chão de Pedra) e tem como objetivo unir os produtores em troca de experiências, compartilhamento de

técnicas e fortalecimento do grupo.

Cabe destacar que há também famílias produtoras de vinho nos municípios de Indaiatuba e Itatiba. Tais produções de vinho são realizadas em pequena escala, gerando valor agregado ao produto, uma vez que é fabricado de maneira artesanal. Além disso, a venda apenas dentro do Circuito das Frutas e o resgate histórico e cultural que tais produtos possuem também são importantes fontes para agregação de valor e manutenção da cultura dos produtores.

Desta maneira, os vinicultores contam com uma forte aliada na tentativa de aumentar a produção e comercialização de seus vinhos: a história das famílias produtoras. Todas as famílias produtoras de vinho, seja no município de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos ou Vinhedo, contam com histórias familiares muito semelhantes, na qual antepassados europeus – principalmente italianos – chegaram à região e começaram a plantar uvas. Embora os imigrantes japoneses também tenham se dedicado ao cultivo de uvas no início do século XX, essa plantação foi rapidamente substituída pela de goiaba e figo²⁴. As terras foram deixadas para seus sucessores e em algumas delas a fabricação de vinhos era realizada, mas para consumo próprio ou pequena comercialização. No entanto, há alguns anos atrás, as famílias produtoras de vinhos se uniram para tentar aumentar a produção e comercialização de seus vinhos caseiros, tendo no resgate histórico e na produção artesanal e familiar, fortes agregados para futuros avanços.

As famílias produtoras de vinho contam com o apoio do SEBRAE e do IAC, dentre outros órgãos municipais. A maioria dos municípios pertencentes ao Circuito das Frutas também produz vinho, tornando cada vez mais sólido o enoturismo dentro do Circuito, transformando-se em um dos roteiros mais importantes para visitação.

No entanto, não são apenas os estabelecimentos cadastrados na Associa o de Turismo Rural Circuito das Frutas que se beneficiam com tal

24 TER  KUSAKARIBA afirma que o número de imigrantes japoneses que vieram para a região plantar frutas também é significativo. Ele afirma que seu pai, nascido no Japão veio para o Brasil para tentar ascensão social e iniciou a planta o de goiabas em Valinhos. TER  KUSSAKARIBA possui algumas constru es originais em sua propriedade, para preservar a história de sua família e para que os turistas conheçam um pouco mais da saga dos imigrantes asiáticos e europeus na região (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 16 de outubro, 2008).

fomento. DARLAN HENRIQUE, DANILO SORROCE, GRAZIELLA NAREZZI E CARLOS AMARAL afirmam que todos os setores da economia ganham com o seu desenvolvimento. Ainda que o Circuito seja recente, com poucos resultados mais consolidados, tais agentes afirmam que há a dinamização de diversos setores da economia com a vinda de turista para a região. Em Indaiatuba ganha destaque o desenvolvimento do artesanato; em Itatiba desenvolve-se o setor de comercialização moveleira e de artefatos em madeira; em Valinhos é nítido os avanços nos setores de comércio e serviços (principalmente no ramo gastronômico); em Vinhedo há significativos avanços no turismo gastronômico, nos parques de diversão (*Hopi Hari* e *Wet'n Wild*), no turismo cultural (visitação do Memorial do Imigrante e do Teatro Municipal Sylvia de Alencar Matheus) e nos setores de comércio e serviços. Ganha destaque nestes municípios, principalmente em Vinhedo, a produção e comercialização de vinhos. Há um número crescente de famílias produtoras e os avanços na comercialização são constantes durante todos os anos (entrevistas realizadas por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 11 de setembro, 2007, 26 de setembro, 2007, 18 de setembro, 2007 e 27 de novembro, 2007 respectivamente).

PAULO JUNQUEIRA afirma que recebe diversos turistas em sua pousada, dentre eles excursões de escolas e famílias. Para o proprietário, o Circuito das Frutas tem papel determinante nos avanços conquistados em sua pousada e no turismo em geral. Afirma que os avanços ocorridos entre os anos de 2006 e 2007 são muito significativos, e a tendência para os próximos anos é de um maior crescimento para os sócios da Associação e para o setor terciário como um todo (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 15 de agosto, 2007).

O mesmo entrevistado acima afirma ainda que para ser um sócio, o proprietário deve pagar uma mensalidade de R\$20,00 ou de R\$40,00, caso queira possuir uma página eletrônica. No entanto, para ele, as vantagens de um sócio são muito grandes, uma vez que o estabelecimento cadastrado terá divulgação automática em todos os eventos de turismo, ajudando na divulgação não só dos serviços em questão, mas do Circuito.

MÁRIO ESCABELO afirma que desde que passou a integrar a Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas e criar, dentro de sua

propriedade fruticultora, um local para a comercialização de frutas, doces caseiros, vinhos, sucos, compotas, geléias etc., sua rentabilidade aumentou consideravelmente (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 24 de maio, 2008).

Além disso, o Circuito das Frutas é beneficiado pela proximidade com os maiores centros consumidores do país e pela malha viária de qualidade. No fórum de turismo regional RENOVIAS ocorrido em 2007, o Secretário de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, CLAUDY SANTOS ALVES DA SILVA afirmou que os Circuitos Turísticos do Estado de São Paulo são beneficiados pela qualidade de suas vias de acesso em um momento em que ganha destaque o turismo de final de semana em regiões com grande proximidade de grandes centros.

Desta forma, o turista do Circuito das Frutas é basicamente paulista, mais especificamente os paulistanos que pretendem viajar durante um dia para fazer os roteiros integrados e comprar frutas, além de grupos escolares do estado de SP que pretendem visitar plantações frutíferas. No entanto, foi firmada, de acordo com GRAZIELA NAREZZI (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 18 de setembro, 2007), uma parceria com o grupo Melhor Idade do SESC de São Paulo, para que a visita de grupos de Terceira Idade seja periódica no Circuito.

TERÚ KUSAKARIBA afirma que o público do Circuito das Frutas é basicamente formado pelas escolas e pelos grupos de Terceira Idade. O produtor afirma que diversas escolas da região, sejam elas públicas ou particulares, já visitaram sua plantação. Além disso, recebe frequentemente grupos de terceira idade vindos de São Paulo e Santos, que segundo ele, são os melhores grupos para realizar a visita uma vez que se interessam pela história dos produtores, bem como pelas explicações das práticas de cultivo, além de comprarem os produtos derivados das frutas, como as geléias, os licores, bolos, bolachas etc. (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 16 de outubro, 2008).

Geralmente, o período das festas típicas que tentam resgatar tradições do município e do país de origem dos imigrantes produtores de frutas é o mais representativo para o desenvolvimento do Circuito. A Festa do Figo e a Expogoiaba de Valinhos (janeiro) (ver FOTOS 7, 8, 9, 10 e 11), a Festa da

Uva de Vinhedo (fevereiro), a Festa do Caqui de Itatiba (ver FOTO 12), o Festival de Artes de Indaiatuba, a Festa do Chopp de Indaiatuba (todas em abril), a Festa de São Pedro de Itatiba (junho), a Festa das Nações Unidas de Indaiatuba, o Festival de Inverno de Valinhos (julho), a Festa da Tradição em Indaiatuba (agosto) e a Festa de *San Gennaro* em Itatiba (setembro) marcam um período de dinamização do turismo rural e desenvolvimento do setor terciário ligado ao Circuito.

Algumas características importantes podem ser observadas nas fotos que seguem. A FOTO 4.7 demonstra um grande fluxo de pessoas nos corredores de venda de frutas e conseqüente dinamização da produção e venda das frutas nos períodos das festas típicas. Nas FOTOS 4.8, 4.9, 4.10, 4.11 e 4.12 é nítida a qualidade das frutas comercializadas no Circuito, bem como a valorização da família produtora. A FOTO 4.13, por sua vez, apresenta claramente o caráter interiorano e rural que a festa tenta demarcar; buscando a valorização e reconhecimento dos trabalhadores e produtores rurais, muitas vezes chamados de “caipiras”.

Nas festas típicas, que buscam realizar um resgate histórico dos municípios (com a divulgação do modo de vida do imigrante europeu e asiático que se dedicavam ao cultivo da agricultura), além da venda de frutas e derivados, há diversos *stands* de restaurantes, padarias, pastelarias, lanchonetes, doceiras, lojas de roupas e acessórios, concessionárias de automóveis, massagistas, centros de beleza, dentro outros. Há também diversos *shows* de música, dança e teatro regionais (ver FOTO 4.13), além de eventos realizados como forma de resgate da cultura regional. Como exemplo, na Festa do Figo de Valinhos em 2008 aconteceu o evento “Queima do Alho”, nome dado para a preparação da comida feita pelos primeiros tropeiros que passaram por Valinhos.

DANILO SORROCE afirma que há interessantes projetos no sentido de aumentar os roteiros de visitação (no município de Valinhos, além da visita das propriedades rurais, há também a ida à Mata do Bairro Reforma Agrária e ao Observatório da USP Abrahão de Moraes), com a finalidade de estender a permanência do turista nos municípios e incentivar o consumo nas padarias, restaurantes, bares, lojas de roupas e acessórios, loja de lembranças do município, hotéis e pousadas etc. (entrevista realizada por

Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 26 de setembro, 2007).

FOTO 4.7: FESTA DO FIGO (VALINHOS), CORREDOR DE VENDA DE FRUTAS



Foto: Andreza Bernardi, 2008

A FOTO 4.7 mostra a grande movimentação de turistas no corredor de venda de frutas. A qualidade dos produtos comercializados atrai diversos turistas e moradores dos municípios. As Festas de Frutas representam o período de grande recepção de turistas para o Circuito das Frutas.

FOTO 4.8: STAND DE VENDA DE FIGO EM VALINHOS



Foto: Andreza Bernardi, 2008

FOTO 4.9: STAND DE VENDA DE GOIABA EM VALINHOS



Foto: Andreza Bernardi, 2008

FOTO 4.10: STAND DE VENDA DE LARANJA PONKÃ EM VALINHOS



Foto: Andreza Bernardi, 2008

FOTO 4.11: STAND DE VENDA DE GOIABA, SERINGUELA E PÊRA ASIÁTICA EM VALINHOS



Foto: Andreza Bernardi, 2008

FOTO 4.12: PRODUTOS DIVERSOS NA FESTA DO CAQUI DE ITATIBA



Foto: site da Prefeitura Municipal de Itatiba (acesso em 24/02/2009)

FOTO 4.13: TEATRO REGIONAL NA FESTA DO FIGO EM VALINHOS



Foto: Andreza Bernardi, 2008

O resgate da cultura rural é fator significativo para o Circuito das Frutas, uma vez que este conta com as características do meio rural para se desenvolver, como a qualidade de vida, a tranqüilidade, o bem estar conseqüente do contato com a natureza, dentre outros. A foto 4.13 revela a exaltação não apenas do meio rural, mas também do trabalhador rural e de seu modo de vida.

Além disso, as Prefeituras Municipais possuem uma significativa importância, uma vez que são responsáveis pelas decisões e ações a serem tomadas no Pólo. Há a formação de equipes de trabalho, com todas as prefeituras por meio de reuniões, discussões, acordos e ações efetivas.

Cada Prefeitura é quem decide sobre as ações do Pólo, porém, escolhe representantes que considerem qualificados para atuar em eventos importantes. Cada prefeitura possui uma função que se modifica anualmente dentro do Circuito, como secretaria de finanças, de patrimônio, executiva etc. O Circuito das Frutas, no entanto, não possui um centro permanente. A escolha do centro do Circuito das Frutas muda a cada ano de acordo com a escolha do município a realizar a função de presidência do Circuito. No entanto, o município de Jundiá ocupa posição de destaque, uma vez que se configura como o município com maior dinamismo econômico desta região.

Além disso, a criação do Consórcio Intermunicipal foi uma importante ação para o Circuito das Frutas no sentido de gerar ações conjuntas do Pólo. DANILO SORROCE complementa afirmando que o Consórcio Intermunicipal pode ser entendido com um conjunto de municípios, situados no mesmo aglomerado urbano ou regional, que possuem a finalidade de executar serviços públicos de interesse comum. No caso do Consórcio Intermunicipal do Circuito das Frutas, os serviços públicos realizados visam à consolidação e o fortalecimento do Circuito em questão (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 26 de setembro, 2007).

GRAZIELA NAREZZI afirma que todos os municípios do Pólo pagam uma anuidade de R\$12.000,00²⁵ que é direcionada para o consórcio, da mesma forma que as verbas doadas pelas entidades privadas. A secretária de Indaiatuba afirma que a verba existente no consórcio é utilizada por todos os municípios para ações efetivas do Pólo, como divulgação do mesmo em *folders*, comerciais de televisão, propagandas em rádio, jornais e revistas, além da sinalização necessária e programas de capacitação e recepção turística (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 18 de setembro, 2007).

Os representantes das Prefeituras Municipais envolvidos com o Pólo têm como objetivo comum fomentar o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento de setores ligados ao turismo, por meio da implantação de

25 DANILO SORROCE afirma que ainda que a anuidade paga pelos municípios para o consórcio seja fixa (R\$ 12.000 a cada ano por município, portanto, uma contribuição pequena), há projetos para a mesma se tornar flexível de acordo com as condições de cada um. Desta maneira, haverá um valor máximo e um valor mínimo de pagamento, variando de acordo com a arrecadação municipal (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 26 de setembro, 2007).

diversas atividades de planejamento e organização regional.

De acordo com DARLAN HENRIQUE, algumas importantes ações já foram conquistadas pelo Pólo, dentre elas: a conscientização para a importância da participação dos conselhos no processo de estruturação do Pólo, a necessidade de organização das ações prioritárias em âmbito regional (como a sinalização turística regional, o levantamento do potencial turístico regional e desenvolvimento de projetos para conscientização turística da população), o planejamento e o treinamento de monitores capacitados para atuarem no Pólo (cinco monitores para cada município), a criação da marca do Pólo Turístico Circuito das Frutas para identificar o material de divulgação do Circuito, a divulgação do Pólo em eventos turísticos e a estruturação de roteiros regionais (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 11 de setembro, 2007).

4.3. Alguns obstáculos a serem enfrentados

Apesar do Circuito das Frutas ter sido criado em 2002 e ter pouco tempo de existência, DARLAN HENRIQUE, CARLOS AMARAL, GRAZIELA NAREZZI e DANILO SORROCE afirmam que ele também tem sido responsável por alguns resultados positivos para os municípios em questão e para a RMC. De acordo com os agentes, ainda que os resultados sejam relativos, dado o pouco tempo de implementação, há certa dinamização da economia (não apenas do setor primário, mas principalmente do setor terciário), com geração de emprego e renda para a população regional²⁶ e uma maior arrecadação municipal pelas Prefeituras (entrevistas realizadas por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 11 de setembro, 2007, 27 de setembro, 2007, 18 de setembro, 2007 e 16 de setembro, 2007 respectivamente).

No entanto, mesmo havendo certos avanços, há ainda alguns obstáculos a serem enfrentados para que o Pólo colabore efetivamente com

²⁶ De acordo com os agentes entrevistados, os empregos ligados ao Pólo Turístico Circuito das Frutas são quase que inteiramente ocupados pela população local do município ou pela população residente na RMC.

o desenvolvimento tanto dos municípios envolvidos quanto da RMC.

Os entrevistados HENRIQUE CONTI e JOSÉ RIZZATO acreditam que a falta de capacitação do pessoal ocupado em todos os setores de atividade municipal ainda é o principal obstáculo a ser enfrentado. Afirmam que é muito difícil trabalhar com o turismo regional, quando a própria população local não se dá conta da importância do mesmo e, muitas vezes, as informações passadas de forma insuficiente aos turistas geram problemas. Porém, diversas parcerias para capacitação de guias turísticos, proprietários rurais, frentistas de postos de automotores, vendedores de lojas etc., já estão sendo realizadas (entrevistas realizadas por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 05 de dezembro, 2007 e 17 de julho, 2007 respectivamente).

DANILO SORROCE, outro entrevistado, acredita que um sério problema enfrentado pelo Circuito é a falta de divulgação. Este secretário de Valinhos afirma que há projetos para intensificação da divulgação do Circuito, pois, os métodos aplicados até o atual momento não conquistaram os resultados esperados. O secretário afirma que a divulgação necessária vai desde a sinalização dentro do município, das propriedades e serviços credenciados no Circuito²⁷, até propagandas em todos os meios de divulgação (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 26 de setembro, 2007).

Neste sentido, TERÚ KUSAKARIBA afirma em entrevista que algumas placas existentes nos municípios, indicando os estabelecimentos dos sócios do Circuito das Frutas foram pagas pelos próprios sócios, uma vez que o Pólo não se mobilizou para efetuar tal ação, tão importante para um circuito turístico (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 16 de outubro, 2008).

CARLOS AMARAL, em seu depoimento, acredita que a falta de verbas para investimentos destinados ao Circuito das Frutas é a grande responsável pelos obstáculos enfrentados. Segundo o secretário, ainda que existam investimentos estaduais e federais²⁸ para o turismo regional, esses

27 O secretário afirma que apenas em dezembro de 2007 foi possível o início da sinalização do Circuito no município de Valinhos, uma vez que a burocracia existente dificultou tal ação.

28 Dia 15/10/2007 a então ministra do Turismo, Marta Suplicy visitou os municípios

ainda não são suficientes para gerar maior desenvolvimento. A maior fonte de recursos para o Circuito é proveniente dos próprios municípios integrantes, por meio da anuidade paga por eles (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 27 de novembro, 2007).

Houve consenso entre todos agentes entrevistados quanto às dificuldades a serem enfrentadas. Segundo eles, como as decisões do Pólo são de responsabilidade de órgãos públicos (do prefeito municipal, do secretário de turismo ou algum representante), as mesmas tornam-se mais difíceis de serem efetivadas, uma vez que seguem as mesmas normas de cada Prefeitura e não de uma instituição única e ainda sofrem com a mesma burocracia enfrentada em qualquer órgão público. Em suma, para os entrevistados, falta agilidade nas ações a serem implementadas. Afirmam também, que como funcionários da Prefeitura, possuem diversas responsabilidades e muitas vezes o tempo de dedicação ao Circuito é muito restrito para que haja um planejamento e uma dedicação adequada para a elaboração de projetos e estratégias eficientes. Segundo eles, em uma das reuniões do Pólo foi posto em pauta a necessidade de contratação de funcionários qualificados, por concursos públicos, para dedicação exclusiva a este trabalho e continuidade do mesmo, uma vez que muitas vezes com a renovação dos governos municipais, nem sempre há continuidade dos programas, mas tal encaminhamento não foi realizado ainda.

A mudança nas administrações públicas em quatro anos é um grande obstáculo para o avanço do Circuito, pois nem sempre quem assume o governo tem o mesmo comprometimento necessário com o Pólo. Os representantes do Circuito possuem diversas atribuições, horários e compromissos e é muito difícil manter reuniões periódicas para que as ações comecem a ser tomadas de forma mais ágil. Assim, o período de quatro anos é tido como curto para uma ação transformadora que gere efetivo desenvolvimento. Essa situação demonstra certa falta de um real

pertencentes ao Circuito das Frutas e anunciou que a Associação Brasileira das Operadoras de Viagens ia analisar o potencial turístico do Circuito. No entanto, a notícia mais animadora para os agentes do Pólo foi a liberação de R\$3.000.000,00 para a construção de duas escolas de turismo e hotelaria no Circuito das Frutas (esta terá localização junto ao CEPROVI – Centro Profissional de Vinhedo) e no Circuito das Águas, em local a ser determinado. No entanto, em 09/06/2009, foi constatado por investigação no CEPROVI que as escolas de turismo e hotelaria ainda não foram construídas e também não há nenhum curso nestas áreas sendo ministrado.

comprometimento das gestões locais com o Pólo. Após o término das gestões, muitas vezes mudam os representantes, os partidos e as alianças, bem como as propostas e as ações prioritárias de cada município, ficando o Circuito à mercê dessas conjunturas.

Desta maneira, muitas vezes, os representantes da Associação de Turismo Rural Circuito das Frutas, ou seja, os proprietários de plantações e de estabelecimentos de comércio e serviços acabam não contando com a ajuda do Pólo. RICARDO AZZOLIN afirma que muitas vezes a Associação atua sozinha, sem esperar alguma ação efetiva do Pólo, que, por contar com grande burocracia, acaba negligenciando diversas ações necessárias ao desenvolvimento do Circuito das Frutas. Ele também afirma que o meio de sobrevivência dos sócios depende do desenvolvimento do Circuito e mesmo que ocorram avanços, há a necessidade de diversas melhorias e ações do Pólo²⁹ (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 01 de fevereiro, 2008).

O poder público deve atuar no fomento e no planejamento de estratégias de desenvolvimento como o Circuito das Frutas. No entanto, com a criação do Consórcio Intermunicipal Circuito das Frutas ficou oficializado que o poder público usaria a anuidade paga para realizar ações do Circuito, como divulgação, sinalização, capacitação pessoal, dentre outras ações. As reclamações da Associação estão justamente ligadas a este fato, uma vez que o Pólo não utiliza a anuidade para as ações previstas. Muitas vezes, a Associação acaba realizando os deveres que seriam do Pólo, utilizando dinheiro de seus estabelecimentos para a dinamização do Circuito.

TERÚ KASAKARIBA, proprietário de um dos sítios mais visitados no Circuito, afirma que a entrada no Circuito das Frutas gerou algumas vantagens para o produtor (como por exemplo, a diminuição de desperdícios de frutas com a fabricação de doces, geléias, vinhos, licores etc., a agregação de valor em muitos produtos comercializados e a geração de

29 ADILSON AMATTO afirma que não há em Vinhedo, uma legislação própria para os pequenos produtores de vinho que formam a AVIVI. Desta maneira, eles ainda agem de forma não legalizada, uma vez que a Prefeitura ainda não criou uma legislação específica para a produção caseira e artesanal de vinho. Como consequência, os produtores não podem comercializar seus vinhos, podem apenas expor seus produtos em restaurantes da Vinhedo e na sede da AVIVI, no Memorial do Imigrante em Vinhedo (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 02 de fevereiro, 2008).

empregos³⁰), porém, as dificuldades são diversas. Para ele o relacionamento da Associação de Turismo Rural com o Pólo é muito complicado, uma vez que há constante descaso das Prefeituras para com os associados. Exemplo disso é a pouca divulgação realizada e os quase inexistentes incentivos aos produtores (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 16 de outubro, 2008).

Para o entrevistado acima outro significativo obstáculo é a mudança nas gestões municipais a cada quatro anos, gerando uma não continuidade de projetos e ações implementadas. Ele afirma que os investimentos públicos, tanto no setor agropecuário quanto no turístico são raros, gerando baixo crescimento produtivo.

PAULO JUNQUEIRA afirmou em entrevista que muitas vezes as ações do Pólo Turístico Circuito das Frutas não são feitas de forma integrada. Diversos agentes públicos, segundo ele, atuam no sentido de conquistar benefícios apenas para o município em que estão instalados, esquecendo-se da necessidade de atuar em conjunto, buscando o desenvolvimento regional. Assim, muitas vezes, os agentes públicos de um determinado município buscam verbas para investir em uma determinada necessidade dos sócios específicos do Circuito. No entanto, tais ações somente se concretizam no município em que tal agente pertence, não considerando que os roteiros do Circuito das Frutas integram diversos municípios e não apenas um. Exemplo de tal fato pode ser citado com a colocação de placas informativas sobre roteiros e propriedades agrícolas e de serviços que estão presentes somente em alguns dos municípios do Circuito (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 15 de agosto, 2007).

A senhora MARIA ISABEL, proprietária do Camping Macuco, em Valinhos, afirma que as Prefeituras Municipais pertencentes ao Pólo Turístico Circuito das Frutas, em especial a Prefeitura de Valinhos, possuem pouco interesse em desenvolver o turismo local e regional. O interesse maior é a atração de indústrias, para uma maior arrecadação. Na sua visão, não há representantes devidamente capacitados na Prefeitura que atuem no

30 O proprietário TERÚ KUSSAKARIBA afirma que desde a sua entrada no Circuito contratou mais duas funcionárias que ajudam sua esposa na preparação das comidas e bebidas a serem comercializadas ou então servidas em refeições para os turistas (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 16 de outubro, 2008).

turismo e que em certa circunstância o então prefeito de Valinhos, Marcos José da Silva, afirmou que o desenvolvimento do turismo não fazia parte dos seus planos de atuação e nem de seu interesse político (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 28 de junho, 2008).

TERÚ KUSSAKARIBA também assinalou ter presenciado, em outra oportunidade, outra declaração dada pelo mesmo prefeito que disse que como o projeto do Circuito das Frutas não era de sua autoria, pouco lhe importava. Essas afirmações não foram confirmadas junto ao prefeito em questão para esta dissertação (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 16 de outubro, 2008).

As falas acima expostas, se verdadeiras, revelam uma visão comum a diversos administradores municipais que enxergam unicamente no avanço urbano-industrial o modelo de desenvolvimento a ser aplicado nos municípios onde atuam. Tal visão revela o não reconhecimento por parte de diversos agentes públicos da importância de outros setores econômicos que não sejam o industrial e que não lhes concedem um arrecadação municipal tão vantajosa, esquecendo-se da importância de garantir a sustentabilidade de diversas atividades, ainda mais quando estas atividades possuam um valor simbólico que reforça a tradição e a história locais.

No entanto, há também uma questão polêmica acerca do Pólo Turístico Circuito das Frutas. O município de Campinas busca sua entrada no Pólo. Porém, alguns integrantes são contrários à sua entrada, alegando significativas diferenças entre os municípios tipicamente do interior e municípios-metrópoles, como Campinas, de forma que a entrada deste município tenderia a desequilibrar o jogo de forças, devido o peso da economia campineira.

Neste sentido, SOARES, BERGAMASCO e FAGNANI (2005) afirmam que para um município ingressar no Pólo Turístico, há a necessidade de 50% de sua produção agropecuária ser de fruticultura, além do município possuir características rurais e estimular sua cultura agropecuária. Afirmam também, que apesar de Campinas possuir uma grande produção frutífera (principalmente de laranja), sua imagem de metrópole e de município sede do Pólo de Ciência e Tecnologia, não condiz com a imagem “interiorana” necessária ao Circuito.

Neste mesmo sentido, CARLOS AMARAL, DARLAN HENRIQUE e DANILO SORROCE acreditam que não haveria problemas com a entrada de Campinas no Pólo, se o município seguisse as normas previstas. Mas, concordam também, que além da descaracterização do Circuito, a entrada de Campinas poderia causar um desestímulo na economia dos municípios menores, uma vez que a maior oferta de infra-estrutura e serviços em Campinas atrairia os turistas extra-regionais somente para o pólo da metrópole (entrevistas realizadas por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 27 de novembro, 2007, 11 de setembro, 2007 e 26 de setembro, 2007 respectivamente).

Já GRAZIELA NAREZZI afirma que a Prefeitura Municipal de Indaiatuba é a favor da entrada de Campinas no Pólo, já que este seria mais um atrativo para a visitação e Campinas se especializaria no setor turístico, uma vez que já é sede do Pólo de Ciência e Tecnologia e é grande receptor do Turismo de Negócios (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 18 de setembro, 2007).

SOARES, BERGAMASCO e FAGNANI (2005) afirmam que, de acordo com o Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico Circuito das Frutas, não houve influência política em nenhuma fase do processo de articulação. Este foi resultante de questões ligadas à cultura regional, aos laços familiares que formam a comunidade regional e às tradições de valorização do imigrante.

No entanto, após uma rápida observação sobre os partidos políticos dos prefeitos em questão, a afirmação do Consórcio Intermunicipal acima exposta torna-se discutível. O Prefeito Kalú Donato de Vinhedo pertence ao PL (Partido Liberal), o Prefeito Marcos José da Silva de Valinhos e José Roberto Fumarch pertencem ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) (todos fazem parte de partidos que fazem oposição ao prefeito de Campinas Dr. Hélio de Oliveira). No entanto, o então Prefeito de Indaiatuba, José Onério (única Prefeitura, das entrevistadas, a favor da entrada de Campinas no Circuito) é do mesmo partido político que o Prefeito de Campinas, Hélio de Oliveira Santos, de Campinas, ambos do PDT (Partido Democrático Brasileiro)³¹. Veja o QUADRO 4.3 abaixo:

³¹ As entrevistas foram realizadas nos anos de 2007 e 2008. Em 2009 novas gestões municipais se iniciaram e houve algumas mudanças de prefeitos, mas não foi possível

**QUADRO 4.3: ATUAIS PREFEITOS (2008) E SUCESSORES EM 2009 EM
INDAIATUBA, ITATIBA, VALINHOS, VINHEDO E CAMPINAS**

	Indaiatuba	Itatiba	Valinhos	Vinhedo	Campinas
2008	José Onério (PDT) ³²	José Roberto Fumarch (PMDB)	Marcos José da Silva (PMDB)	Kalú Donato (PL)	Hélio de Oliveira Santos (PDT)
2009	Reinaldo Lopes Cruz (PDT)	João Fattori (PSDB)	Marcos José da Silva (PMDB)	Milton Serafim (PTB)	Hélio de Oliveira Santos (PDT)

Fonte: organização própria, 2008

Desta maneira, o quadro de novas administrações municipais a partir de 2009 não tende a ser muito distinto do quadro de 2008 nos municípios de Indaiatuba e Valinhos. A indefinição de posicionamento em relação ao Circuito das Frutas é evidenciada nos municípios de Itatiba e Vinhedo, nos quais houve troca de partido nas eleições.

Infelizmente não foi possível obter o valor exato da representação da fruticultura na agricultura municipal. Todos revelaram que a fruticultura é responsável pela quase totalidade agrícola municipal, mas os dados exatos não foram obtidos.

4.4. A visão dos turistas e freqüentadores

Os turistas que visitam o Circuito das Frutas configuram importante olhar a ser considerado na avaliação sobre os municípios, os estabelecimentos visitados e os resultados do Circuito. São eles, aqueles vindos de outros municípios, que expõem os pontos positivos e negativos encontrados nos roteiros turísticos visitados, bem como fazem sugestões de

aprofundar a investigação das disputas e alianças político-partidárias para a entrada de Campinas no Circuito das Frutas.

³² Atualmente, José Onério faz parte do PPS (Partido Popular Socialista). A mudança ocorreu em 2009.

alternativas para que haja melhorias na recepção turística municipal que devem ser consideradas pelos gestores.

A tarefa de entrevistar turistas fora da época das Festas das Frutas tornou-se difícil, uma vez que ao longo do ano, não é comum encontrar turistas que estejam realizando a visita nas propriedades rurais ou estabelecimentos cadastrados no Circuito das Frutas. Foi necessária uma nova pesquisa de campo. Desta maneira, as entrevistas foram realizadas com pessoas que moram em outros municípios, mas que visitam o Circuito nos períodos de Festas de Frutas.

MARIANA VALOIS afirma que visita as Festas das Frutas e que acredita que as mesmas estão localizadas em locais agradáveis e com boas infra-estruturas para o atendimento aos turistas. Lembra que a visitação é realizada apenas em um dia, não sendo necessária a hospedagem nos municípios. Afirma também que as frutas comercializadas são de boa qualidade e com preços razoáveis, sendo esta compra responsável, em média pelo desembolso de R\$20,00. No entanto, acredita que a falta de uma divulgação efetiva é o principal obstáculo a ser enfrentado pelo Circuito, e lembra que quando visitou a festa das Frutas pela primeira vez estava no município que abrigava a festa e ficou sabendo da mesma pelos moradores e não por nenhum meio de divulgação (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 20 de setembro, 2008).

RAFAEL GALEOTI, afirma que visita também as Festas das Frutas. Sua estada é de apenas um dia no município e gasta em média R\$20,00, uma vez que a proximidade com seu município facilita o turismo de um dia apenas. Ele tem conhecimento das festas por meio de anúncios de rádio ou pelos comentários de próprios vizinhos. Afirma também que os eventos do Circuito das Frutas são importantes para divulgação do meio rural e dos hábitos rurais dos municípios, porém, acredita que ainda haja falta de infra-estrutura para atender de maneira mais adequada os turistas, como por exemplo, a falta de hospedagens em alguns municípios do Circuito (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 09 de setembro, 2008).

TELMA FERREIRA afirma que visita anualmente as Festas de Frutas, como meio de lazer e para comprar frutas. Afirma que somente tomou conhecimento do Circuito quando seus familiares se mudaram para Itatiba. Segundo ela, a festa é muito animada e divertida e possui infra-estrutura suficiente para atendimento aos turistas. Ela considera também que apenas alguns municípios possuem estrutura para receber os turistas, como hotéis e restaurantes de qualidade. Afirma que os hotéis de Atibaia e Indaiatuba, assim como os restaurantes de Valinhos e Vinhedo são bons; porém, outros municípios deixam a desejar (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 09 de agosto, 2008).

TELMA FERREIRA acredita também que uma pequena parcela de seus parentes sabe da existência das festas de frutas e afirma que não tinha conhecimento dos outros estabelecimentos ligados ao Circuito das Frutas, bem como dos roteiros de agroturismo. Ela afirma que a divulgação é muito fraca e acredita que faltam investimentos para atrair turistas também (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 09 de agosto, 2008).

DÉBORA VILLANOVAS afirma que visita as festas de frutas para a compra das mesmas, uma vez que considera os produtos comercializados de alta qualidade. No entanto, apesar de ter realizado visita em algumas propriedades cadastradas, afirma que as infra-estruturas e o roteiro do Circuito das Frutas não são muito atraentes. Pensa que as propriedades deveriam ter melhores estruturas para recepção e os municípios deveriam ter mais opções para os turistas (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 12 de março, 2009).

Neste mesmo sentido, KELLY CRISTINA DE PÁDUA GONÇALVES afirma que não há a divulgação de hotéis, restaurantes e demais infra-estruturas para recepção turística para mais de um dia de visita. Ela afirma que mesmo vivendo 27 anos em Campinas, somente este ano, por meio de um amigo, ficou sabendo da existência das festas de frutas e desconhece a existência das demais atividades propostas e estabelecimentos cadastrados no Circuito das Frutas (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 18 de janeiro, 2009).

A entrevistada em questão acredita que os grandes obstáculos a serem

enfrentados pelo Circuito das Frutas se baseiam na falta de divulgação das demais atividades propostas e na falta de foco do Circuito. Com relação à última crítica diz que há uma mistura de atrações muito grande nas festas, como shows de *rock*, apresentações de *balé* clássico, touro mecânico e comidas variadas. KELLY acredita que a personalidade das festas deveria ser focada na cultura das frutas e no modo de vida dos imigrantes agricultores, garantindo tradição e originalidade.

A senhora HILDA VASCONCELOS visita os estabelecimentos associados juntamente com seu grupo de ginástica da Terceira Idade. Ela afirma que anualmente seu grupo de ginástica faz uma viagem de final de ano e por isso frequenta o Circuito das Águas. Recentemente, uma agência de turismo a informou da possibilidade de visitar sítios produtores de frutas a um valor bem mais barato. Todos os idosos do grupo se animaram, uma vez que a maioria deles morou em sítios na infância. A entrevistada relatou que considera a infra-estrutura do Circuito das Águas superior. Mas que a visita a sítios faz surgir um “clima” agradável de nostalgia. Ela afirma também que os preços são muito acessíveis, uma vez que a viagem de ônibus, o passeio e o almoço não custam mais que R\$ 30,00 por pessoa, e no passeio as pessoas podem saborear frutas colhidas no pé e comer comidas típicas de fazenda (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 24 de agosto, 2008).

Há também que se considerar a maneira como o Circuito das Frutas é divulgado em outros municípios e em quais meios de comunicação ele está presente. Assim, Circuito das Frutas, além de ser divulgado em jornais, rádios e algumas emissoras de televisão locais, possui divulgação externa para os turistas, feita em *sites* como: do próprio Circuito das Frutas, das Prefeituras Municipais dos municípios pertencentes, da AUTOBAN³³, em *sites* relacionados com o turismo no estado de São Paulo (como o IG turismo e o UOL turismo e na Folha *online*) e no SEBRAE e há também propagandas em emissoras de televisão com divulgação para todo o estado de São Paulo das Festas das Frutas, em períodos que antecedem as

³³ A AUTOBAN é uma concessionária de rodovias que ligam a capital paulista até a região de Campinas. Dentre as rodovias sob concessão da AUTOBAN, destacam-se a rodovia Anhanguera (SP330) e a rodovia Bandeirantes (SP 348)

mesmas.

Mas, a divulgação realizada ainda não é suficiente para atrair um grande número de turistas fora do período das Festas das Frutas. A maioria das divulgações informa sobre os roteiros possíveis do Circuito, bem como os serviços oferecidos, o clima “rústico” e a tranquilidade do interior paulista. Porém, tais atributos não têm gerado um resultado significativo, uma vez que a falta de opções de infra-estrutura de qualidade para atender tais turistas ainda é significativa. Forma-se, assim, um círculo vicioso, uma vez que a escassez de turistas é ocasionada pela baixa quantidade e qualidade da infra-estrutura e a não dinamização do setor turístico não aumenta o fluxo para alimentar e manter as atividades.

4.5. A visão dos moradores dos municípios do Circuito das Frutas

Para a elaboração deste item foi necessária a realização de algumas entrevistas com moradores dos quatro municípios estudados, com a finalidade de perceber qual a visão que os habitantes destes municípios têm do Circuito das Frutas, bem como das potencialidades e obstáculos a serem enfrentados pelo mesmo para que possa haver um desenvolvimento municipal do turismo mais significativo.

ANA PAULA ARGOZINO DUARTE, moradora de Vinhedo afirma que tomou conhecimento da existência do Circuito das Frutas por meio de *outdoors* no município. Afirma também que visita freqüentemente a Festa da Uva, realizada no mês de fevereiro em Vinhedo, e a Festa do Figo, realizada no mês de janeiro em Valinhos, para assistir *shows* musicais, encontrar amigos e comer algumas comidas típicas. Além disso, já visitou uma propriedade vinícola, para realizar degustação e comprar alguns vinhos e afirma que tais produtos não são caros e são de boa qualidade.

No entanto, acredita que a falta de divulgação é um dos grandes obstáculos a serem enfrentados, já que boa parte da população de Vinhedo desconhece o Circuito das Frutas e as atrações que o mesmo oferece. Afirma que, caso não fosse atenta às propagandas municipais,

desconheceria tal atividade regional. Para a moradora, grande parte da presença de turistas e das mudanças ocorridas na rotina do município, realizadas por causa do Circuito das Frutas, ocorre somente no período de realização da Festa da Uva, que atrai não somente pessoas de outros municípios, mas principalmente os moradores de Vinhedo. (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 10 de julho, 2008)

Neste mesmo sentido, CELSO CRUZ, gerente de um posto de gasolina no município de Valinhos afirma que durante todo o ano, a procura de turistas pelo Circuito é muito baixa. Afirma também que poucas vezes presenciou um turista buscando informações sobre algum estabelecimento ligado ao Circuito. Para ele, o único período em que esta situação se altera é durante a realização da Festa do Figo, que atrai um número considerável de visitantes vindos de outros municípios (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 14 de julho, 2008).

CELSO CRUZ acredita também que a falta de divulgação é um dos grandes empecilhos para a falta de avanços neste setor de turismo. Segundo ele, diversos moradores não sabem da existência do Circuito, nem dos estabelecimentos a ele ligado, dificultando o desenvolvimento turístico de Valinhos e impossibilitando a incorporação de mudanças no município por causa do Circuito (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 14 de julho, 2008).

NATHÁLIA CANADAS, moradora de Vinhedo, afirma que conhece as atividades do Circuito das Frutas e visita anualmente as Festas de cada município. A moradora acredita que o Circuito é importante para os municípios para atrair investimentos e com isso trazer melhorias. Afirma que a divulgação do Circuito é muito fraca e a estrutura presente nos estabelecimentos ligados ao mesmo é de má qualidade (como por exemplo, faltam estabelecimentos com estacionamento para carros, pouca opção de alimentação, hospedagem e postos de saúde), fazendo com que o número de turistas não seja significativo. NATHÁLIA CANADAS, afirma também que nos primeiros anos de institucionalização do Circuito, as Festas das Frutas tinham uma ótima qualidade nos setores de serviços, comércio, infraestrutura e cultura. Porém, a qualidade dos mesmos vem decaindo anualmente, pela falta de investimentos sólidos no setor (entrevista realizada

por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 26 de agosto, 2008).

LAURA SERRANO, moradora de Valinhos, acredita que os pontos positivos do Circuito das Frutas são maioria. Para ela, que visita freqüentemente as Festas das Frutas, as mesmas possuem boas estruturas e é ótima a qualidade nas frutas comercializadas. Afirma também, que o Circuito das Frutas é uma significativa alternativa de divulgação municipal e de dinamização de alguns setores da economia, como os de hospedagem, de lazer, alimentícios e comerciais (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 28 de agosto, 2008).

IVO PRADO, morador de Itatiba, afirma que visita anualmente a Festa do Caqui, realizada no município, porém, nunca visitou os outros estabelecimentos ligados ao Circuito. Para ele, a Festa do Caqui vem se tornando a cada ano mais completa em estruturas, exemplo disto é a realização da Festa no Parque da Juventude, local amplo e com boas estruturas para atendimento ao público. Para ele, as Festas das Frutas são importantes para os municípios que as incentivam uma vez que as mesmas estimulam a indústria do turismo e também a fruticultura regional, reforçando a característica rural e interiorana, que é um diferencial (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 01 de setembro, 2008).

No entanto, para o entrevistado em questão, há também um significativo obstáculo a ser enfrentado pelo Circuito das Frutas que é a questão da especulação imobiliária em crescimento. Desta maneira, para IVO PRADO, os municípios pertencentes ao Circuito possuem qualidade de vida e atrativos, como condomínios residenciais e boa qualidade de comércio e serviços, que atraem um número cada vez maior de habitantes vindos de Campinas, São Paulo e outras cidades. Assim, anualmente cresce o número de áreas agrícolas que são compradas e loteadas para a instalação de condomínios e de áreas para comércio e serviços, colocando-se em risco áreas rurais e também a fruticultura regional. Para ele, as Festas de Frutas não são importantes apenas para a geração de renda e empregos ou como uma forma de lazer para turistas e moradores, mas também para a criação de uma identidade do morador do município com a fruta produzida e a conseqüente criação de um “afeto” pelo município e sociedade local e de geração de sociabilidade entre os moradores. A falta de investimentos no

setor agropecuário pode significar no curto prazo, uma crise sem precedentes para a agricultura brasileira.

PRISCILA FRANÇA, ELAINE TAVARES e VENÂNCIO SILVEIRA afirmam que apesar de morarem em Indaiatuba, nunca visitaram nenhum dos estabelecimentos associados e nem as festas relacionadas ao Circuito. ELAINE TAVARES não sabia que Indaiatuba faz parte do Circuito das Frutas. PRISCILA FRANÇA e VENÂNCIO SILVEIRA acreditam que a presença do município no Circuito é uma importante estratégia de desenvolvimento uma vez que pode gerar empregos e renda para a população local, por meio dos gastos realizados pelos turistas ou pelos investimentos causados pela propaganda municipal (entrevistas realizadas por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 20 de setembro, 2008).

Neste mesmo sentido, ANDRÉ CREMASCO (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 02 de abril, 2009) afirma que nunca visitou um estabelecimento cadastrado no Circuito das Frutas por desconhecer a existência dos mesmos. Raramente visita as Festas de Frutas por acreditar que a desorganização das mesmas atrapalha o passeio. A visita só é realizada por ANDRÉ CREMASCO e seus familiares quando há a presença de alguma atração que lhes interesse como *shows* musicais de artistas reconhecidos.

FLÁVIA MARTINS, moradora de Valinhos, tem um olhar diferenciado por ser agente de vendas turísticas. Ela afirma que são raras as agências de turismo que organizam visitas ao Circuito das Frutas, ainda que os roteiros turísticos propostos sejam financeiramente acessíveis, mas, somente grupos escolares e grupos de Terceira Idade utilizam este lazer. Ela afirma que os baixos custos seriam um grande atrativo para muitos turistas, mas a falta de divulgação ainda é um grande obstáculo. Ela acredita que são raros os grupos provindos de locais mais afastados como demais estados já que não há divulgação (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 04 de março, 2009).

Desta maneira, é evidente que a dinamização da economia ligada ao turismo somente ocorre nas épocas de Festas das Frutas. DANILO SORROCE afirma que o público das festas de frutas vem aumentando a cada ano, uma vez que os gastos nas mesmas diminuíram. Como exemplo

ele cita que há alguns anos a Festa do Figo de Valinhos deixou de cobrar ingressos para entrada e a Festa da Uva de Vinhedo diminuiu os valores dos ingressos³⁴.

Não apenas os turistas, mas também os moradores freqüentam os estabelecimentos e eventos relacionados ao Circuito apenas nessas datas específicas e somente têm conhecimento do Circuito por meio da divulgação do mesmo em tais datas, que é feita de maneira parcial.

As entrevistas revelam que a falta de divulgação mais ampla do Circuito, fora das datas de Festas das Frutas, é o fator negativo mais evidente. A divulgação atrairia mais turistas e estimularia a melhoria das infra-estruturas de serviços e lazer, além de fomentar de forma significativa a economia municipal, trazendo diversos benefícios e investimentos para os mesmos. Muitos moradores não têm conhecimento sobre a existência do Circuito, tornando difícil o incremento turístico nos próprios municípios, uma vez que não há sinergia, ou seja, não há uma associação conjunta dos diversos agentes e órgãos envolvidos para a realização de uma ação coordenada que aproveite as potencialidades econômicas, sociais e culturais que a consolidação do Circuito das Frutas pode ocasionar. Falta também a divulgação externa para atrair os moradores dos amplos mercados das duas regiões metropolitanas próximas, a de Campinas e de São Paulo, bem como grande parte do interior paulista.

³⁴ Cabe destacar que na Festa do Figo de Valinhos há *shows* musicais de bandas dos municípios de Valinhos ou áreas próximas, enquanto que na Festa da Uva de Vinhedo há *shows* de bandas com expressão nacional

5. CONCLUSÃO

O Circuito das Frutas foi criado pela iniciativa de produtores de frutas, que ao perceberem uma acentuada queda do número de propriedades rurais em seus municípios e uma queda também na produção decidiram agregar valor à atividade com a implantação do turismo rural.

A formação do Circuito não significou apenas uma tentativa de sobrevivência do setor primário da economia destes municípios. Significou também a sobrevivência da cultura aí formada. As tradições dos imigrantes italianos e japoneses e a cultura de cultivo da terra, transferidas para as gerações futuras, também dependem, de certa forma, da permanência da fruticultura na região.

Em 2002, o Governo do Estado de São Paulo institucionalizou o Circuito das Frutas, como uma forma de geração de desenvolvimento para os municípios pertencentes, bem como uma forma de crescimento do setor turístico e agropecuário da região. A potencialidade da região, focada no cultivo de frutas, foi utilizada como um meio de desenvolvimento e melhoria nas condições de vida da população envolvida.

A partir da institucionalização do Circuito das Frutas, sua estrutura foi determinada. Os produtores e proprietários de comércios e serviços cadastrados no Circuito formaram a Associação de Turismo Rural Circuito das Frutas, enquanto que as respectivas Prefeituras Municipais formaram o Pólo Turístico Circuito das Frutas. Essa separação demonstra de forma clara o que ocorre no Circuito: o distanciamento entre a Associação e o Pólo.

O turismo rural de frutas possui como base a visitação de propriedades rurais fruticultoras, a realização de hospedagens e refeições tipicamente interiorana, bem como atividades do meio rural: colheita de frutas, preparação de alimentos derivados de frutas, cavalgadas, pesca, dentre outras.

As dificuldades enfrentadas pelo Circuito possuem duas ordens. Uma delas é interna ao Circuito das Frutas e refere-se ao relacionamento de agentes do Pólo e da Associação. A outra se refere ao relacionamento dos agentes internos e externos ao Circuito.

O Pólo é o responsável legal pelo Circuito, bem como o responsável pelas ações efetivas, uma vez que as anuidades pagas pelos municípios participantes, bem como os investimentos cedidos pelas esferas estadual e federal ficam em poder do Pólo (por meio do Consócio Intermunicipal). Desta forma, há uma grande insatisfação dos membros da Associação pela falta de ações, que poderiam ser realizadas em favor do Circuito.

É fato que, até mesmo os representantes públicos admitem a demora e as poucas ações implementadas. Como causas dessa situação apontam a significativa burocracia existente em órgãos públicos nas tomadas de decisão e a falta de funcionários específicos para as ações efetivas, uma vez que com as várias atribuições dos funcionários públicos, sobra pouco tempo para avançar em questões importantes.

As entrevistas e a observação direta nos trabalhos de campo permitiram concluir que o principal obstáculo é realmente a relação entre tais agentes. Um município, ao ser incluído no Circuito, tem conhecimento das obrigações a serem seguidas dentro do mesmo. Portanto, administrações municipais são responsáveis por funções como: finanças, legislação, administração e pela implementação de ações. No entanto, a efetivação de ações é rara, dificultando o avanço do Circuito.

Dentre as justificativas do poder público citam-se: a burocracia do poder público, a falta de tempo para administração do Circuito, a alternância de partidos nas gestões municipais, a falta de interesse dos municípios no setor de fruticultura e turismo, a falta de investimentos do Estado de São Paulo e da União etc.

Por mais extensa que seja a lista de justificativas, o que ocorre é que as ações raramente são executadas. Há a necessidade de maior divulgação do Circuito em outros municípios (principalmente na Região Metropolitana de São Paulo) e nos próprios municípios pertencentes, necessidade de maior sinalização em vias públicas e indicação das propriedades, de capacitação profissional e de investimentos para o incentivo de criação de mais propriedades rurais e estruturas de qualidade (hotéis, restaurantes, bares etc.). Muitas vezes a verba utilizada e as ações tomadas são iniciativa da Associação, que descontente com a falta de atitude das Prefeituras Municipais, resolve atuar por conta própria.

Considerar a territorialidade e trazê-la à tona também é importante para a preservação das culturas locais e regionais. Não apenas ambiental, mas principalmente a preservação cultural e histórica. Os quatro municípios estudados possuem uma forte ligação com sua história e com sua cultura, marcada pela agricultura familiar realizada por imigrantes europeus. Tais municípios tiveram no passado, na história, na transmissão de conhecimento e cultura a base para a situação em que se encontram atualmente. Se hoje são conhecidos por serem municípios desenvolvidos e com a tão sonhada “qualidade de vida”, estas características devem-se em parte à cultura de modernização e preservação deixadas pelos antepassados, dentre outras ações. E o Circuito das Frutas explora esse fundamento: manter viva a vida rural, agrícola e simples que criou as condições para o desenvolvimento dos municípios.

Porém, a configuração de um território não é suficiente para a atração de investimentos e o desenvolvimento efetivo deste Circuito turístico. As potencialidades do lugar apresentam-se como a alternativa para alavancar avanços nesta estratégia. O sentimento de amor, de preservação e de desenvolvimento que muitos habitantes possuem por seus municípios ou até mesmo pela região que habitam podem ser um instrumento de mudança. Quando os principais agentes possuem esse mesmo sentimento, há geração de sinergia, ou seja, todos os envolvidos numa determinada estratégia possuem o mesmo objetivo, a mesma finalidade, atuam em conjunto, complementando-se.

Há também os obstáculos causados por fatores externos. Como já foi dito, a Região Metropolitana de Campinas e o Circuito das Frutas são regionalizações constituídas e institucionalizadas a partir das condições historicamente construídas. A Região Metropolitana de Campinas é atualmente formada por municípios que no século XIX foram berço da economia cafeeira, e que criaram condições para o desenvolvimento de uma economia urbano-industrial no século XX. Os municípios desta região possuem diversos problemas e potencialidades semelhantes. O mesmo ocorre com os municípios que integram o Circuito das Frutas, uma vez que possuem históricos de cultivo de frutas no século XIX por meio de imigrantes europeus e asiáticos, bem como um posterior desenvolvimento urbano-

industrial.

A criação da Região Metropolitana de Campinas em 2000 teve como motivação ser ferramenta do planejamento territorial, já que a sua institucionalização foi estratégica para a administração pública de tais municípios e do governo paulista, uma vez que se configurou como pólo de atração de investimentos públicos e privados, além da dinamização econômica e política e a possibilidade de tratar alguns assuntos em comum, como meio ambiente e transportes. O Circuito das Frutas, institucionalizado em 2002, também pode ser classificado como uma estratégia do planejamento territorial, uma vez que possui como finalidade a dinamização da agropecuária e do turismo, bem como geração de desenvolvimento para os municípios pertencentes.

A Região Metropolitana de Campinas é símbolo de uma região próspera e moderna. Ainda que possua problemas típicos de metrópoles brasileiras, apresenta uma economia dinâmica e moderna, uma urbanização significativa e possui um grande pólo de P&D. Os municípios de Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo pertencem a essa região. Em contrapartida, o Circuito das Frutas tem como marca o ambiente rústico do campo, as atividades agropecuárias tradicionais e familiares e as diversas áreas verdes e rurais existentes. São duas imagens aparentemente antagônicas convivendo e se sobrepondo. Isso deveria ser visto como uma vantagem e ser estimulado e divulgado essa dupla faceta.

Tais municípios possuem amplas redes urbano-industriais consolidadas o que faz com que os moradores e turistas desconheçam as áreas rurais destes municípios, seus modos de vida e atividades econômicas.

O caso mais típico desta situação ocorre no município de Indaiatuba, conhecido pela sua sólida base industrial. O crescimento urbano-industrial foi tão expressivo no município, que muitas pessoas desconhecem a presença do Circuito das Frutas. Além disso, juntamente com Campinas e outros municípios vizinhos, Indaiatuba faz parte de outro circuito - o Circuito de Negócios, desenvolvido pelo amplo potencial industrial e tecnológico da região.

Mergulhado no desconhecimento do público e na inoperância da burocracia estatal que o Circuito das Frutas persiste: na luta dos proprietários que buscam continuar o cultivo de frutas e manter vivas as tradições de seus antepassados, mas que fragilizados pelo significativo crescimento urbano-industrial que avança sobre áreas rurais vêem sua atividade principal em risco de desaparecer.

Porém, cabe destacar que há espaço para o aumento de sinergia para o desenvolvimento das duas regionalizações em questão: o Circuito das Frutas e a Região Metropolitana de Campinas. Existe a possibilidade de coexistência e complementaridade. A existência destas duas regionalizações seria a base para efetivação de políticas territoriais de desenvolvimento, uma vez que a diversificação poderia gerar avanços expressivos.

No entanto, não foram ressaltados apenas obstáculos. Apesar de possuir institucionalização recente, o Circuito efetivou algumas conquistas, mesmo que pontuais. De certa maneira, a permanência dos proprietários rurais e de relativo aumento dos serviços com o Circuito, com crescimento modesto, mas efetivo a cada ano, revelam que ocorreram avanços na produção e na lucratividade.

Ainda que em pequenas quantidades, os grupos específicos que visitam o Circuito das Frutas se fazem notar. As visitas de grupos escolares e grupos da Terceira Idade são responsáveis pelo maior número de visitas e pelo consumo de produtos derivados. São nichos importantes, mas é possível diversificar o público usuário. O comércio e os serviços associados também puderam contar com certo crescimento e dinamização e ampliação de suas atividades.

O número de empregos nas atividades relacionadas ao Circuito também aumentou, ainda que modestamente. Dentre eles destacam-se: funcionários para colheita de frutas, cozinheiras para realização de refeições, guias para passeios, funcionários em hotéis, pousadas e restaurantes. Estas funções não existiam, segundo os proprietários, até a institucionalização do Circuito das Frutas. Certamente o grande ganho é a preservação da memória e tradições e a manutenção da atividade que pode levar a um aumento da produção de frutas associada a outras atividades que agregam valor.

Ainda que as relações de confiança, solidariedade e aprendizagem não ocorram de maneira satisfatória entre o Pólo e a Associação, a sinergia entre os membros da Associação de Turismo Rural é um fator positivo a se considerar. Ainda que o desenvolvimento tal qual caracterizamos anteriormente não seja nítido no Circuito das Frutas, há que se levar em consideração o esforço e trabalho de grande parte dos associados, que buscam um objetivo comum: o desenvolvimento do Circuito das Frutas. Reuniões, encontros, trocas de experiências, busca por novos conhecimentos, cooperação e solidariedade são fatores presentes entre tais associados, revelando uma grande mobilização dos agentes pertencentes ao Circuito.

Outro fator positivo a se considerar é a divulgação de encontros e reuniões promovidas por agentes públicos dos quatro municípios estudados, em sua maioria vereadores, para a discussão de assuntos municipais com a população residente.

Assim, o turismo e o cultivo de frutas foram modestamente dinamizados. Os obstáculos a serem enfrentados ainda são muitos para que o Circuito atinja sua meta que é a geração de desenvolvimento municipal e regional.

O período de visitação e dinamização dos demais setores da economia pelo turismo rural ocorre majoritariamente nas épocas das Festas de Frutas. Durante as mesmas, um significativo número de turistas aporta na região, compra frutas e derivados, realiza a visitação nas propriedades e usufrui dos serviços e do comércio municipal. As Festas de Frutas são marcadas pela demonstração da história e das tradições municipais, que enaltece os imigrantes que aqui iniciaram o cultivo de frutas e criaram uma cultura peculiar que luta para permanecer viva.

A prosperidade de tais municípios, como visto nos índices da FIRJAN, está muito mais associada, desta maneira, pelas suas inserções na Região Metropolitana de Campinas do que pela sua participação no Circuito das Frutas. A expansão urbana e industrial, juntamente com a vinda da população de alta renda (atraídas pela proximidade de grandes centros, pelas estruturas urbanas de qualidade e pela qualidade de vida demarcada pela segurança e pelas áreas verdes) impactam positivamente as

arrecadações municipais, melhorando as estruturas urbanas e incrementando os índices sócio-econômicos de forma a classificá-los como “ilhas de prosperidade”. Há assim, fortalecimento do perfil urbano industrial que contrasta com o mundo rural do Circuito e aí reside a vantagem da dupla regionalização para fim de estimular o desenvolvimento econômico e social.

Ainda que seja positiva a permanência de tais municípios na Região Metropolitana de Campinas, não se deve ignorar a existência de uma significativa cultura ligada às atividades rurais, que permanece até a atualidade e que luta para manter-se viva. Pertencer tanto a Região Metropolitana de Campinas como o Circuito das Frutas devem ser vistos como diferenciais positivos; ambos sendo geradores de desenvolvimento e avanços para a população local por perspectivas diferentes.

Ao analisarmos a proposta de COELHO (2000) para o entendimento do desenvolvimento local, retomamos a idéia de existência de fatores como:

- uma estratégia integrada de instituições locais no enfrentamento da fragmentação territorial e exclusão econômica, social e cultural;
- fortalecimento de lideranças locais, tanto comunitárias e sindicais como empresariais;
- criação de uma identidade e um sentimento de solidariedade social e territorial que rompa com o individualismo exacerbado;
- fortalecimento de um controle social e de uma cultura de responsabilidade pública;
- mobilização de diferentes culturas, criando redes e uma interconectividade que opera numa dimensão coletiva e quebra o isolamento;
- mobilização de saberes locais, criando uma cultura de projetos que quebrem com a dependência de agentes externos.

Desta maneira, torna-se clara a necessidade de formação de pactos territoriais no Circuito das Frutas que levem ao desenvolvimento. Apesar das relações entre membros da Associação e diversos órgãos e instituições (como universidades, SEBRAE, SENAC, dentre outros) ser significativamente positiva, com geração de sinergia, há ainda a questão dos

membros do Pólo, que como não se encontram completamente engajados com tais ações, acabam prejudicando uma formação mais consistente e sólida de pactos territoriais.

Assim, o Circuito das Frutas conquistou, ainda que modestamente, avanços no sentido de melhorias sociais. Mobilização territorial em torno de uma ação comum, troca de informações entre os diversos agentes, democratização política e formação de redes de cooperação e solidariedade são algumas das transformações existentes no Circuito, tendo como conseqüências e geração de emprego e renda para a população residente.

Não são raros no Circuito das Frutas, os encontros realizados entre a Associação e o Pólo. No entanto, de acordo com o entrevistado LUIZ RIZZATO, apesar de existir representantes públicos nestes encontros, as grandes idéias que se concretizam em ações e as trocas de informações são realizadas majoritariamente entre os membros da Associação (entrevista realizada por Andreza Bernardi. Trabalho de campo, 17 de julho, 2007).

Outra questão a ser ressaltada é acerca da inclusão do Circuito das Frutas na classificação de Arranjo Produtivo Local. Como já afirmado anteriormente, de acordo com o *site* do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (01/02/2009) para caracterizar um APL é necessária a existência de um número significativo de empreendimento no território e de agentes que atuem em torno desta atividade, além da existência de formas de cooperação, solidariedade e democracia.

Desta forma, uma opção válida para o Circuito das Frutas seria buscar a inclusão nesta classificação, com o intuito de conquistar uma maior relevância no cenário econômico atual, além de buscar uma maior cooperação por parte dos agentes públicos das diversas escalas e investimentos que sejam efetivamente revertidos em ações para geração de avanços no Circuito. Desta maneira, a busca pelo desenvolvimento local ou regional poderia ser alavancada, com a geração de conseqüências mais sólidas para a sociedade que habita tal território.

Cabe, por fim, também destacar a significativa importância das ações estaduais e nacionais em um projeto de desenvolvimento local e regional. A cooperação transescalar é fundamental para geração de desenvolvimento.

Desta maneira, a inclusão na classificação de APLs tornaria o Circuito das Frutas uma institucionalidade mais sólida e visível, uma vez que faria parte de projetos maiores de fomento ao desenvolvimento, tanto do Estado de São Paulo, quanto do Brasil.

6. BIBLIOGRAFIA

- ALBAGLI, S. e BRITO, J. *Arranjos Produtivos Locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. In: CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. M (org.) Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.* Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/redesist/Glossario/Glossario%20Sebrae.pdf>. Acesso em 19/02/2009.
- AFFONFO, R. de B. A. *Descentralização e Reforma do Estado: a federação brasileira na encruzilhada.* Campinas: Economia e Sociedade, junho de 2000. Pp. 127-152.
- ALVES, M. A. da S. O Município de Indaiatuba. *In: CANO, W. e BRANDÃO, C. A. (org). A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente.* Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- AMARAL FILHO, J. *Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista.* Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp14/amaralfilho.pdf>>. Acesso em 07/06/2007.
- AZZONI, C. R. *Setor Terciário e Concentração Regional no Brasil.* Belo Horizonte (UFMG): Economia e Território, 2005.
- BAENINGER, R. *Interiorização da Migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos.* Campinas: Unicamp, 2004.
- BESSA, V. de C. O Município de Itatiba. *In: CANO, W. e BRANDÃO, C. A. (org). A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente.* Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- BRANCO, P. P. M; DANIEL C. e FLEURY, A. C.. *Mesa redonda: Desenvolvimento Econômico Local: aliança e competição entre as cidades. Espaço e Debates*, 41: 75-95; 2001.
- BRANDÃO, C. A. e MACEDO, F. C. Demografia e Urbanização. *In:*

- CANO, W; BRANDÃO, C. A; MACIEL, C. S. e MACEDO, F. C. (org). *Economia Paulista. Dinâmica Socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- CAIADO, A. S. C; PIRES, M. C. S; DOS SANTOS, S. M. M. e MIRANDA, Z. A. I. O Município de Campinas. In: CANO, W. e BRANDÃO, C. A. (org). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
 - CALDAS, E. L. e MARTINS, R. D. *Uma Análise Comparada de Experiências de Desenvolvimento Econômico Local*. Instituto Polis e Fundação Frederich Elbert. São Paulo: ILDES, 2004.
 - CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp, 2000.
 - CANO, W. Brasil e Estado de São Paulo. Transformações Recentes na Economia. In: CANO, W; BRANDÃO, C. A., MACIEL, C. S. e MACEDO, F. C. (org). *Economia Paulista. Dinâmica Socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
 - CANO, W. *São Paulo no Limiar do Século XXI*, São Paulo: Fundação SEADE – SEPLAN, 1992.
 - CANO, W. Brasil e Estado de São Paulo. Transformações Recentes na Economia. In: CANO, W; BRANDÃO, C. A., MACIEL, C. S. e MACEDO, F. C. (org). *Economia Paulista. Dinâmica Socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
 - CANO, W; BRANDÃO, C. A; MACIEL, C. S. e MACEDO, F. C. A Indústria de Transformação. In: CANO, W; BRANDÃO, C. A; MACIEL, C. S. e MACEDO, F. C. (org). *Economia Paulista. Dinâmica Socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
 - CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. *Panorama do Turismo em Espaço Rural Brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor*. Disponível em: <www.eco.unicamp.br> (acesso em 05/12/2007).

- CAPEL, H. *Filosofia y Ciencia em la Geografía Contemporánea: uma introdução a La geografia*. Barcelona. Barcanova, 1981.
- CARDOSO DE FARIA, C. A. O Município de Vinhedo. *In: CANO, W. e BRANDÃO, C. A. (org). A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- COELHO, F. *Desenvolvimento Econômico Local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização*. Santiago de Chile: Comision Econômica para America Latina y El Caribe (CEPAL), 2000.
- CORRÊA, R. L. *Região e Organização Espacial*. São Paulo. Editora Ática, 1996.
- DE ROO, P. O Desenvolvimento Local pelo Prisma das Cidades: os contratos de aglomeração na França. *In: MONIÉ, F. e SILVA, G. (org). A Mobilização Produtiva dos Territórios: instituições e logística do desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.
- FISCHER, T. Poderes Locais, Desenvolvimento e Gestão. Introdução a uma agenda. *In: FISCHER, T. (org). Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.
- FLEURY, S. Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil & Espanha. *In: FLEURY, S (org). Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil & Espanha*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O Novo Rural Brasileiro*. 2º edição Coleção Pesquisas. Campinas, SP: Unicamp, IE, 2002.
- GOES, A. e LAGE, J. Cidades de SP Lideram em Estudo sobre Desenvolvimento. *In: Folha de São Paulo*, 03 de agosto de 2008.
- GONÇALVES, J. S; SOUZA, S. A. M; ANGELO, J. A. e COELHO, P. J. Agropecuária Paulista. Transformações do período de 1969-1971 a 2002-2004. *In: CANO, W; BRANDÃO, C. A; MACIEL, C. S. e MACEDO, F. C. (org). Economia Paulista. Dinâmica Socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas: Editora Alínea, 2007.

- GONÇALVES, M. F; SEMEGHINI, U. C. Uma Metrópole Singular. *In: FONSECA, R. B; DAVANZO, A. M. e NEGREIROS, R. M. (org). Livro Verde: desafios para a gestão da RMC.* Campinas, Unicamp, 2002.
- KAROL, E. *Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – F.A.S.E. – estudo sobre o território e organização não governamental.* São Paulo. Mestrado – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2000.
- KAYSER, B. A Região como Objeto de Estudo da Geografia. *In: GEORGE, P; GUGLIELMO, R; LACOSTE, Y. e KAYSER, B. (org). A Geografia Ativa.* São Paulo, Editora Difel, 1968.
- KON, A. *APLs como Instrumento das Políticas de Desenvolvimento Produtivo Industrial e Inovação.* São Paulo, 2008. Disponível em www.desenvolvimento.sp.gov.br (acesso em 02/02/2009).
- LASTRES, H. M. M. *APLs como Instrumento das Políticas de Desenvolvimento Produtivo Industrial e Inovação.* São Paulo, 2008. Disponível em www.desenvolvimento.sp.gov.br (acesso em 02/02/2009).
- LENCIONI, S. *Reestruturação Urbano-Industrial – centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo.* São Paulo - Tese de Doutorado – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1991.
- LOPREATO, F. L. C. *Federalismo e Finanças Estaduais: algumas reflexões.* IE/Unicamp, 2000.
- ERMINIA, Maricato. *Metrópole, legislação e desigualdade.* Instituto de Estudos avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, vol.17, n.48, pp. 151-166, 2003.
- MARTINEZ, J. W. O Município de Valinhos. *In: CANO, W. e BRANDÃO, C. A. (org). A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente.* Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- MARTINHO, C. Algumas palavras sobre rede. *In: SILVEIRA, C. M. e REIS, L. C. (org). Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias.* Rio de Janeiro. Rits, 2001

- MATOS, E. N; SIQUEIRA, H; BRANDÃO, C. A; GOME, D. C. e SILVA, R. A. O Setor Terciário. *In: CANO, W; BRANDÃO, C. A; MACIEL, C. S. e MACEDO, F. C. (org). Economia Paulista. Dinâmica Socioeconômica entre 1980 e 2005.* Campinas: Editora Alínea, 2007.
- MIGLIORANZA, E. *Condomínios Fechados: localização e pendularidade – um estudo de caso no município de Valinhos, SP.* Campinas, 2005. Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- OTH, V. *O desenvolvimento: indicadores e tentativa de avaliação. Revista Geografia.* São Paulo: UNESP, n.14, 1997.
- PEREIRA, E. C; MOLINA, S. *A Territorialidade no Circuito das Frutas: o conceito de territorialidade como ferramenta para implementar as políticas de desenvolvimento econômico do Circuito das Frutas.* Disponível em: <<http://inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/PDFInterstitial/32/33>> (acesso em 25/06/2008).
- PORTELLA FILHO, P. *O Ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington.* Ensaio FEE, Vol.15, nº1, 1994.
- PUTMAM, R. *Comunidade e Democracia.* Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta, *In Limonad E., Haesbaert, R., e Moreira, R. (orgs) Brasil Século XXI – Por uma nova regionalização?Agentes, processos e escalas.* Max Limonad/CNPq, São Paulo, 2003.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder.* São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RODRIGUES, I. A. Distribuição da População Residente nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, nas Áreas “Urbanas”, “de Transição” e “Rural” – 1991-1996. *In: Núcleo de Estudos Populacionais (org). Redistribuição da População e Meio Ambiente: SP e Centro-Oeste.* Campinas: Unicamp, 2000.
- RAMBO, A. G; RÜCKERT, A. A. A contribuição da inovação territorial coletiva no processo de desenvolvimento territorial local/regional. *In: I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Anais do I*

- Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Canoas, 2004.
- SACHS, I; LAGES, V. N. *Capital Social e Desenvolvimento: novidade para quem?* Conferencia Regional Sobre Capital Social Y Pobreza. CEPAL. Santiago, Chile, 2001. Disponível em www.eclac.org. (acesso em 09/01/2009).
 - SÁNCHEZ, F. E. G. Buscando um *Lugar ao Sol para as Cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana*. Revista Paranaense de Geografia, nº3, 1998.
 - SAQUET, M. A. O Território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D; SPÓSITO, M. E. e SAQUET, M. A. (org). *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.
 - SEMEGHINI, U. C. *Do Café à Indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.
 - SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
 - SILVA, C. C. *Desenvolvimento Econômico, Modelo Federativo e Município no Brasil: análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto na década de noventa*. São Paulo. Doutorado – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1998.
 - SILVEIRA, C. M. *Desenvolvimento Local: marcos conceituais e históricos*. Rede DLIS, 2002. Disponível em www.dlis.org.br (acesso em 2004).
 - SIMIONATO, M. *Emprego e Educação Colocam Indaiatuba em 1º no Ranking de Cidades Desenvolvidas*. In: *Folha de São Paulo*, 03 de agosto de 2008.
 - Site AICITA (Associação Industrial e Comercial de Itatiba): www.aicita.com.br (acesso em 17/05/2008)
 - Site da Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas: www.circuitodasfrutas.com.br (acesso em 13/08/2007)
 - Site FIRJAN: www.firjan.org.br (acesso em 21/11/2008)
 - Site Governo do Estado de São Paulo: www.saopaulo.sp.gov.br (acesso em 09/02/2009)

- Site IAC: www.iac.sp.gov.br (acesso em 22/09/2007)
- Site IBGE: www.ibge.gov.br (acesso em 07/03/2007)
- Site IPEA: www.ipea.gov.br (acesso em 12/09/2008)
- Site Ministério da Fazenda: www.fazenda.gov.br (acesso em 20/05/2008)
- Site Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: www.mdic.gov.br (acesso em 01/02/2009)
- Site Ministério do Turismo: www.turismo.gov.br (acesso em 03/05/2008)
- Site Prefeitura Municipal de Campinas: www.campinas.sp.gov.br (acesso em 04/04/2007)
- Site Prefeitura Municipal de Indaiatuba: www.indaiatuba.sp.gov.br (acesso em 05/04/2007)
- Site Prefeitura Municipal de Itatiba: www.itatiba.sp.gov.br (acesso em 05/04/2007)
- Site Prefeitura Municipal de Valinhos: www.valinhos.sp.gov.br (acesso em 05/04/2007)
- Site Prefeitura Municipal de Vinhedo: www.vinhedo.sp.gov.br (acesso em 05/04/2007)
- Site REDESIST: www.redesist.ie.ufrj.br (acesso em 03/04/2008)
- Site SEADE: www.seade.gov.br (acesso em 12/08/2008)
- Site Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo: www.agricultura.sp.gov.br (acesso em 05/03/2008)
- Site Secretaria do Desenvolvimento do Estado de São Paulo: www.desenvolvimento.sp.gov.br (acesso em 25/04/2009)
- Site Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo: www.planejamento.sp.gov.br (acesso em 17/12/2007)
- SOARES, M. D. O; BERGAMASCO, M. P. P. e FAGNANI, M. A. *Políticas Públicas, Desenvolvimento Local e Agroturismo: um estudo no bairro da Abadia em Louveira, São Paulo – Brasil*. Grupo de Trabajo – 20 – Turismo y Desarrollo Local, 2005. Disponível em <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/20%20GT%20Maria%20Dalva%20Oliveira%20Soares%20,%20Sonia%20Maria%20Bergamasco,%20Maria%20C3%82ngela%20Fagnani.pdf>> (acesso em 13/04/2008).
- SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. Revista

Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, Universidade de Barcelona, n. 93, 25 de julho de 2001. Disponível em www.ub.es/geocrit/sn-93htm (acesso em 11/02/2009).

- VAINER, C. B. *As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: o que pode o poder local?* Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XVI nº1, 2002.

- VEAN, C. E. de F. e PEREIRA, E. C. *Um Estudo de Caso sobre a Influência da Produção Cafeeira do Século XIX na Conjuntura Econômica da Atual Região de Itatiba*. Piracicaba; ESALQ, 2005. Disponível em <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewPDFInterstitial/37/37>> (acesso em 20/04/2008).

- VITTE, C. C. S. *Experiências de Políticas de Desenvolvimento Econômico Local nos Municípios da RMC (SP) e os Impactos no Território*. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais, Rio Grande do Sul, vol. XI, nº245, 2007. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/9porto/clavitte.htm> (acesso em 08/10/2008).